

Silvia Santana Zanatta | Josemar de Campos Maciel

“Saudade do Cheiro do Rio”

EMPREENDIMENTOS HIDRELÉTRICOS
NA BAP E OS CAMINHOS DE RESISTÊNCIA
DA VOCALIDADE RIBEIRINHA



Mesmo afetado por crises de diversos matizes, o Brasil tem realizado grandes esforços para arrancar num rápido crescimento econômico, tradicionalmente considerado como via de alcance do desenvolvimento. Os incentivos à diversificação da indústria, à modernização das técnicas produtivas no campo e ao crescimento do setor de serviços permitiram o posicionamento do Brasil, por um longo tempo, como uma das maiores economias do mundo e um dos mais atrativos e dinâmicos mercados entre os países emergentes. Todo esse dinamismo não é suficiente, no entanto, para eliminar uma posição subalterna em relação ao mercado mais industrializado, obrigando o país a se posicionar como um fornecedor de matérias-primas e, com a evolução das relações, commodities. Ainda perduram no país sérias desigualdades sociais e consideráveis desequilíbrios regionais, uma vez que o crescimento econômico tem sido acompanhado por forte concentração de renda, e os principais polos socioeconômicos ainda se encontram muito concentrados espacialmente. Além disso, o crescimento econômico tem resultado em fortes impactos socioambientais, causando significativos efeitos negativos aos ecossistemas naturais e às populações que neles vivem. Os chamados "projetos de desenvolvimento", especialmente os de infraestrutura, são apresentados à população e aos grandes financiadores como a resposta aos problemas do país. Concentram-se em construir malhas de estradas, hidrovias, ferrovias e barragens. Mas, a despeito das promessas de progresso, que justificam a execução de tais obras, são responsáveis por consideráveis mudanças em nossas paisagens naturais e por intensificar a vulnerabilidade de grupos sociais já considerados frágeis, sem diminuir as desigualdades. O discurso comum que naturaliza o papel dos grandes projetos de infraestrutura no Brasil, desde a época dos planos de colonização, contém a alegação de que tais empreendimentos são essenciais e estratégicos. Essenciais para o desenvolvimento socioeconômico do país, estratégicos para o seu posicionamento no cenário mundial. Daí, descortina-se a ótica de que o Brasil é um país de livre exploração de recursos naturais, e, assim, esses projetos foram e continuam sendo responsáveis pela organização e pelo controle do território, consequentemente mobilizando os recursos financeiros, sociais e a agenda administrativa do país.



“Saudade do Cheiro do Rio”

Direção Editorial

Lucas Fontella Margoni

Comitê Científico

Roberto Saraiva Kahlmeyer Mertens

Universidade do Estado do Mato Grosso - UNEMAT

Prof. Dr. Álvaro Banducci Junior

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS

Prof^ª. Dr^ª. Anita Guazzelli Bernardes

Universidade Católica Dom Bosco - UCDB

Prof^ª. Dr^ª. Arlinda Cantero Dorsa

Universidade Católica Dom Bosco - UCDB

“Saudade do Cheiro do Rio”

Empreendimentos hidrelétricos na BAP e
os caminhos de resistência da vocalidade ribeirinha

Silvia Santana Zanatta
Josemar de Campos Maciel



Diagramação: Marcelo A. S. Alves

Capa: Carole Kümmecke - <https://www.conceptualeditora.com/>

Arte de Capa: "Pantanal o paraíso" do artista plástico Ricardo Rocha dos Anjos

O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.



Todos os livros publicados pela Editora Fi estão sob os direitos da [Creative Commons 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR) https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

ZANATTA, Sílvia Santana; MACIEL, Josemar de Campos

“Saudade do Cheiro do Rio”: empreendimentos hidrelétricos na BAP e os caminhos de resistência da vocalidade ribeirinha [recurso eletrônico] / Sílvia Santana Zanatta; Josemar de Campos Maciel -- Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2021.

149 p.

ISBN - 978-65-5917-289-4

DOI - 10.22350/9786559172894

Disponível em: <http://www.editorafi.org>

1. Usinas hidrelétricas - Bacia do Alto Rio Paraguai. 2. Ribeirinhos. 3. Impacto econômico - Impacto ambiental - Impactos sociais I. Título.

CDD: 628

Índices para catálogo sistemático:

1. Engenharia sanitária, proteção ambiental

628

"Sinto falta do cheiro do rio"
(Pescadora Ângela)

*Dedico este livro ao meu único,
verdadeiro e eterno amor,
Jacir Alfonso Zanatta e
as minhas fortalezas, minhas filhas,
Clara Cecília e Heloísa Bella.
Amo vocês de "2".*

Silvia Santana Zanatta

*Dedico este trabalho a Lorene
agradecido pelo terno apoio.*

Josemar de Campos Maciel

Sumário

Prefácio **13**

Josemar de Campos Maciel

Introdução **17**

Parte 01 **28**

Pantanal ameaçado: a construção de represas e a insignificância da energia hídrica produzida

1. Introdução	28
2. Território das águas	29
2.1. A planície	29
2.2. O Planalto	30
2.3. A bacia na América do Sul	30
2.4. A Vegetação	32
3. A ocupação humana na BAP: uma questão de resistência	33
3.1. Um novo ciclo de ocupação: a devastação do cerrado	36
3.2. Uma nova etapa: o barramento dos rios	43
4. Um perigo latente.....	46
5. A questão energética brasileira e o papel da BAP	47
6. Danos ambientais, sociais e econômicos	54
7. A sociedade civil, pesquisadores e o ministério público apontam o caminho: avaliação ambiental estratégica	57
8. Considerações finais	58
9. Referências	60

Parte 02 **67**

As vozes do rio contra o sequestro de seu território

1. Introdução	67
2. O que um dia foi paraíso	70
3. De que desenvolvimento falamos?	73
4. Do sequestro de um modelo organizado de vida, à imposição de um modelo exógeno de desenvolvimento	84
5. Considerações finais	92
6. Referências	93

Parte 03

97

***“Sinto falta do cheiro do rio”*: construção da resistência ribeirinha no Rio Jauru**

1. Introdução	97
2. O rio deixou de existir e o povo sucumbe: um caso de resistencia no Rio Jauru	100
3. Ribeirinhos articulando-se como sociedade civil.....	110
3.1. Sobre as usinas serem do tipo fio d’água	114
3.2. Identidade sob ataque	120
4. Considerações finais	130
5. Referências	131

Conclusão

134

Referências

138

Prefácio

Josemar de Campos Maciel

Cara leitora, o trabalho que segue é o resultado de uma tese de doutorado em Desenvolvimento Local, mas é muito mais que isso. Explico-me. Como tese de doutorado, este trabalho, que você tem em mãos, ou na sua tela, foi construído com amor e muito rigor científico, a partir de uma pesquisa de campo feita por Silvia, durante mais ou menos dez anos, subindo e descendo os rios do Pantanal do Mato Grosso do Sul, e também do Mato Grosso. Uma pesquisa de campo que dura dez anos? Você perguntaria. Sim. Trata-se do experimento de conjugar um trabalho de mobilização ética e autobiográfica, que vem do meu doutorado e de desenvolvimentos ulteriores.

Do meu doutorado, trazemos aqui a força da chamada pesquisa heurística, a partir da qual entendemos que pesquisar é substancialmente pesquisar junto de pessoas, para melhorar a vida de pessoas e para nos tornarmos pessoas melhores. A Silvia envolveu-se com o trabalho de uma Organização Não Governamental que representa partes vulneráveis da Sociedade Civil, e oferece assistência a populações que têm dificuldade de se defender e de afirmar os seus interesses. Oferece assistência jurídica, psicológica, médica; oferece comida, muitas vezes, insumos para sobrevivência, e muitas outras coisas. Mas oferece sobretudo a escuta. E aqui a trabalho dá um salto e se torna um documento importante para você.

O Brasil é um país que fala muito em desenvolvimento, mas nunca a ideia de desenvolvimento é muito clara. Sobretudo, leitora, a ideia de

desenvolvimento nunca é clara para aquelas pessoas e comunidades que têm que sair do lugar, abandonar as suas casas e os seus rios, quando chegam as grandes obras. Quando essas obras destroem o seu ganha-pão. Quando as grandes obras dividem ao meio o seu território, ou quando reduzem drasticamente a quantidade de água disponível para a sua vida. Aqui entra a ideia central deste trabalho.

Em primeiro lugar, desenvolvimento tem a ver com discurso. Se você pensa que é fácil entender tudo o que é dito sobre emprego e renda, crescimento do país, aumento da disponibilidade de conforto, inovação e empreendedorismo, eu tenho uma notícia. Não é boa nem ruim, é apenas um toque de realidade. Você vai ter que ler muito, vai ter que ler este trabalho. Porque o desenvolvimento é um conceito amplo, que precisa ser estudado a partir de várias perspectivas. E porque existe muita retórica feita apenas para acelerar decisões, passar a boiada, como recentemente alguém afirmou, aproveitando justamente o sono, o silêncio e a omissão de pessoas que não leem, nem se informam.

O discurso sobre o desenvolvimento é construído a partir de referências muito claras e interesses muito claros. Mas na hora de vender esse discurso, ele ganha uma roupa mais técnica ou mais atraente, para que fique fácil de ganhar adesões. Este trabalho mexe um pouco com essas bases, e mostra, por exemplo, que o discurso brasileiro sobre a chamada energia limpa é, ele mesmo, bastante sujo por ruídos e pela produção de uma desigualdade jurídica imensa, que prejudica as pessoas e comunidades que são afetadas por grandes obras.

Em segundo lugar, aproveitando a ideia das grandes obras, é importante que você saiba, ou se recorde que, para ações de desenvolvimento, existem no mínimo três grupos envolvidos: grandes financiadores internacionais, que bancam despesas com insumos muito complexos e com grandes quantias de dinheiro; intermediários brasileiros, que podem ser

empreendedores interessados em copiar para o Brasil algumas obras que têm dado lucro em países estrangeiros, ou mesmo gestores, que veem nas obras alavancas interessantes para manter a sua popularidade ou os seus campos de domínio e interesse. Prensadas no meio desses dois grupos, mais fortes, mais aparelhados e normalmente mais escolarizados, aparecem as comunidades, formadas por gente mais simples, morando em lugares isolados, e que são afetadas pelas decisões dos dois.

Pois bem, preciosa leitora este trabalho foi lá nas beiras dos rios, escutar essas comunidades ribeirinhas. Que vivem e moram, alimentam-se e perseguem a sua subsistência a partir da beira de rios, imensos e pequenos, que irrigam o território do Brasil inteiro, há séculos. Comunidades que podem oferecer muitos elementos para a reflexão de cada um e cada uma, acerca do que estamos fazendo, e do que queremos continuar fazendo, neste país.

As decisões sobre obras que afetam comunidades tradicionais têm que ser negociadas com elas, ponto a ponto, com respeito, preservando os seus sistemas de vida. Isso está documentado em resoluções internacionais, há bastante tempo, e funciona bem. Neste trabalho você vai ler que – e como – isso nem sempre é respeitado. As páginas que falam da burocracia sobre os registros das atividades pesqueiras, por exemplo, poderiam ser parte de um romance gótico, mas não são. Fazem parte do Brasil de hoje, de agora. Da sua conta de luz.

As comunidades são vivas. Têm nomes e histórias. Seus sistemas de vida são sustentáveis, porque agriDEM muito pouco o ambiente, e ainda trata-se de semeadores e semeadoras, e de grupos que sabem muito bem que precisam sentir o cheiro do rio, para não deixar os peixes minguarem.

Prezada leitora, devore este estudo. Ele pode lhe ser muito útil, pode lhe sugerir muitos caminhos para pensar o desenvolvimento de uma outra forma. Mais integrada, mais justa, com um sistema jurídico que tenha

paciência com pessoas e grupos simples. E que tenha o ambiente diante dos olhos sempre, em todo momento, para que nunca nos esqueçamos que nós somos parte dele.

Ah. Eu sei que talvez você seja um homem. Não importa. Estou escrevendo para a sua alma. Os rios se comunicam muito bem com ela. Você, eu, todos também podemos.

Introdução

A moldura que abre e que encerra este livro é a fala de Ângela, que teremos ocasião para explorar. Ângela é pescadora, engajada no esforço de recuperar o seu rio. Aqui nos convém, antes de mais, apresentar o que é o nosso esforço fundamental. Se na luta pela justa equação entre desenvolvimento e sustentabilidade afirmamos que há atores diferentes, devemos reconhecer também que existe uma forte disputa de campos. Neste livro tentamos trazer material para que a sociedade leitora – não apenas a academia – perceba quão desequilibrada é essa disputa de campos e de priorização de recursos e de ritmos de vida. Mas, além disso, tentamos trazer esse desequilíbrio do ponto de vista das populações que são menos assistidas. Sentir um pouco da falta que o peixe faz, afirmar a saudade do cheiro do rio, reivindicar a voz para poder debater em igualdade de condições, a partir de algumas falas emblemáticas, que nos apresentam essa dimensão de uma bacia hidrográfica que, mais que um “recurso”, é um ambiente vivo e rico de experiências humanas.

Mesmo afetado por crises de diversos matizes, o Brasil tem realizado grandes esforços para arrancar num rápido crescimento econômico, tradicionalmente considerado como via de alcance do desenvolvimento. Os incentivos à diversificação da indústria, à modernização das técnicas produtivas no campo e ao crescimento do setor de serviços permitiram o posicionamento do Brasil, por um longo tempo, como uma das maiores economias do mundo e um dos mais atrativos e dinâmicos mercados entre os países emergentes.

Todo esse dinamismo não é suficiente, no entanto, para eliminar uma posição subalterna em relação ao mercado mais industrializado, obrigando

o país a se posicionar como um fornecedor de matérias-primas e, com a evolução das relações, *commodities*. Ainda perduram no país sérias desigualdades sociais e consideráveis desequilíbrios regionais, uma vez que o crescimento econômico tem sido acompanhado por forte concentração de renda, e os principais polos socioeconômicos ainda se encontram muito concentrados espacialmente. Além disso, o crescimento econômico tem resultado em fortes impactos socioambientais, causando significativos efeitos negativos aos ecossistemas naturais e às populações que neles vivem.

Os chamados “projetos de desenvolvimento”, especialmente os de infraestrutura, são apresentados à população e aos grandes financiadores como a resposta aos problemas do país. Concentram-se em construir malhas de estradas, hidrovias, ferrovias e barragens. Mas, a despeito das promessas de progresso, que justificam a execução de tais obras, são responsáveis por consideráveis mudanças em nossas paisagens naturais e por intensificar a vulnerabilidade de grupos sociais já considerados frágeis, sem diminuir as desigualdades.

O discurso comum que naturaliza o papel dos grandes projetos de infraestrutura no Brasil, desde a época dos planos de colonização, contém a alegação de que tais empreendimentos são essenciais e estratégicos. Essenciais para o desenvolvimento socioeconômico do país, estratégicos para o seu posicionamento no cenário mundial. Daí, descortina-se a ótica de que o Brasil é um país de livre exploração de recursos naturais, e, assim, esses projetos foram e continuam sendo responsáveis pela organização e pelo controle do território, consequentemente mobilizando os recursos financeiros, sociais e a agenda administrativa do país.

Não podemos negar a importância da existência de obras de infraestrutura para impulsionar o desenvolvimento socioeconômico do país, pelo seu poder de criar oportunidades para que outros importantes setores

possam se expandir. Nesse contexto, a construção de barragens para geração de energia elétrica se apresenta como setor essencial para o funcionamento da sociedade, na esfera das populações de maneira geral, mas, sobretudo, para os setores de atividade econômica intensa. O que chama atenção neste caso é a relação entre a exploração da água, como se não houvesse ambiente, a partir da perspectiva naturalizante da urgência de aproveitamento de recursos hídricos. A perspectiva das relações entre os discursos, as obras e os sistemas socioambientais é semelhante em todo o Brasil, especialmente onde há maior disposição de rios – o que transforma a maior parte do território do país em alvo para esse tipo de ação de grande escala. Neste trabalho, concentraremos a atenção sobre a Bacia do Alto Paraguai (BAP).

A implantação de empreendimentos hidroelétricos na Bacia do Alto rio Paraguai, por ser a bacia hidrográfica onde se localiza o Pantanal, é historicamente tensionada pela preocupação com os impactos sobre o ambiente. Contudo, além da preocupação com um ambiente em abstrato, outros fatores precisam ser observados a partir do processo de transformação dos locais onde são construídas as barragens para geração de energia. Nestas regiões, a partir da instalação de uma barragem, instaura-se a prática da imposição de dinâmicas socioeconômicas agressivas e estranhas às populações já existentes nos territórios, como o surgimento de novos grupos sociais movidos por interesses distintos, alterando a configuração social local, o que resulta em problemas e conflitos territoriais.

Tais preocupações abrem caminho para que a implantação de hidrelétricas na BAP se tornasse ao longo das últimas três décadas objeto de inúmeras inquietações por parte da comunidade cidadã e acadêmica. Na pesquisa, foram, aos poucos, surgindo e ganhando corpo os questionamentos relacionados ao não cumprimento das regulações internacionais que exigem a participação dos atores locais nas tomadas de decisões sobre

seus territórios. De fato, o planejamento para o desenvolvimento da BAP nunca levou em conta uma visão pluralista da sociedade. A exploração dos recursos naturais é decidida, em grande parte, segundo um modelo normativo ou prescritivo orientado pela lógica do lucro e do acúmulo de capital.

Este trabalho se pautou por estas preocupações e foi motivado essencialmente pela experiência cidadã e, em seguida, acadêmica, acumulada no trabalho de onze anos percorrendo os rios da BAP e tentando entender e descrever as suas dinâmicas. Trata-se de dois interesses complementares. O primeiro, ligado a uma experiência de trabalho intenso e recortado por viagens, visitas de campo e muitas atividades de entrevistas e geração de materiais para a estruturação de práticas cidadãs de apoio aos interesses dessas populações vulneráveis, em associação a uma Organização Não-Governamental que tenta ouvir e ecoar as suas demandas (por isso, chama-se Ecoa). O segundo, o interesse em aprender e refinar a posição de escuta social para dialogar com a Academia, a partir de uma concepção de ciência que se converte ao seu sujeito-objeto e que jamais renuncia à sua face, às suas vozes e às suas demandas mais imediatas. O grande objetivo que esse modelo de fazer científico enuncia, no campo dos estudos críticos do desenvolvimento, é o de chamar a atenção para desequilíbrios nas disputas por recursos, ambientes e discursos e, se possível, melhorar a circulação de informação, para produzir conhecimentos e atitudes qualificadas.

É a partir dessa posição humana e acadêmica que nos posicionamos, após mais de uma década estudando, convivendo e vivenciando o drama de ribeirinhos que foram fortemente impactados pelo barramento de seus rios, sofrendo uma irrefutável alteração em suas dinâmicas sociais e econômicas e na forma de se relacionar com a natureza. Assim sendo, a proposta desta livro parte de uma dupla demanda. A primeira, a desconstrução da ideia de um projeto de desenvolvimento homogêneo, decidido

em mesas executivas e aplicável a todo o país, para produzir uma visão mais matizada de elementos que estão por debaixo de discursos e de iniciativas, e também de anseios e formas de vida. E a segunda, e mais importante, a urgência de escutar e trazer à luz lógicas de desenvolvimento mais humanas, consolidando a discussão a partir da escuta do campo, das vozes do ambiente em questão. A melhor notícia que se pode dar a esse respeito, no contexto de todo o trabalho, não vem das iniciativas dos empreendimentos, que causam a pressão e o impacto em nome do desenvolvimento. É uma voz que começa a se consolidar, a partir de iniciativas dispersas que vão sendo sedimentadas na forma de diversos movimentos de organização, resistência e construção sistemática de estratégias de sobrevivência e preservação de modos de vida e de todo um ambiente. A força do local, a persistência das populações e algumas luzes as quais advêm de aliados institucionais mais lúcidos.

Há poucos estudos que se arriscam a construir um campo de onze anos, ou a tentar desmontar lógicas de planejamento e vozes de resistência, com este grau de detalhamento. As excelentes exceções confirmam a regra. Entre elas, que contribuem com a moldura deste trabalho, cumpre destacar: Ab'saber (2006), Calheiros; Arndt; Rodriguez Ortega e Silva (2009), Junk; Da Silva; Nunes da Cunha e Wantzen (2011) Silva; Silva Sousa; Ikeda-Castrillon; Lopes, et al (2015) e Calheiros; Ikeda-Castrillon e Bampi (2018).

E não se trata apenas de gerar material acadêmico para descrever as situações e perspectivas. Além disso, trata-se de se levar a informação a pessoas menos informadas sobre estas situações. É urgente a tarefa de se construir um painel referenciado de forma sistêmica, contribuindo para o acesso e a formação crítica de toda a sociedade civil – que, normalmente, não possui à sua disposição dados, nem histórias de vida, nem informações completas acerca de atores territoriais que vão sendo atingidos e excluídos

sistematicamente na medida em que se espalha o projeto da energia supostamente verde e sustentável. Pelo contrário, o que se tem à disposição, além do reforço ao discurso que louva as grandes obras e as biografias dos supostos heróis, é uma série de tentativas de desacreditar e mesmo desqualificar essas populações, esses atores sociais, territoriais e ambientais. Neste trabalho, conjuntamente às análises sistêmicas, eles têm rostos, falas e movimentos muito cotidianos.

A investigação aqui apresentada se concentrou na escuta de populações em situação de vulnerabilidade, a partir da sua perspectiva e das suas percepções. Um tipo de trabalho vem se destacando no cenário mundial a partir da América Latina e do Brasil, com os esforços da família dos métodos participantes, ou da escuta etnográfica, como mencionam Oliveira (1996) e Maciel (2017).

Durante todo o processo de construção deste trabalho, o olhar se direcionou e foi refinado; memórias foram revisadas constantemente. Incontáveis diários de campo foram produzidos e relidos, para consolidar um exercício de ciência que fosse robusto, mas construído com e a partir das relações com os atingidos. É fundamental, numa visão de ciência sensível às causas, registrar as percepções e a visão das populações tradicionais ribeirinhas sobre os impactos sociais, ambientais e econômicos decorrentes deste processo, que é designado como desenvolvimento de forma estratégica; porém, rápido demais, imprudente demais. A partir daí, foi possível desenhar analiticamente as linhas de força dos discursos de comunidades afetadas pelos processos de implantação das barragens, assim entendendo e disponibilizando ao público alguns rasgos da sua visão do “encontro com o desenvolvimento” (ESCOBAR, 1995). Era nosso desejo cidadão mostrar apenas as articulações da beleza do campo e suas vozes. Mas, fomos forçados por outro movimento, o de apoiar as reivindicações das comunidades, que eram e ainda são desconsideradas por outras

esferas de interessados no campo do desenvolvimento. Assim, para apoiar a nossa tarefa de escuta, foi necessário mediar o processo de campo com a construção de repertórios mais “audíveis”, em reuniões com agentes governamentais, sistema jurídico brasileiro e mercado. Daí que se encontra no trabalho a voz do campo, tão delicada, entrecortada pela linguagem mais formal de cartografia, estatística e economia política. São instrumentos para construir a clareza da visibilidade de comunidades em luta marginal, mas constante e importante para a construção de uma ciência ancorada no e sobre o Brasil.

Objetiva-se neste trabalho, primordialmente, trazer para o primeiro plano a voz ribeirinha, que luta para aparecer por debaixo de camadas de desinformação e omissão de agentes públicos e do mercado. Assim, é necessário mostrar com riqueza de detalhes a insignificância da geração de energia elétrica na Bacia do Alto rio Paraguai desmontando, de saída, a falácia que envolve a narrativa para justificar a exploração do território. Em seguida, tentaremos mostrar a fecundidade da escuta das populações ribeirinhas. Esta escuta é fecunda, antes de tudo, para desvelar a situação de ocultamento em que as populações, seus interesses e discursos se encontram, e, assim, prospectar uma solução inicial para os impasses: a afirmação dessas vozes, reiterando os processos sistemáticos de escuta. Para tanto, construiu-se um arcabouço conceitual sobre a problemática. Esse trabalho foi seguido por uma tarefa de coleta de dados de natureza formal e comunicável intersubjetivamente, que, agrupados, apresentam uma autêntica leitura da BAP frente ao processo de barramento de seus rios.

O livro aqui apresentado está organizado três partes. Importante registrar que, cada parte cumpre uma função específica. Elas foram pensadas, estruturadas e escritas a partir da lógica de serem úteis em distintas situações e utilizadas por diferentes interessados, dialogando com

diferentes agentes, os quais, quase sempre, possuem dificuldades de entender não apenas a perspectiva dos ribeirinhos, mas que há uma perspectiva ribeirinha, na qual eles são um outro, e não um obstáculo fraudulento.

Esta escolha foi tomada por entendermos que, em algum momento, era necessário, por exemplo, adotar uma posição de maior assertividade e clareza enfática, colocando em jogo dados que não abrissem margem para questionamento, como é o caso do primeiro artigo o qual tem como intuito localizar o leitor sobre a região estudada, a Bacia do Alto rio Paraguai, apresentando, assim, suas potencialidades e suas particularidades, principalmente as ambientais, bem como apresentar o problema relacionado à matriz energética brasileira, quase que totalmente dependente da exploração hídrica atualmente. Aqui foi realizado um trabalho mais ostensivamente técnico. Aproximamo-nos do repertório da ciência cartográfica e de modelos matemáticos, para apresentar os dados que foram gerados e obtidos para comprovar a insignificância da energia gerada no território estudado. Insignificância a qual ganha contornos ainda mais assombrosos se compararmos a geração energética aos danos consequentes ao meio ambiente, à economia local e aos impactos sociais gerados.

O formato mais duro e a linguagem mais técnica utilizada neste primeiro artigo tendem a orientar mais propositivamente, pesquisadores e, principalmente, instituições cidadãs que trabalham, a exemplo de muitas Organizações Não-Governamentais da BAP, travando constantemente embates com as agências financiadoras destes projetos na região, como é o caso do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Desse modo, foi necessário um argumento apoiado em números que comprovassem o mau negócio que se está fazendo no território, para facilitar o diálogo com interlocutores ligados ao mercado e à política.

Orientados por mais de uma década de campo e certos de que todas as comunidades ribeirinhas pantaneiras afetadas pelo barramento de seus rios apresentam inegável similaridade sobre os impactos que sofrem, deslocamos, para o segundo artigo, pelo macroterritório e pinçamos dentro da BAP uma região emblemática quando o assunto é a instalação de barragens, desrespeito pela natureza e desprezo pela forma tradicional dos ribeirinhos viverem. Trata-se da região do rio Jauru, entre os municípios de Jauru, Figueirópolis do Oeste, Indavaí e Araputanga.

Com seis barragens construídas em sistema de cascata, esta região do rio Jauru se tornou um estudo de caso bastante representativo para entender como uma região, com um modelo de desenvolvimento local genuinamente bem estruturado, que funcionava dentro da lógica de produzir meios para atender às necessidades as quais nasciam de forma endógena. Percebe-se assim, que a comunidade se vê diante do “sequestro” do seu modo original e autêntico de vida e da imposição de um formato de sistemas de vida e de atividades econômicas – portanto, de desenvolvimento, que os agride enquanto seres detentores de direitos e donos originários do território.

Ainda que com uma linguagem técnica, apoiados na análise de algumas variáveis econômicas para verificar como se comportou a região do rio Jauru pós-instalação de seis barragens, nosso esforço maior se deu ao registrar que existe neste território a construção de discursos (oficiais e científicos) os quais naturalizam o sofrimento das populações atingidas. Esses discursos estão atrelados aos ideais de progresso e desenvolvimento preconizados pelo modelo econômico a partir do qual grupos, historicamente invisíveis e vulneráveis, são sacrificados pelo discurso do ‘bem maior’.

Como exercício de contestação deste discurso, trazemos à luz a dor na fala dos agentes locais que colhem a destruição. A importância desse

momento para o trabalho se deve à tentativa de dar rosto aos contornos da discussão. Não se trata de um “o que”, mas “quem”. Mostramos alguns rostos cansados da luta diária travada para resistir e se manterem vivo diante da ameaça que tomou os seus territórios.

Uma vez o leitor abastecido por informações acerca do que acontece na região do rio Jauru, e certos de que este território representa de forma fiel o que acontece no restante da BAP, achamos por bem adotar o rio Jauru, também, como ponto focal de análise na terceira parte do trabalho. Momento da trabalho em que nos dedicamos a registrar o quadro de resistência a qual foi gerada na região pelos agentes sociais que, inconformados com sua condição de impactados, começaram a formar uma identidade de luta e estratégias de contraposição à ação dos empreendimentos que os privaram, a partir do barramento do rio, da organização social que, antes, possuíam.

Destituídos de instrumentos suficientes, de um capital simbólico ou de relações institucionais necessárias para enfrentar a poderosa coalizão de interesses que se formou em defesa das seis barragens, as famílias ribeirinhas da região passaram a pensar em ações organizadas de resistência. A reação gerou incômodo e ataques, por parte dos donos dos empreendimentos. Destacamos, no artigo, as artimanhas utilizadas pelas companhias donas das barragens, na tentativa de invalidar o esforço dos atingidos, inclusive, desqualificando-os como pescadores tradicionais e seres dignos de empatia.

Na terceira parte, a voz que fala mais alto é a do impactado. Não buscamos imparcialidade nesta escrita, comportamo-nos como a mãe que defende, com unhas e dentes, um filho agredido e o encoraja a continuar seguindo firme diante do que acredita. Isso, claramente, por termos como certo que este movimento de resistência é um marco para a constituição de uma cultura política de luta dos subalternos da BAP e um incentivo para

a construção de um discurso coletivo, fortemente ancorado em argumentos sólidos e na dor que é comum a cada um destes pantaneiros que recebem nos quintais de suas casas o ‘progresso’. Se há alguma perspectiva gerada a partir deste trabalho, que se tensiona entre a resistência e a voz dos ribeirinhos, as agressões de empresas e do próprio Estado, essa perspectiva há de ser a escuta e o respeito ao pluralismo e às formas de vida tradicionais, como pretendemos mostrar.

Parte 01

Pantanal ameaçado: a construção de represas e a insignificância da energia hídrica produzida

1. Introdução

O Pantanal, tido como uma parte do planeta com características especiais e singulares, além de estar na parte superior do maior sistema de áreas úmidas do mundo – o Paraná-Paraguai, é reconhecido como Patrimônio Nacional pela Constituição Federal, considerado Reserva da Biosfera e Patrimônio Natural da Humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco).

Dada a importância do Pantanal e sua complexidade de funcionamento, pesquisas apontam que qualquer pequena alteração no seu entorno pode gerar impactos importantes e irreversíveis para a região. Portanto, para a conservação da maior área inundável do mundo, é importante levar em conta a BAP como um todo e não somente a planície pantaneira. Convém destacar que nas terras altas estão as nascentes abastecedoras do Pantanal. Sendo assim, o equilíbrio ambiental e os processos ecológicos desta região são determinados por eventos naturais ou não, os quais, em sua maioria, ocorrem na parte alta da BAP.

Um dos eventos antrópicos que mais tem chamado atenção nas últimas décadas é o movimento de expansão da exploração dos recursos hídricos da bacia para a geração de energia. Pois, a construção de represas na parte alta da BAP está se proliferando, promovendo uma expressiva alteração dos sistemas hídricos e, em consequência, do funcionamento biológico natural do Pantanal. Para ajudar no entendimento sistêmico da problemática, o texto segue a lógica de, inicialmente, localizar o leitor

sobre o território trabalhado, expondo sua dinâmica e sua importância ambiental, social e econômica. Num segundo momento, voltamo-nos ao exercício de elencar os planos e programas já pensados para a BAP. Porque a construção e aplicação de cada um deles foi o que nutriu esperanças sobre o território se tornar – pela ótica capitalista – uma região altamente desenvolvida e rentável nacionalmente. Por último, mas não menos importante, projetamos a questão central do artigo, analisando a representatividade da BAP dentro da matriz de produção de energia do país. O intuito maior foi o de descobrir se o impacto imposto ao território pelo modelo de exploração hídrica para produção de energia é justificável diante da atual produção.

2. Território das águas

A Bacia hidrográfica do Alto rio Paraguai abarca duas grandes regiões física e ecologicamente bem demarcadas: a planície, sua parte mais baixa e conhecida como Pantanal, e o planalto que a circunda, mais elevado. As duas regiões compõem ‘universos’ muito distintos, mas interdependentes nos marcos da grande unidade ambiental ‘bacia hidrográfica’ e de outros elementos, como a vegetação. Ter presente as características físicas e biológicas da BAP é importante, porque, ao fim, as construções econômicas e sociais observadas ao longo da história e presentes atualmente estão diretamente relacionadas com elas.

2.1. A planície

Também chamada de Pantanal, a planície é uma região baixa onde os rios inundam e alimentam um intrincado sistema de drenagem que inclui lagos extensos, cursos d’água divergentes e áreas de escoamento e inundação sazonal. A região do Pantanal apresenta cotas entre 80 e 150 metros de altura e foi formada pelo rebaixamento de uma grande região,

simultaneamente ao soerguimento da Cordilheira dos Andes (SILVA, 1984).

A medida da importância desta região está no fato de ser reconhecida como Patrimônio Nacional pela Constituição Federal e parte dele ser considerado Reserva da Biosfera e Patrimônio Natural da Humanidade, pela Unesco, além de abrigar três Sítios Ramsar, ou seja, zonas úmidas que se beneficiam de prioridade no acesso à cooperação técnica internacional e apoio financeiro para promover projetos que visem a sua proteção e a utilização sustentável dos seus recursos naturais, favorecendo a implantação, em tais áreas, de um modelo de desenvolvimento propiciando qualidade de vida aos seus habitantes.

2.2. O Planalto

Planalto está quase totalmente em território brasileiro e tem cerca de 200.000km². Pode atingir entre 500 e 1.400 metros de altitude nas regiões Norte e Leste da bacia, onde se localizam as nascentes dos rios da BAP. Conforme aponta o estudo de ‘monitoramento das alterações de cobertura vegetal e uso do solo na Bacia do Alto rio Paraguai’ (2009), além da fragilidade natural proporcionada pelas condições do relevo e pela natureza dos solos, o planalto é a porção da bacia que mais sofreu, ao longo nos últimos anos, com intervenções humanas.

2.3. A bacia na América do Sul

A Bacia hidrográfica do Alto rio Paraguai (BAP), que finaliza na desembocadura do rio Apa, na fronteira entre Brasil e Paraguai, compreende duas grandes regiões fisiográficas: o Pantanal propriamente dito, ou planície do Pantanal, e o planalto que circunda a planície. Ao todo, a bacia transfronteiriça da BAP se distribui por Bolívia, Paraguai e Brasil, com uma área total de 624.320km² - um território pouco menor que a França.

No Brasil, estão aproximadamente 62% (361.666km²), outros 20% na Bolívia e 18% no Paraguai.

Mapa 1 - Localização da Bacia do Alto rio Paraguai na América do Sul.



Fonte: TNC/WWF (2012)

A área de Planície/Pantanal ocupa 190.000km² nos três países, sendo que, em território brasileiro, são 140.000km² ou quase 74% do total e estão distribuído pelos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Situado no centro da América do Sul, o Pantanal é parte do sistema Paraguai-Paraná de áreas úmidas, localizado no vale central da América do Sul/Depressão Subandina. Além do Pantanal, na parte alta da Bacia do Alto rio Paraguai, este sistema inclui as áreas úmidas do rio Paraguai médio e inferior, e o vale aluvial do Paraná médio e inferior, até a desembocadura do Rio da Prata. Mais de 20 milhões de pessoas o habitam. São comunidades indígenas, tradicionais e populações de áreas urbanas e rurais.

Um registro importante é que a Bacia do Alto rio Paraguai, com as bacias do Paraná e Uruguai, formam a grande Bacia do rio da Prata, distribuída por Uruguai, Argentina, Paraguai, Bolívia e Brasil. Neste território de 3.200.000km², a magnitude dos números que descrevem esse sistema hidrográfico evidencia sua importância estratégica. Nele, são gerados 70% do Produto Interno Bruto (PIB) dos cinco países que o integram, e vivem cerca de 50% da população dos mesmos (ANA, 2001).

2.4. A Vegetação

No Planalto, ocorre a prevalência do bioma Cerrado, principalmente a Leste, apresentando ao Norte, transição da Amazônia Meridional e do Cerrado e, no Sudeste da Região, Mata Atlântica e Cerrado. Já a Planície é influenciada pela floresta Amazônica, pelo Chaco, Cerrado, pela Mata Atlântica e pelo bosque seco Chiquitano. Dois grandes mosaicos sistêmicos, com uma grande diversidade biológica, conforme mostra o *mapa 2*.

Mapa 2 - Distribuição do mosaico sistêmico na Bacia do Alto rio Paraguai na América do Sul.



Fonte: TNC/WWF (2012)

3. A ocupação humana na BAP: uma questão de resistência

A Bacia do Alto rio Paraguai tem, atualmente, como atividades econômicas de maior relevância: pecuária, pesca, turismo, mineração e agricultura de grãos. Todas essas atividades se consolidaram ao longo do tempo, tendo como suporte primeiro as características físico-biológicas do grande território, com a diversidade de ambientes e riqueza em bens naturais, particularmente águas, solos, minerais e pastagens. Seus rios e a Planície, quase sem barreiras naturais, permitiram o amplo trânsito dos povos indígenas¹ e, a partir do século XVI, de espanhóis e portugueses. Sendo assim, é passível de se afirmar que, originalmente, as águas ofereceram os caminhos e, também, os alimentos para a ocupação.

Foge do escopo maior deste texto, tratar com profundidade os processos econômicos e históricos desencadeados a partir da chegada dos primeiros europeus no século XVI, mas, por outro lado, é importante trazer alguns elementos que, ao longo da preparação deste estudo, tornam evidentes fatos e processos histórico-econômicos demonstrativos da transposição de um ‘capitalista expansionista’ para um modelo ‘capitalista exploratório’ dos bens naturais da Bacia. Se a procura por ouro e prata e as guerras contra os povos indígenas para torná-los escravos são a motivação primeira, espreado-se pelos séculos seguintes, até seu quase extermínio, a ocupação de territórios para a pecuária extensiva, utilizando as gramíneas nativas do Pantanal, que marca o pós-guerra com o Paraguai (1864-1870), é outro processo indicativo da maneira como os territórios na Bacia foram ocupados.

¹ A história da antiquíssima ocupação indígena no território é muito bem documentada. Podemos consultar, a título de exemplo: EREMITES DE OLIVEIRA (2003); BESPALÉZ (2015); CHAMORRO e COMBÈS (2015); EREMITES DE OLIVEIRA e ESSELIN (2015) e PEREIRA (2018). É importante ressaltar que a ocupação é antiga, mais do que as frentes atuais, tentam, por vezes, desqualificá-las.

Sendo assim, começemos por 1542, ano em que o espanhol Álvaro Núñez Cabeza de Vaca navegou pelo rio Paraguai, partindo de Asunción, Paraguai, alcançando o Pantanal, acompanhado de 1.300 indígenas, provavelmente até a lagoa Gaiva, a montante de Corumbá, no estado de Mato Grosso do Sul. Os seus escritos encontrados em “Naufrágios e Comentários” (2007) permitem-nos ter uma ideia da ampla ocupação por grupos indígenas dos diferentes territórios, o que, por seu turno, é um indicativo das riquezas de seus ecossistemas. Ali, o que existia era uma planície povoada por centenas de milhares de índios que integravam grupos étnicos e possuíam distintas raízes linguísticas, formando um verdadeiro mosaico cultural. Desses povos originários, pouco restou. Mais de um século depois da passagem de Cabeza de Vaca, os relatos da chegada dos portugueses à região onde nos dias de hoje é Cuiabá, na planície pantaneira, trazem mais luz para o entendimento geral do processo de ocupação dos territórios da Bacia do Alto rio Paraguai. A história registra que os primeiros indícios de Bandeirantes paulistas na região, onde atualmente fica a cidade, datam de 1673 e 1682, quando da passagem do bandeirante Manoel de Campos Bicudo. Em 1718, seu filho Antônio Pires de Campos “varou o extremo altiplano do Oeste e enveredou pelos rios até chegar no rio Paraguai e subiu até encontrar índios e dominá-los” (GUIMARÃES, 1999, p.24).

Esse processo de exploração e dominação de populações nativas foi também descrito por Corrêa (1999), quando registra, por exemplo, os detalhes da formação de comitivas encabeçadas por Pascoal Moreira Cabral, Antônio Antunes Maciel e Fernando Dias Falcão na busca dos índios Coxiponés. Posteriormente, com a descoberta do ouro, movidos pela ambição de enriquecimento fácil, a ocupação avança, e impulsiona-se a busca do metal, mais a Oeste, no Guaporé, já na Bacia Amazônica, onde se estabelece o comércio com espanhóis, incluindo o contrabando da prata andina, para a Coroa Portuguesa (FERNANDES, 2011).

Detalhes ricos deste recorte da história da BAP também podem ser encontrados no livro ‘Pantanais Mato-grossenses - Devassamento e Ocupação’ de Virgílio Corrêa Filho, do ano de 1946, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. A partir destes escritos, conseguimos acessar, rasamente, as atrocidades cometidas durante este período. Um momento dolorido da história, marcado pelo aniquilamento de milhares de indígenas e o extermínio de um jeito único de saber.

Dor, também, registrada no texto de Naine Terena de Jesus (2007) em ‘Kohixoti-Kipáe, a dança da ema – memória, resistência e cotidiano do povo Terena’ apontando que o passar dos séculos não mudou a maneira de ocupação e tomada de territórios. Atesta Naine que a Guerra com o Paraguai e, posteriormente, a construção da ferrovia Noroeste do Brasil, na primeira parte do século XX, foram elementos de desestabilização para o seu povo, este que lutou ao lado do Exército brasileiro, inclusive formando um batalhão, fornecendo alimentos para os soldados e foi parte da ‘inteligência’ de guerra. O fim do conflito não lhes foi favorável, como seria de esperar, pois perderam territórios para os criadores de gado vindos de outras paragens.

Com a participação do Marechal Cândido Rondon, alcançou-se uma nova situação, com a constituição de reservas nos municípios de Aquidauana e Miranda, no atual estado de Mato Grosso do Sul. Mas, estas não lhes proveram suficientemente condições de sobrevivência, o que os levou a fazer incursões além das reservas. Um caso citado por Naine Terena de Jesus (2007) mostra que até recentemente, sofreram perseguição. Em 1956, o gerente da fazenda Miranda Estância – originalmente ‘*The Miranda Estancia Company Limited*’, pertencente a ingleses e instalada a partir de 1912 - solicitou ao chefe do posto do Serviço de Proteção ao Índio que impedisse os terenas de ‘invadirem’ áreas da fazenda para caçar e pescar. A resposta do chefe foi que seriam repreendidos e dois deles seriam ‘castigados’.

3.1. Um novo ciclo de ocupação: a devastação do cerrado

Enquanto, no Pantanal, mantinha-se o processo estruturado pós-guerra com o Paraguai, baseado na pecuária extensiva sobre pastagens naturais, no Planalto, um novo ciclo da ocupação teve início nas décadas de 60 e 70 do século passado, inaugurando a era moderna e um modelo consolidado atualmente, graças à agricultura de grãos e à pecuária em pastagens plantadas nas áreas de Cerrados².







Este novo ciclo vem no bojo de transformações globais trazidas por processos como a ampliação do comércio, a chegada da indústria automobilística com sua exigência de rodovias e avanços tecnológicos em várias áreas, incluindo agricultura de grãos. No território da BAP, esse novo ciclo se estabelece graças ao lançamento e a execução de planos de desenvolvimento conduzidos sob a égide do Estado, que ainda se dá de forma complexa e tem distintos desdobramentos. Um marco significativo deste processo foi a modernização da pecuária, abrindo frentes para a organização das atividades agroindustriais. Nessa fase, são pensadas, no aparelho do Estado, políticas capazes de articular a atividade agrícola com a atividade industrial, viabilizando-se, em especial, por meio da abertura de novas fronteiras. O território, até então, configurava-se pela baixa densidade populacional e grande disponibilidade de terras, mas passou a receber os contingentes de camponeses expropriados de outras regiões e, ao mesmo tempo, o investimento de capitais produtivos e especulativos (OLIVEIRA, 1999).

A tomada de decisão do Estado em apostar nessa política de modernização agrícola provocou profundas mudanças na região, especialmente na parte alta da Bacia. Um exemplo é o acelerado ritmo de crescimento

² Ver ABRÃO (1983); ALBANEZ (2003) e LEITE (2003).

populacional. Situação comprovada quando nos voltamos para os municípios de Cuiabá e de Rondonópolis, e observamos os dados relativos ao crescimento populacional entre as décadas de 70, 80 e 90 (*Tabelas 1 e 2*).

Tabela 1 – População Residente nos municípios mato-grossenses de Cuiabá e Rondonópolis, entre as décadas de 1970 e 1990.

	POPULAÇÃO RESIDENTE		
	1970	1980	1991
CUIABÁ			
	100.86	212.984	402.813
RONDONÓPOLIS			
	62.086	81.366	126.627

Fonte: IBGE – censo Demográfico 1970, 1980 e 1991. Adaptado

Tabela 2 – Variação relativa (%) da população residente dos municípios mato-grossenses de Cuiabá e Rondonópolis, entre as décadas de 1970 e 1990

	VARIÇÃO RELATIVA (%)	
	1970/1980	1980/1991
CUIABÁ	111,17%	89,13%
RONDONÓPOLIS	31,05%	55,63%

Fonte: IBGE – censo Demográfico 1970, 1980 e 1991. Adaptado

Regulando e dando os rumos a esse grande projeto de expansão da agricultura industrial, encontra-se o Estado, exercendo o papel de financiador, via Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), especialmente entre os anos de 1966 a 1976, instituindo políticas de crédito de comércio exterior, estabelecendo preço, normatizando, criando leis e articulando organicamente o Departamento de Bens e Produção da Indústria para

Agricultura, que, segundo Delgado (1985, p.138) “ajudou na estruturação de uma política fundiária, cuja execução prática se traduz em proteção e favorecimento da propriedade territorial rural”.

Entre os programas criados pelo governo, para impulsionar o desenvolvimento deste território, alguns se destacam de modo especial. A seguir, um esforço de elencá-los e, sumariamente, comentá-los.

- **Fundo Geral para Agricultura e Indústria (Funagri)** – Em meados de 1965, com o governo militar, a modernização da agropecuária passa ser uma prioridade. Fundos de diferentes espécies foram criados para fomentar a aquisição de máquinas e equipamentos industriais. O Funagri agregava recursos provenientes de entidades financeiras nacionais e internacionais, recursos mobilizados pelo Banco Central no mercado e, recursos de saldos remanescentes das contas relacionadas. Este Fundo passa a ser administrado pelo Banco Central, que, mais tarde, vai criar a conta Funagri, junto às autoridades monetárias (BELIK, 1992).
- **Fundo para o Desenvolvimento da Pecuária (Fundepe)** – Criado em 1967, originário de acordos internacionais realizados com o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), também conhecido como Banco Mundial; o objetivo maior do fundo era destinar recursos para projetos voltados à pecuária de corte. Segundo o Plano de Conservação da Bacia do Alto Paraguai (1997), o fundo foi precursor da política que buscava a ampliação da produção de carne, por meio do emprego de tecnologia apropriada, priorizando a fase de cria.
- **Programa de Desenvolvimento da Pecuária (Prodepe)** – O Programa de Desenvolvimento da Pecuária é desenhado para substituir o então Fundepe. É neste momento em que acontece o que alguns autores apontam como ‘cientificização do espaço geográfico’. Processo no qual, por exemplo, variedades de gramíneas braquiárias (*Brachiariassp*), foram introduzidas na maior parte das propriedades agropecuárias da região. O primeiro grande passo para a destruição do Cerrado (BINI, 2009).
- **Programa de Integração Nacional (PIN)** – Implantado em junho de 1970, tinha, conforme apontado por Oliveira Neto e Nogueira (2015), a finalidade era financiar obras de infraestrutura, como, por exemplo, a abertura de rodovias federais. Na parte alta da BAP, a construção destas rodovias se presta, até os dias atuais, para o escoamento da produção agropecuária. A principal a atravessar o Planalto da

BAP é a BR-163, ligando Cuiabá a Santarém, no Pará. Importante, também, considerar que, neste período, a primeira Usina Hidrelétrica da BAP começou a operar. Localizada a 42km de Chapada dos Guimarães, e a 107km de Cuiabá, a Usina Hidrelétrica Rio da Casca I foi construída para pôr fim a um iminente colapso de suprimento de energia no Estado de Mato Grosso.

- **Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Prodoeste)** – Criado em 1971, pelo General Médici, o programa era destinado a incrementar o desenvolvimento econômico do Distrito Federal e do Sul dos Estados de Goiás e Mato Grosso. Segundo Freitas, Araújo Sobrinho e Mello (2009), o programa estava voltado ao estímulo da produção, priorizando a construção de uma malha rodoviária básica, ou seja, estradas de interiorização que permitissem o escoamento da produção até os principais centros de comercialização, consumo, industrialização e exportação. Este programa viabilizou, também, obras de infraestrutura rural, como uma rede de silos, armazéns e frigoríficos e, ainda, obras de saneamento geral. Esperava-se com essas ações promover a aceleração do desenvolvimento econômico e social de algumas regiões, acolhendo o fluxo migratório e reduzindo o êxodo rural para territórios já saturados.
- **Programa de Desenvolvimento do Pantanal (Prodepan)** – Instituído pela Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco), o programa foi viabilizado entre os anos de 1974 a 1978. Sua máxima era colocar em prática um conjunto de medidas visando dar condições ao Pantanal Mato-Grossense para a melhor utilização de seus recursos, priorizando a sua definitiva integração ao desenvolvimento que acontecia em âmbito nacional. Necessário elencar que muitas das ações previstas para serem realizadas pelo Prodepan foram originalmente planejadas no escopo do Prodoeste, caso da BR-262 que atravessaria o Pantanal no sentido Leste-Oeste, alcançando Corumbá, na fronteira com a Bolívia. As obras previstas no marco do Programa incluíam desde o asfaltamento entre os municípios de Aquidauana-Corumbá; a construção da ponte no Porto da Manga, no rio Paraguai, até a construção da Transpantaneira, a qual ligaria Cuiabá-Corumbá. O programa era voltado a cinco áreas estratégicas: transporte, energia, saneamento ambiental, pecuária e indústria (ABREU, 2014).
- **Programa Para o Desenvolvimento do Cerrado (Polocentro)** – Criado em 1975. O objetivo central era estimular a produção em áreas do domínio do Cerrado. Em termos operacionais, o Programa deveria atender as demandas por infraestrutura regional, com a construção de estradas vicinais, linhas de eletrificação rural e apoio

técnico aos produtores agropecuários. A ideia era tomar o cerrado a partir de uma agricultura mecanizada, difundindo a tecnologia agropecuária, permitindo elevados níveis de produtividade e, ao mesmo tempo, aumentando e preservando a fertilidade do solo. Estima-se que no período 1975 a 1980, o Polocentro tenha sido responsável pela incorporação direta de 2,5 milhões de hectares à agricultura dos cerrados (SILVA, 1985). Diferentemente do proposto, o programa foi alvo de muitas críticas e, atualmente, é visto como problemático em vários aspectos. Ferreira (1985) destaca como maiores fragilidades do processo a pequena diversificação produtiva, o crescimento e modernização restritos a unidades produtivas médias e grandes, os resultados seletivos em termos de produtos, com desempenho desfavorável das lavouras de alimentos básicos frente ao grande dinamismo dos produtos exportáveis da época, além dos índices ainda baixos de utilização de calcário e de adoção de práticas de conservação de solo.

- **Programa Especial Programa de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso (Promat) e Programa de Desenvolvimento de Mato Grosso do Sul (Prosul)** – Os dois Programas surgiram no contexto da avaliação realizada sobre os prejuízos que a divisão dos estados poderia trazer ao ‘novo’ Mato Grosso (parte Norte), que era menos povoado, menos produtivo, se comparado ao Sul. Criados em 1979, tinham por lei a previsão de durar 10 anos e serviriam para auxiliar no equilíbrio à montagem da ‘máquina’ administrativa nas novas Unidades da Federação, criadas em 1977. Apesar da sinergia entre os programas, seus objetivos eram bastante distintos. O Promat adotou as seguintes estratégias de investimentos.

Primeiro, concentrar ações em áreas já ocupadas extensivamente (ainda que não intensamente) e que pudessem dar um retorno a curto prazo, inclusive por já ter uma infraestrutura anterior; permanecia a rodovia como um referencial de ocupação. Em segundo lugar, a programação vislumbraria a necessária expansão agrícola e proporia uma revisão da política estadual de colonização, estabelecendo novas diretrizes e exigências para a aprovação de projetos futuros em áreas ainda “não ocupadas pelo capital”. Nesse sentido, um terceiro ponto vem a ser a demarcação das terras indígenas, obviamente no sentido de promover o adensamento do processo de ocupação e produção, legalizando o *apartheid* a que foram submetidos os grupos indígenas, que agora passariam a ser os invasores. Isso sem falar na poluição dos rios, pelos agrotóxicos e mercúrio, na retirada da mata, pela implantação das empresas

madeireiras, mineradoras e/ou das grandes fazendas de gado e de produção de soja que se disseminaram no Mato Grosso e que inviabilizaram a cultura e a economia de subsistência de muitos povos indígenas ou não indígenas (ABREU, 2014, p.255).

Já o Prosul carregava como bandeira ampliar a produção de alimentos básicos, como o trigo, em grande parte importado, para aliviar a balança comercial da carga de importações, sobrecarregada com a alta do dólar e a crise do petróleo. Também, buscava ampliar a exportação de produtos agropecuários, como a soja e a carne, além de promover a agroindústria no sentido de beneficiar e processar as matérias-primas regionais (ABREU, 2014).

- **Programa de Desenvolvimento Integrado do Noroeste do Brasil (Polonoroeste)** – Criado pelo Decreto Presidencial, de 27 de maio de 1981, nasceu com os objetivos de pavimentar a estrada que une Cuiabá a Porto Velho (BR-364), área de considerável potencial de produção, objeto de rápidos fluxos migratórios e, ao mesmo tempo, proporcionar os investimentos necessários ao desenvolvimento socioeconômico ordenado da área influenciada pela estrada e à proteção do ambiente físico e da população indígena da região. O investimento total do Polonoroeste foi de US\$ 1,5 bilhão. Destes, cerca de 53% foram destinados à construção de estradas, 40% ao desenvolvimento rural e assentamentos, e o saldo para saúde, proteção aos índios e ao meio ambiente (BELINATI e COSTA E SILVA, 1988).
- **Programa de Desenvolvimento Agroambiental do Estado de Mato Grosso (Prodeagro)** – Criado em 1992, estendeu-se até 2003. Tinha como proposta principal pensar o desenvolvimento sustentável do Estado, por meio da gestão de seus recursos naturais. Constituiu-se de vários subprogramas, os principais estavam voltados para gerenciamento dos recursos naturais (florestas, minerais, cobertura vegetal) e sociais (regularização fundiária e controle de áreas indígenas). No seu escopo, ficava clara a intenção de minimizar as degradações ambientais decorrentes do uso inadequado dos recursos naturais e da intensa ocupação, assegurando a promoção do desenvolvimento socioeconômico da população, estabelecendo equilíbrio entre o binômio ocupação/preservação. Medida necessária para um

programa que veio para ‘resolver’ os danos ambientais promovidos por Programas anteriores executados no território (BARBIERI e SILVA, 2011).

- **Programa de Desenvolvimento Sustentável do Pantanal (Programa Pantanal)** – em consonância com o Prodeagro, seguindo a linha de mitigar impactos oriundos da incapacidade de, até então, pensar na aplicação de projetos e planos que levassem em consideração as peculiaridades do território e sua sensível dinâmica, instituiu-se o Programa Pantanal. Com execução vinculada diretamente à Secretaria Executiva do Ministério do Meio Ambiente, em conjunto com o Ministério da Integração Nacional, o projeto se voltada a:

Promover o desenvolvimento sustentável da Bacia do Alto Paraguai – BAP, incentivando atividades econômicas ambientalmente compatíveis com o ecossistema, uma vez que as atividades antrópicas desordenadas (mineração, agropecuária, pesca e caça predatória e turismo) e o crescimento acelerado das cidades sem a devida urbanização (água, esgotos, resíduos sólidos e estradas) levaram a condições críticas de assoreamento, poluição e contaminação dos corpos hídricos e a degradação dos ecossistemas, afetando o desenvolvimento sustentável desta Bacia (MMA, 2006).

Para sua execução, estavam previstos US\$ 400 milhões, do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), do governo japonês, do governo federal e dos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. O programa seria executado em duas fases, entre 2001 e 2009. Em 2001, ainda inexpressivo, é incluído no Plano Plurianual – PPA 2000-2003 e, logo depois, incorporado no ‘Avança Brasil’ e adentra ao ‘Brasil para Todos’. Em 2005, o governo brasileiro afirma que o contrato com o BID, para o financiamento do programa, precisa ser revisto e que o acordo traz prejuízos aos cofres públicos. Este é o início do fim do processo. Importante ter em conta que, na base da construção do Programa, estiveram o Estudo de Desenvolvimento Integrado da Bacia do Alto rio Paraguai (EDIBAP)/Brasil (1979) e o Plano de Conservação da Bacia do Alto rio Paraguai (Pantanal)

(PCBAP)/Brasil (1997), ambos recomendando o uso dos recursos naturais de forma mais racional, visando à sustentabilidade do território.

3.2. Uma nova etapa: o barramento dos rios

Apesar do rumo que os Planos e Programas tomam na história mais recente - EDBAP e PCBAP - ao apontar soluções sustentáveis para o território, pouco se faz efetivamente, para adoção de políticas que se consolidem e protejam a região das ações predatórias. Exemplo disso é o movimento iniciado a partir dos anos 2000, com a elaboração de inúmeros projetos de barramentos de rios no Planalto, os quais, como se sabe, escoam para o Pantanal.

Este movimento se dá, necessariamente, a partir da narrativa de que, com a exploração da hidroeletricidade, a implantação de Usinas Hidrelétricas, Centrais Geradoras de Energia, e as Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), teremos fontes limpas de geração de energia, particularmente esta última. Este é um discurso, que para Bermann, Veiga e Rocha (2004), deve ser analisado com profundidade, pois não existe energia limpa; em maior ou menor grau, todas as fontes de energia provocam danos ao ambiente. O que acontece segundo Carvalho (2002), principalmente no caso das Pequenas Centrais hidrelétricas, é um processo de minimização de impactos, isso porque a atual política energética é essencialmente voltada para o lucro dos agentes privados, enquanto os efeitos (sociais e ambientais) derivados da instalação da planta industrial hidrelétrica são ignorados.

Ainda sobre a minimização de impactos, Naime (2002) defende que o Brasil tem desenvolvido uma grande capacidade de utilização dos seus recursos hídricos superficiais, mas isto tem sido feito sem qualquer análise da sustentabilidade. Assim sendo prevalecem os interesses econômicos e uma carência de estudos hidrológicos.

Outro mecanismo que se fez valer pelo estado, neste período, para fortalecer a ideia de que a Bacia era importante dentro do quadro de produção energética do Brasil, foi a chamada eletro-estratégia, uma analogia feita por Albuquerque (2013), ao conceito de agroestratégia de Almeida (2010), na qual o setor energético, assim como o setor do agronegócio, utiliza inúmeras táticas para benefício próprio. Uma das narrativas que demonstra bem esta equidade é o discurso de ‘crise na produção de alimentos’ para o agronegócio e a ‘crise energética’ para o setor energético. A terminologia ‘apagão’ foi bastante utilizada neste período, para justificar os inúmeros empreendimentos hidrelétricos implantados na Bacia e proporcionar facilidades, como as descritas no Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa), instituída pelo Decreto nº5.025, de 2004, em que se oferece um pacote de benefícios para os empreendedores como o financiamento pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Social e Econômico (BNDES), de até 80% do empreendimento, a garantia da compra de energia assegurada pelas Centrais Elétricas Brasileiras (Eletrobrás), a isenção do pagamento de Uso de Bem Público - UBP e a isenção de compensação aos estados e municípios pelo uso de recursos hídricos. Tudo, sempre, em nome de se evitar um grande colapso energético.

Entre outros fatores que facilitaram o impulsionamento do setor e sua expansão na BAP, está o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), criado em 2007, o qual promoveu a execução de grandes e impactantes obras de infraestrutura, não só na BAP, mas em todo o território brasileiro. Importante, também, destacar que, no âmbito legislativo, foi imperativa sua flexibilização, para que facilidades fossem criadas. Esse afrouxamento nas áreas de preservação ambiental, dos compromissos com ações em prol da mitigação das mudanças climáticas e dos direitos dos povos e comunidades tradicionais se deram por meio de Projetos de

Lei (PLs), Medidas Provisórias (MPs) e Projetos de Emenda à Constituição (PECs)³.

Duas em especial, criadas neste momento da história e em consonância ao discurso desenvolvimentista, transitam no Congresso Nacional e, insistentemente, são pautadas como prioritárias. São eles: 1) a PEC 215/2000, que prevê a revisão das demarcações de terras indígenas, pelo Poder Legislativo, e equipara os territórios pertencentes às populações tradicionais à qualidade de propriedade rural, permitindo, assim, práticas de arrendamentos, divisões, permutas e, também, a instalação de empreendimentos econômicos, o que, segundo a Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM), constitui-se como uma ameaça à Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), a qual determina que os povos indígenas e tradicionais devem ser consultados sobre quaisquer iniciativas as quais venham a afetá-los e 2) PL 3729/2004, flexibilizando as exigências acerca do licenciamento ambiental e criando a possibilidade de haver o ‘licenciamento trifásico’, reunindo em uma única autorização as três etapas atuais do processo, que inclui licença prévia, de instalação e de operação. Estabelece, ainda, prazos curtos para que os órgãos ligados ao licenciamento se manifestem; entre eles, o tempo máximo de quatro meses para que o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) emita, por exemplo, a chamada Licença Ambiental Única (LAU), nos casos em que esta possa ser aplicada. Medida que pode resultar na redução do controle estatal sobre empreendimentos potencialmente poluidores e capazes de oferecer grandes riscos ao meio ambiente e à garantia de direitos.

³ Para conhecimento geral do panorama sobre a desregulação ambiental do Brasil, ver Webdossiê: Flexibilização da Legislação Socioambiental Brasileira (2019).

4. Um perigo latente

A crença de que o território poderia se mover mais facilmente no caminho do progresso, por intermédio do planejamento, foi sempre considerada como uma verdade indubitável. Um movimento que também incorpora a crença de que a mudança social pode ser manipulada e dirigida, produzida à vontade. Só o que não se considera neste processo, conforme conceito defendido por Arturo Escobar (1996), é que o planejamento exige, inevitavelmente, a padronização da realidade, a qual, por sua vez, implica injustiça e extinção da diferença e diversidade.

Tendo como base que o planejamento redefine a vida social e econômica, de acordo com os critérios de racionalidade, eficiência e moralidade, que concordam com a história e as necessidades da sociedade industrial capitalista; a partir de agora, atentar-nos-emos em retratar e discutir sobre este último movimento da onda de modernidade que tomou a BAP. Referimo-nos à exploração das poderosas águas, as quais, antes, serviram de estrada condutora para os europeus e que, nos dias de hoje, são vistas como potenciais fontes geradoras de energia.

Nosso intuito é de nos voltar para o movimento de pressão, agora não mais dos colonizadores, mas sim das forças do mercado e das narrativas criadas para que este território incorpore o discurso, quase unânime, de que seu desenvolvimento está intimamente ligado à exploração de seus bens naturais. Mas, ainda há uma grande incógnita: de que ‘desenvolvimento’ estão falando? E, quem está sendo consultado sobre tamanhas interferências num território que, em suma, precisa de equilíbrio como premissa de existência?

A construção de represas na parte alta da BAP está se proliferando, promovendo uma expressiva alteração dos sistemas e, em consequência, alterando o funcionamento biológico natural do Pantanal. Associados a

estes processos desencadeados pelo barramento dos rios, estão surgindo, também, os problemas econômicos e sociais. Os mais visíveis são aqueles relacionados à pesca, que, nas suas várias modalidades, é a atividade econômica que mais gera trabalho e renda na planície pantaneira. Para ajudar no entendimento sistêmico da problemática, seguimos, agora, na tentativa de localizar o leitor sobre a representatividade da BAP, dentro da matriz de produção de energia do país.

5. A questão energética brasileira e o papel da BAP

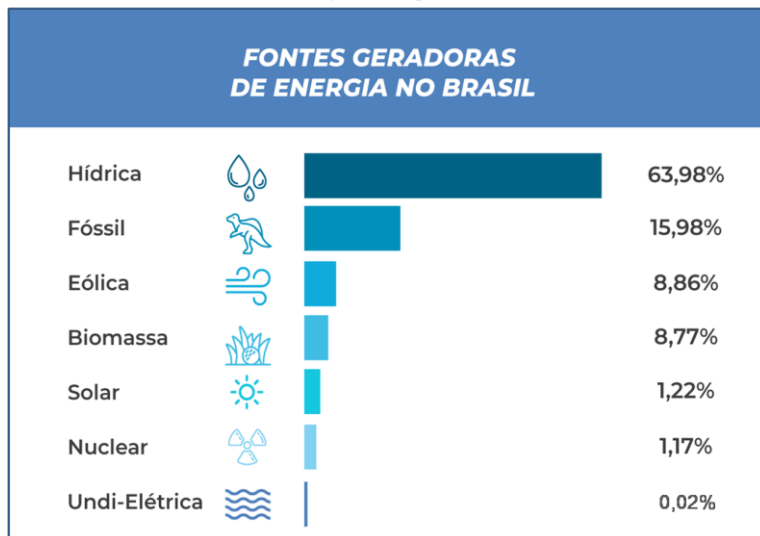
A maior parte da energia elétrica produzida no Brasil tem procedência de empreendimentos hidrelétricos, que respondem a 63,89% de toda a capacidade instalada do país, atualmente calculada em 164,03 mil quilowatts (KW). De acordo com o ‘Banco de Informações de Geração’ da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), os 1.341 empreendimentos de geração hidráulica instalados no território nacional têm capacidade de gerar 108,46mil KW. A dependência do país frente a essa matriz geradora de energia é nítida, apesar do avanço de outras fontes nos últimos anos, como indicado a seguir na *tabela 3* e no *gráfico 1*.

Tabela 3– Fontes energéticas em operação utilizadas no Brasil.

FONTES UTILIZADAS NO BRASIL - FASE: OPERAÇÃO				
ORIGEM	QUANTIDADE	POTÊNCIA OUTORGADA (kW)	POTÊNCIA FISCALIZADA (kW)	%
Hídrica	1341	108.462.348	104.588.321	63,98
Fóssil	2440	27.087.479	25.614.887	15,98
Eólica	611	15.024.289	14.978.393	8,86
Biomassa	566	14.872.209	14.786.872	8,77
Solar	2469	2.076.252	2.074.002	1,22
Nuclear	02	1.990.000	1.990.000	1,17
Undi-Elétrica	01	50	50	0
TOTAL	7430	169.512.628	164.032.526	100

Fonte: BIG - Banco de Informações de Geração – Aneel (2019). Adaptado

Gráfico 1 – Fontes energéticas em operação utilizadas no Brasil.



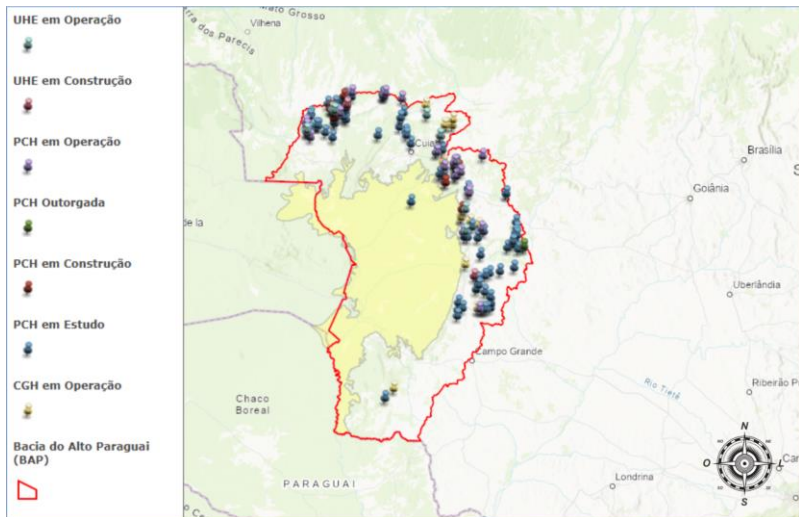
Fonte: Gráfico elaborado a partir dos dados do BIG - Banco de Informações de Geração - Aneel (2019).

De acordo com o Sistema de Informações do Potencial Hidrelétrico Brasileiro (Sipot), sistema desenvolvido pela Eletrobrás, com o objetivo de armazenar e processar informações sobre estudos e projetos de usinas hidrelétricas, o potencial hidrelétrico brasileiro, tecnicamente explorável, é da ordem de 260GW. O potencial técnico de aproveitamento da energia hidráulica do Brasil está entre os cinco maiores do mundo, pois o país tem 12% da água doce superficial do planeta. Dados os quais continuam a colaborar para o fortalecimento da narrativa de que o Brasil tem o dever de barrar seus rios para a produção de mais energia.

Na Bacia Hidrográfica do Amazonas estão 42,2% deste potencial hidrelétrico de 260GW. Já a Bacia do Alto rio Paraguai é responsável por somente 1,2% deste montante. Um percentual baixíssimo de oferta de produção de energia frente aos impactos que a exploração deles geraria na região, além, do já atestado comprometimento que isso causaria na maior área úmida do planeta, o Pantanal.

Diante do exposto, importante agora é se voltar para a produção atual de energia na BAP. Num levantamento inédito, tendo como um dos propósitos a consolidação deste material científico, foi construído um mapa on-line dinâmico⁴ com a delimitação da Bacia do Alto rio Paraguai e o apontamento de todos os empreendimentos hidrelétricos existentes neste território. No mapa, mostram-se, além dos empreendimentos em operação, as barragens em fase de construção, outorga e estudo (*Figura 1*).

Figura 1 - Bacia do Alto rio Paraguai e os empreendimentos hidrelétricos em operação, em fase de construção, outorga e estudo.



Fonte: ZANATTA/ECO (2019).

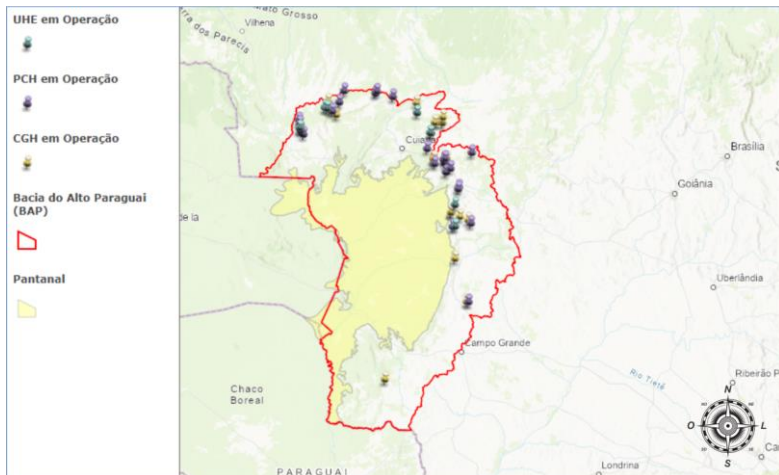
Informações importantes foram inseridas durante a construção deste mapa, tais como a localização georreferenciada de cada empreendimento, o nome do proprietário, o rio que sofreu o barramento, o potencial de

⁴ Mapa elaborado sob a coordenação de Silvia Santana Zanatta, sob o patrocínio da Organização Não-Governamental Ecoa – Ecologia e Ação. O mapa foi elaborado a partir de dados oficiais da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), do Sistema de Informação Georreferenciada do Setor Elétrico (Sigel) e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Destaque-se que este mapa dinâmico compreende várias outras informações. Todas, coletadas, organizadas e disponibilizadas a partir do trabalho de muitos outros pesquisadores e coordenadores. Assim sendo, somente o conteúdo aqui em questão - que compreende as represas na BAP - é que ficou sob a coordenação de Silvia Santana Zanatta.

geração da usina e, se o empreendimento recebeu facilidades de financiamento para o seu negócio a partir de empréstimos da maior agência de financiamento do país, o BNDES.

A partir da construção do mapa, tivemos acesso a números que tornam a nossa interlocução mais fácil, com alguns parceiros os quais exigem esse tipo de representação mais localizada e quantificada. Assim, os primeiros que devem ser apresentados são os referentes à quantidade de empreendimentos geradores de energia hídrica no território, somando 52 usinas em operação (*Figura 2*), em que, dentre elas, sete são denominadas Usinas Hidrelétricas (UHE). São usinas de grande porte, com capacidade de produzir acima de 30MW por hora e com áreas alagadas para reservatório acima de 13km. 26 Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH). São usinas de pequeno porte com capacidade instalada maior do que 03MW e no máximo 30MW por hora. Existe ainda 19 Centrais Geradoras Hidrelétricas (CGH) que são usinas com potência máxima geradora de até 1MW por hora.

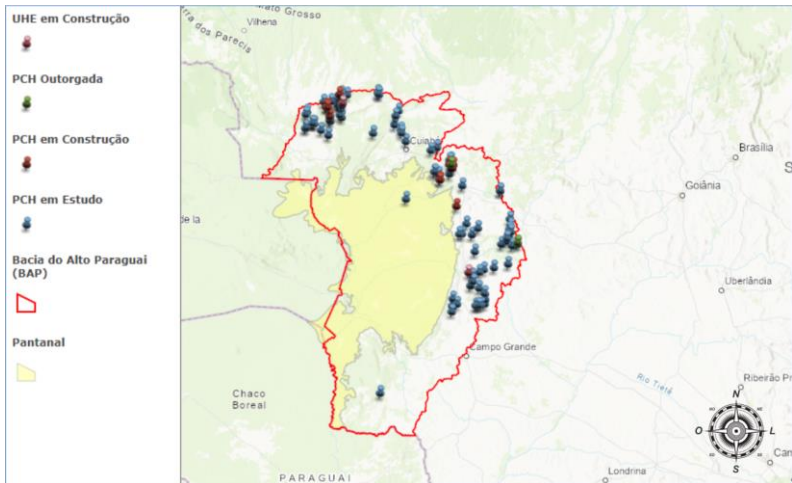
Figura 2 - Empreendimentos geradores de energia hídrica existentes na Bacia do Alto rio Paraguai.



Fonte: ZANATTA/ECO (2019).

Entendemos que, para uma bacia tão sensível como a BAP, a existência de 52 represas é um fato de interrogações sobre a possibilidade de seu impacto. Todavia, os números conseguem retratar uma realidade ainda mais preocupante quando os apontamentos recaem sobre os empreendimentos em fase de construção e em fase de estudos para serem viabilizado (*Figura 3*), visto que, no total, são 101 projetos.





Figura 3 - Empreendimentos geradores de energia hídrica em fase de estudo na Bacia do Alto rio Paraguai.



Fonte: ZANATTA/ECO (2019).

Ressaltamos, ainda, que a representatividade desta energia gerada na Bacia do Alto rio Paraguai em relação ao montante geral de energia hídrica produzida atualmente, no Brasil é insignificante para justificar a construção de tantas barragens. E, os dados encontrados foram os apresentados na *tabela 4*.

Tabela 4 - Representatividade da energia gerada na Bacia do Alto rio Paraguai em relação ao montante geral de energia hídrica produzida atualmente, no Brasil.

FONTE DE GERAÇÃO	QUANTIDADE DE EMPREENDIMENTOS	POTÊNCIA OUTORGADA (kW)	%
Geração Hídrica Brasil	1.341	 108.463.347	 63,89
Geração Hídrica BAP	52	 1.192,87	 0,70

Fonte: Autora





Logo, podemos atestar que a produção de energia gerada na BAP se mostra irrisória diante do quadro nacional. Com 52 empreendimentos em operação - que representam 3,87% do total de empreendimentos existentes no país - produzindo 1.192,87KW, a BAP é responsável por apenas **0,70%** da geração total de energia hídrica brasileira. Informação que nos leva a deduzir que a narrativa construída defendendo o território como estratégico para esta atividade e que o Brasil depende sobremaneira desta geração ‘local’, cai por terra. Quando analisamos por tipo de empreendimento, detectamos também a insignificância perante o desenho geral da produção nacional.

Perceba-se que, quando o olhar incide sobre os UHEs, causadoras dos impactos de maior relevância quando instaladas, observamos que, das 217 unidades em operação no Brasil, sete estão na Bacia do Alto rio Paraguai. O total de energia gerada no país a partir delas é de aproximadamente 103 mil KW; destes, menos de 0,5% é produzido no território estudado.

Situação nada diferente foi encontrada a partir das análises de produção via Pequenas Centrais Hidrelétricas e Centrais Geradoras Hidrelétricas. O que temos ainda são dados reforçando a ideia de que os





prejuízos causados à região não são válidos diante do aproveitamento hidrelétrico fixado.

Tabela 5 – Representatividade da energia gerada a partir de UHEs na Bacia do Alto rio Paraguai em relação ao montante geral de energia hídrica gerada a partir de UHEs no Brasil.

FONTE DE GERAÇÃO	QUANTIDADE DE EMPREENDIMENTOS	POTÊNCIA OUTORGADA (kW)	%
UHE Brasil	217	 102.529.978	 60,16
UHE BAP	07	 813.302	 0,47





Fonte: Autora

Tabela 6 – Representatividade da energia gerada a partir de PCHs na Bacia do Alto rio Paraguai em relação ao montante geral de energia hídrica gerada a partir de PCHs no Brasil.

FONTE DE GERAÇÃO	QUANTIDADE DE EMPREENDIMENTOS	POTÊNCIA OUTORGADA (kW)	%
PCH Brasil	425	 5.221.329	 3,16
PCH BAP	266	 403.381	 0,24

Fonte: Autora

Tabela 7 – Representatividade da energia gerada a partir de CGHs na Bacia do Alto rio Paraguai em relação ao montante geral de energia hídrica gerada a partir de CGHs no Brasil.

FONTE DE GERAÇÃO	QUANTIDADE DE EMPREENDIMENTOS	POTÊNCIA OUTORGADA (kW)	%
CGH Brasil	669	 712.040	 0,53
CGH BAP	19	 28.101	 0,01

Fonte: Autora

Pelo exposto, percebe-se que, dos três tipos de fonte de produção hídrica apresentados, o que ainda ganha alguma notoriedade no território, tanto em quantidade de unidades, quanto em potência gerada, é a Pequena Central Hidrelétrica (PCH). Ainda que responsáveis por irrisórios 0,24% da produção nacional, são os empreendimentos que mais oferecem ameaças para a BAP. Tal fato se deve à ideia errônea de que estes empreendimentos são fontes limpas de geração de energia, causando impactos ambientais insignificantes. Um discurso que se fortalece e se faz valer verdadeiro quando, por exemplo, o governo e as empresas privadas comparam PCHs a grandes usinas nucleares. Em função disso, o Brasil tem flexibilizado as normas ambientais e concedido incentivos financeiros, com o objetivo de facilitar e agilizar a implantação de empreendimentos deste segmento em todo país.

6. Danos ambientais, sociais e econômicos

Um dos primeiros trabalhos publicados sobre os impactos das represas na BAP foi elaborado em 2002, pelo pesquisador Pierre Girard, professor da Universidade Federal de Mato Grosso. Intitulado ‘Efeitos Cumulativos de barragens no Pantanal’, o estudo mostra alguns dos danos

causados por represas em operação na região e faz projeções sobre as possíveis consequências dos efeitos cumulativos para o Pantanal, caso todas as barragens previstas àquela altura viessem a entrar em operação. Expõe sobre as modalidades de impactos, particularmente sobre os ecossistemas aquáticos, sua diversidade biológica e sobre o ciclo natural das cheias nas planícies inundáveis. A respeito da biodiversidade e ecossistemas aquáticos, explica que a condição da vazão de um rio, a carga e a composição dos sedimentos, a forma e o material do canal são fatores que exercem controle sobre os habitats e as espécies, levando a concluir que qualquer alteração neste fluxo, principalmente quando há mais do que uma barragem no mesmo rio, pode afetar a cobertura vegetal da região, causar um desequilíbrio sobre as plantas aquáticas, além de alterar significativamente o movimento lateral dos mamíferos, répteis e anfíbios ligados ao regime das cheias e secas da localidade.

Outro ponto destacado por Girard (2002) é que, sendo o fluxo da água retardado, atrás das barragens, a temperatura muda e os nutrientes e sedimentos são retidos. Se a represa for rasa, a temperatura nos rios da bacia do Alto rio Paraguai tenderá a subir e, conseqüentemente, o conteúdo de oxigênio dissolvido poderá diminuir. Em reservatórios profundos, como o da Usina de Manso, a maior da região e em operação desde 2003, a água no fundo é muito mais fria do que a que chega pelo fluxo normal do rio. Essa mudança de temperatura na represa afeta a temperatura rio abaixo, causando diminuição das espécies aquáticas. As barragens impedem a migração reprodutiva, reduzindo, ou levando à extinção algumas espécies de peixes.

A modificação do regime de fluxo causado pelas barragens leva à redução da inundação rio abaixo, tanto em relação ao espaço, quanto ao tempo. Muitas espécies em planícies inundáveis como o Pantanal estão adaptadas às cheias anuais, sendo o principal impacto esperado com a

redução dos picos de inundação a diminuição da área da planície inundável submetida à alternância anual das fases terrestre e aquática, pelo pulso das cheias. Esse ciclo mantém uma alta produtividade, abundância e diversidade nas planícies inundáveis (JUNK; BAYLEY e SPARKS, 1989).

Outra fragilidade gerada pela instalação de empreendimentos hidrelétricos na Bacia do Alto rio Paraguai recai sobre questões econômicas e sociais. Se levarmos em consideração que a pesca, em suas várias modalidades, é a atividade que mais gera trabalho e renda na planície pantaneira, podemos logo constatar que a economia de muitas cidades e a vida de muitos trabalhadores serão afetadas. Como exemplo, podemos analisar a cidade de Corumbá-MS, territorialmente, é o maior município da região Centro-Oeste do país e possui aproximadamente 108 mil habitantes. Destes, 30 mil são pessoas que dependem direta e indiretamente da atividade pesqueira. Em sua maioria, são pilotos, trabalhadores em barcos de turismo pesqueiro, pescadores artesanais, ribeirinhos e coletores de iscas vivas. Só no ano de 2015⁵, segundo a Associação Corumbaense das Empresas Regionais de Turismo (ACERT), o município de Corumbá recebeu mais de 52 mil turistas, que movimentaram 101 milhões de reais na região. Dados que revelam a importância das modalidades de pesca no município.

A pesca turística é tida como a mais dinâmica economicamente. A partir de seus barcos, hotéis e pousadas, estrutura toda uma cadeia geradora de empregos diretos e indiretos em agências de turismo, companhias aéreas, hotéis, bares, estaleiros e oficinas existentes em algumas cidades pantaneiras. Observe-se que a pesca turística tem acoplada a ela a modalidade específica de atividade extrativista identificada como captura de iscas vivas, praticada por ribeirinhos e comunidades tradicionais. Álvaro

⁵ Registre-se que depois destes dados, divulgados em 2015, não houve a publicação por parte da ACERT de dados atualizados. Existe a previsão que, em 2020, nossos indicativos sejam disponibilizados.

Banducci, pesquisador da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, em trabalho intitulado ‘Turismo cultural e patrimônio’, publicado em 2003, demonstra que a atividade é realizada por toda a extensão do rio Paraguai, a partir da foz do rio São Lourenço (divisa entre MS e MT) até ao Sul do Pantanal, em Porto Murtinho. Nesta última região, os Ayoreos, indígenas que vivem em território paraguaio, são os que praticam a captura.

Estes grupos, chamados regionalmente de ‘isqueiros’, são considerados os mais vulneráveis, e isso ocorre sob vários aspectos. Imagine-se, somada a estas vulnerabilidades já inerentes, a construção de mais 101 empreendimentos causando a barragem dos rios que os mantêm.

7. A sociedade civil, pesquisadores e o ministério público apontam o caminho: avaliação ambiental estratégica

A AAE destina-se a identificar como compatibilizar os planos, programas, as políticas e responsabilidade no uso e na conservação dos bens naturais de um território. Por essas razões, várias instituições e organizações da sociedade civil; dentre elas, a Coalizão Rios Vivos, a Rede Pantanal, a Embrapa Pantanal e a Ecoa – Ecologia e Ação desenvolveram campanhas, desde a primeira década deste século, para que essa ferramenta fosse adotada para a BAP e para a produção de energia elétrica a partir de represas. O entendimento era o de que os efeitos cumulativos de vários empreendimentos previstos, incluindo Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) deveriam ser avaliados em seu conjunto, para se ter um diagnóstico dos efeitos cumulativos e, assim, estabelecer o que se poderia e o que não se deveria construir.

Em cinco de março de 2009, por meio da Portaria n.º 004/2009, Wilson Rocha Assis, Procurador da República no Município de Corumbá-MS, instaurou um procedimento para analisar as influências das barragens, usinas e centrais hidrelétricas no funcionamento ‘hidroecológico do

Pantanal’. Tomou por base recomendações do *workshop* ‘Influências das barragens para geração de energia hidroelétrica sobre o funcionamento hidroecológico do Pantanal mato-grossense’, realizado durante a Conferência Internacional de Áreas Úmidas, evento organizado pela Universidade Federal do Mato Grosso, em julho de 2008.

Posteriormente, em 2012, o Ministério Público Federal ajuizou uma Ação Civil Pública, na 1ª Vara Federal de Coxim-MS, na qual apresentava a exigência de que a União, os estados de Mato Grosso do Sul e de Mato Grosso, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e o Instituto do Meio Ambiente do Mato Grosso do Sul (Imasul), suspendessem quaisquer licenciamentos de represas na BAP, antes da realização de uma Avaliação Ambiental Estratégica (AAE). A Ação foi vitoriosa na primeira instância da Justiça Federal, mas, posteriormente, derrotada em instâncias superiores.

De qualquer maneira, as iniciativas propondo a realização da Avaliação Ambiental Estratégica estabeleceram um novo marco para os debates sobre as represas na Bacia e, provavelmente, sejam o fio condutor que levou a Agência Nacional de Águas (ANA) a contratar o ‘*Estudo de Avaliação dos Efeitos da Implantação de Empreendimentos Hidrelétricos na Região Hidrográfica do Rio Paraguai*’, que está em fase de finalização.

8. Considerações finais

Historicamente, a narrativa envolvendo a proliferação de represas pelo Brasil é calcada no discurso do desenvolvimento e, mais recentemente, nos discursos da energia renovável, limpa, e de custo baixo. Esse fato põe a base para podermos defender que existe uma constituição de desastres ambientais esquematizados, planejados e regularizado pelo poder público e privado, causando intensos estragos socioambientais e

irreparáveis danos nos modos de vida e no trabalho das populações impactadas. E, o resultado de projetos impositivos de desenvolvimento visando, única e exclusivamente, atender ao modelo capitalista, não pode ser outro, além do desarranjo de sistemas bióticos e sociais locais, produzindo tensionamentos e retirando fontes de ocupação no lar de pessoas que tiram seu sustento dos rios e vivem às margens deles.

Ao fim da construção deste material, podemos atestar que as narrativas construídas em defesa da exploração dos recursos hídricos da Bacia do Alto rio Paraguai para geração de energia são frágeis e injustificáveis, apoiando-se tão somente numa racionalidade desenvolvimentista. O impacto gerado no território é devastador, diante da insignificância de energia gerada. Mais uma vez, lembrando: a produção na BAP representa ínfimos 0,70% de toda produção energética hídrica do país.

O que podemos detectar que vem sendo empregado neste território é a máxima bastante conhecida de Descartes (1978), em que o homem se faz mestre e senhor da natureza, e a natureza – composta, a partir de então, de objetos sem ligação com humanos: como as plantas, animais, terras, água e rochas – converte-se em mero recurso que podemos usar e do qual podemos tirar proveito. Realidade instalada pela falta de sensibilidade, imperativa, nos dias atuais, de um olhar sistêmico e amplo. E, o que se perde com este olhar fragmentado e fraturado é a oportunidade de nos habituarmos a representar a natureza como um todo, tornando-a, por assim dizer, um grande relógio, que podemos desmontar e cujas peças e engrenagens podemos aperfeiçoar (DESCOLA, 2016).

Por fim, percebe-se também que, para enfrentar os problemas já estabelecidos e oriundos da instalação dos empreendimentos hidroelétricos na BAP, é necessária a adoção de estratégias e políticas públicas para a minimização dos impactos que o território sofre. Destaque-se que qualquer iniciativa para mitigar estes impactos deve convergir

necessariamente com a perspectiva de romper com valores baseados na lógica antropocêntrica e assumir uma mudança de paradigma, adotando uma postura voltada para valores que se aproximem de uma lógica centrada nos direitos da Terra e no respeito pelos povos, principalmente, por aqueles que mantêm uma estreita relação com seu território.

9. Referências

ABRÃO, Vera Lucia dos Santos. **A pecuária em Corumbá**: uma contribuição ao estudo da natureza das relações de produção e de trabalho no Pantanal. São Paulo: FFLCH - USP, 1983. (Dissertação).

ABREU, Silvana de. **Planejamento governamental**: a Sudeco no espaço Matogrossense, contexto, propósitos e contradições. Dourados-MS: UFGD, 2014.

ALBANEZ, Jocimar Lomba. **Sobre o processo de ocupação e as relações de trabalho na agropecuária**: o extremo sul de Mato Grosso (1940-1970). Dourados-MS: UFMS, 2003. (Dissertação)

ALBUQUERQUE, Ralph de Medeiros. **As Pequenas Centrais Hidrelétricas da Bacia do rio Iratim e seus impactos socioambientais**: uma reflexão sobre eletro estratégias e acumulação por espoliação. Curitiba-PR: UFPR, 2013. (Monografia apresentada ao Curso de Geografia).

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. Agroestratégias e desterritorialização: direitos territoriais e étnicos na mira dos estrategistas do agronegócio. *In*. ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno (Org.). **Capitalismo globalizado e recursos territoriais**: fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010, p.101-144.

ANA - Agência Nacional de Águas. **Bacias brasileiras do Rio da Prata**: avaliações e propostas. Brasília: ANA, 2001.

ANEEL. **Capacidade Energética Brasileira**. Portal eletrônico da Agência Nacional de Águas (ANEEL). Disponível em: <http://www2.aneel.gov.br/aplicacoes/capacidade_brasil/capacidadebrasil.cfm>. Acesso em: 21 mar. 2020.

BANDUCCI JR., Álvaro. Turismo cultural e patrimônio: a memória pantaneira no curso do rio Paraguai. *In. Horizontes Antropológicos*, v.9, n.20, 2003. p.117-140.

BARBIERI, José Carlos e SILVA, Dirceu da. Desenvolvimento sustentável e educação ambiental: uma trajetória comum com muitos desafios. *In. RAM, Rev. Adm. Mackenzie*, v.12, n.3, edição especial, São Paulo, SP, maio/jun. 2011. p.51-82.

BELIK, Walter. **Agroindústria processadora e política econômica**. Campinas-SP: UNICAMP, 1992. (Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Economia).

BELINATI, Waldmir e COSTA E SILVA, Aluizio. Coordenação, avaliação e acompanhamento dos projetos de pesquisa em saúde do Programa Polonoroeste. *In. Rev. Inst. Med. Trop. S. Paulo*, São Paulo, v.30, n.3, june 1988. p.125-136. Disponível em<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0036-46651988000300002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 17 Junho 2020.

BERMANN, Célio; VEIGA, José Roberto Campos da e ROCHA, Georges Souto. A repotenciação de usinas hidrelétricas como alternativa para o aumento da oferta de energia no Brasil com proteção ambiental. *In. WWF - Grupo de estudos de política energética*. São Paulo, ago. 2004. Disponível em: <https://wwf.panda.org/wwf_news/?15930/4/A-repotenciacao-de-usinas-hidreletricas-comoalternativa-para-o-aumento-da-oferta-de-energia-no-brasil-com-protacao-ambiental>. Acesso em: 21 mar. 2020.

BESPALAZ, Eduardo. Arqueologia e história indígena no Pantanal. *In. Estud. av.*, São Paulo, v.29, n.83, abr. 2015. p.45-86. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=So103-40142015000100045&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 18 junho 2020.

BINI, Danton Leonel de Camargo. **Mudanças históricas e implicações socioespaciais na composição das atividades agropecuárias hegemônicas na região de Araçatuba (SP)**. São Paulo: FFLCH – USP, 2009. (Dissertação).

BRASIL, João Filipe Domingues. Expedições de conquista ibérica e tentativas de submeter os povos indígenas do Pantanal ao domínio europeu no século XVI. *In. Tellus* ano 19, n.39, maio/ago. 2019 - Dossiê 2: História Indígena, Etno-história e Indígenas Historiadoras/es: experiências descolonizantes, novas abordagens.

BRASIL. Ministério do Interior. Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro Oeste. **Estudo de Desenvolvimento Integrado da Bacia do Alto Paraguai**. Brasília, 1979.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. PL 3729/2004. <https://goo.gl/1VDvaL>

CÂMARA DOS DEPUTADOS: PEC 215/2000. <https://goo.gl/hgrdGV>

CARVALHO, J. F. A construção e desconstrução do sistema elétrico brasileiro. *In. BRANCO, A. M. (Org.). Política energética e crise de desenvolvimento: a antevisão de Catullo Branco*. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p.97-116.

CHAMORRO, Graciela e COMBÈS, Isabelle (Orgs.) **Povos indígenas em Mato Grosso do Sul: história, cultura, transformações sociais**. Dourados-MS: Ed. UFGD, 2015.

CI, Conservação Internacional; ECOA, Ecologia e Ação; AVINA, Fundación; SOS PANTANAL Instituto e WWF, Brasil. **Monitoramento das alterações da cobertura vegetal e uso do Solo na Bacia do Alto Paraguai – Porção Brasileira – Período de Análise: 2002 a 2008**. Brasília, 2009.

CORRÊA FILHO, Virgílio. **Pantanaís matogrossenses (devassamento e ocupação)**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Conselho Nacional de Geografia, 1946.

CORRÊA, Lúcia Salsa. **História e Fronteira: o Sul de Mato Grosso (1870 – 1920)**. Campo Grande-MS: Universidade Católica Dom Bosco, 1999.

DELGADO, Guilherme C. **Capital financeiro e agricultura no Brasil**. São Paulo: Ícone- Unicamp, 1985.

DESCARTES, René. **O Discurso do Método**. São Paulo: Hemus, 1978. Disponível em: <<http://public.ebookcentral.proquest.com/choice/publicfullrecord.aspx?p=315724>>. Acesso em: 21 mar. 2020.

DESCOLA, Philippe. **Outras naturezas, outras culturas**. São Paulo: Editora 34, 2016.

ELETROBRÁS. **Portal Eletrobrás**. Portal Eletrobrás. Disponível em: <<http://www.eletronbras.com/elb/dd/data/Pages/LUMIS21D128D3PTBRIE.htm>>. Acesso em: 21 mar. 2020.

EREMITES DE OLIVEIRA, Jorge. As origens do povoamento indígena do Pantanal: aportes para uma nova revisão arqueológica. *In. Pós-História*, Assis, SP, v.11, 2003. p.159-84.

EREMITES DE OLIVEIRA, Jorge e ESSELIN, Paulo Marcos. Uma história (indígena) da erva-mate na região platina: da Província do Guairá ao antigo sul de Mato Grosso. *In. Espaço Ameríndio*, Porto Alegre, RS, v.9, n.3, jul./dez. 2015. p.278-318.

ESCOBAR, Arturo. Planificación. *In. SACHS, Wolfgang. Dicionario Del desarrollo: un guía del conocimiento como poder*. Peru: Pratec, 1996.

FERNANDES, Luis Henrique Menezes. **Minas do Cuiabá, Ilha dos Sertões**: considerações sobre o papel da metrópole na expansão dos domínios portugueses na América (1721 - 1728). Assis-SP: Universidade Estadual Paulista, 2011.

FERREIRA, Ricardo José Fonseca. A atuação do Polocentro e o desenvolvimento Regional. *In. Fundação João Pinheiro*, 15 (5, 6). Belo Horizonte, maio-agosto/1985.

FREITAS, Wagner Abadio de; ARAUJO SOBRINHO, Fernando Luiz e MELLO, Marcelo de. A influência de planos e programas do Governo Federal na região Centro-Oeste:

ocupação e modernização do território entre as décadas de 1960 a 1970. *In. Revista Política e Planejamento Regional*, v.6, p.85-100, 2019.

GIRARD, Pierre. **Efeito cumulativo das barragens no pantanal**: mobilização para conservação das áreas úmidas do Pantanal e Bacia do Araguaia. 2002. Disponível em: <http://www.riosvivos.org.br/a/arquivos/site_noticias_576079585.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2020.

GUIMARÃES, Acyr Vaz. **Mato Grosso do Sul, sua evolução histórica**. Campo Grande: UCDB, 1999.

HEINRICH-BÖLL-STIFTUNG. **Web dossiê**: flexibilização da legislação socioambiental brasileira, 2019. Disponível em: <<https://br.boell.org/pt-br/dossie-flexibilizacao-da-legislacao-socioambiental-brasileira-2-edicao>>. Acesso em 17 de junho de 2020.

INSTITUTO SOS PANTANAL e WWF - BRASIL. **Monitoramento das alterações da cobertura vegetal e uso do Solo na Bacia do Alto Paraguai** – Porção Brasileira – Período de Análise: 2012 a 2014. Disponível em: <https://www.sospantanal.org.br/wp-content/uploads/2017/06/Publicac%C3%A7%C3%A3o_BAP_Relato%CC%81rio_2012-2014_Web.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2020.

INTERNATIONAL LABOR ORGANIZATION [ILO]. **Convention concerning Indigenous and Tribal Peoples in Independent Countries** [Convention 169]. 27 June 1989. Disponível em: <<http://www.ilo.org/ilolex/cgi-lex/convde.pl?C169>>. Acesso em 11 junho 2020.

JESUS, Naine Terena de. **Kohixoti-Kipaé, a Dança das Emas**: Memória, resistência e cotidiano Terena. Brasília: Universidade de Brasília-UnB, 2007.

JUNK, Wolfgang Johannes; BAYLEY, Peter e SPARKS, Richard. The flood pulse concept in river-floodplain systems. *In: Proceedings*. Ottawa: Department of Fisheries and Oceans, p.110-127, 1989.

LEITE, Eudes Fernando. **Marchas na História**: comitivas e peões-boiadeiros no Pantanal. Campo Grande-MS: Editora da UFMS, 2003.

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA. **Plano Nacional de Energia 2030**. Brasília: Empresa de Pesquisa Energética, 2007.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Relatório Programa de desenvolvimento sustentável do Pantanal SECEX/MMA**. 2006. Disponível em <http://www.mma.gov.br/estruturas/secex_contas/_arquivos/relatorio2006programa_pantanal.pdf> Acesso em 14 de maio de 2019.

NAIME, Roberto. Impactos socioambientais de hidrelétricas e reservatórios nas bacias hidrográficas brasileiras. *In. Ver. Elet. Em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental*, v.7, n.7, 2012. p.1409-1422.

NETO, Thiago Oliveira e NOGUEIRA, Ricardo Jose Batista. Geopolítica e rodovias na Amazônia: um debate necessário. *In. Revista de Geopolítica*, v.6, n.2, 2015. pp.166-186.

NÚÑEZ CABEZA DE VACA, Álvaro. **Naufrações e Comentários**. Porto Alegre: L&PM, 2007.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A Geografia Agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. *In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org.). Novos caminhos da Geografia*. São Paulo: Contexto, 1999, p.63-109.

PCBAP. **Plano de conservação da Bacia do Alto Paraguai (Pantanal)**. Brasília: Programa Nacional de Meio Ambiente, 1997.

PEREIRA, Levi Marques. Ocupação colonial e formas de mobilidade entre os Guarani e Kaiowá na fronteira Brasil-Paraguai: a caminho do tekoha em busca do teko porã na região meridional da América do Latina. *In. URQUIZA, Antonio Aguilera. (Org.) Fronteiras étnico-culturais: Tráfico e migração de pessoas nas fronteiras de Mato Grosso do Sul*. Campo Grande-MS: Ed. UFMS, 2018. p.75-83.

SACHS, Wolfgang. **Diccionario Del desarrollo**: un guía del conocimiento como poder. Peru: Pratec, 1996.

SILVA, Rosamaria Roedel. A Expansão da Fronteira Produtiva nos Cerrados. *In*. **Fundação João Pinheiro**, v.15 (5, 6). Belo Horizonte, maio-agosto/1985.

SILVA, Tereza Cardoso da. Contribuição da geomorfologia para o conhecimento e valorização do Pantanal. *In*: **Anais do Simpósio sobre Recursos Naturais e Socioeconômicos do Pantanal**. Corumbá-MS: Embrapa Pantanal, 1984. p.77-90.

ZANATTA, Silvia Santana e ECOA, Ecologia e Ação. **Represas na Bacia do Alto Paraguai (BAP)**, 2019. Disponível em <<https://www.arcgis.com/home/webmap/viewer.html?webmap=ef58538671604b838aged5e976b4e82f&extent=-65.0959,-23.684,-43.5627,-13.2819>> Acesso em: 20 de mar. de 2020.

Parte 02

As vozes do rio contra o sequestro de seu território

1. Introdução

Na tentativa de blindar a implementação de projetos desenvolvimentistas, é construído um forte discurso, tendo como objetivo convencer que tais projetos, além de possuírem um alto potencial impulsionador da política de desenvolvimento nacional, cooperam sobremaneira no desenvolvimento local, na geração de emprego, renda e na melhoria da vida dos moradores da região onde serão implantados. Dentre estes projetos avaliados como propulsores do desenvolvimento do Brasil, estão as usinas hidroelétricas, uma ideia que ganhou força e políticas próprias, a partir da década de 1950, e que, nos últimos 30 anos, tem sido alvo de muitos questionamentos, sobretudo os oriundos das localidades onde estes empreendimentos são fixados. Essa situação gera um cenário de divergências, uma vez que temos, de um lado, empreendedores e agentes governamentais afirmando a importância da viabilização destas obras, e, de outro, agentes locais, organizações ambientalistas e dos direitos humanos, comunidade acadêmica e, principalmente, atingidos diretos, defendendo que o desenvolvimento ‘prometido’ nunca foi promovido.

Estes dois vieses, sob os quais basicamente se concentram as discussões sobre hidroelétricas, refletem os interesses das diferentes escalas envolvidas no processo. Enquanto as discussões sobre o processo de desenvolvimento acontecem em escala nacional, com maior atenção para o benefício do aumento da disponibilidade de energia, as discussões acerca dos impactos, que se dão só em escala local, principalmente negativos, são

levados em conta apenas a partir da deflagração do processo de construção das barragens nos municípios para acelerar trâmites de implantação.

Os relatos dos atingidos quase sempre apontam como sendo grandes promessas de desenvolvimento a geração de empregos, o aquecimento do mercado local e, principalmente, a chegada da energia elétrica em lugares ainda desabastecidos da região, além de energia mais barata para os locais que já possuem rede elétrica. Mas, na realidade, o que acaba acontecendo é bem diferente. O que o território recebe quase que como prêmio de consolação, são iniciativas de média escala que servem bem para propaganda e legitimação de um discurso verde, como: viveiros de plantas nativas, cursos de educação ambiental oferecidos em parceria com as escolas locais e apoiados pelas empresas, em parceria com as prefeituras e/ou com o sistema ‘S’, e assim por diante.

Bermann (2012) e Fearnside (2017) fornecem suporte à leitura apresentada acima, ressaltando que a maior parte da energia gerada, atualmente, no Brasil não se destina ao uso doméstico, e, muito menos, para estender a eletricidade a áreas remotas sem acesso à energia. Quantidades substanciais de eletricidade vão para indústrias com pouco benefício direto para a população brasileira. Benincá (2011) reforça essa posição, alegando que o olhar nacional para o planejamento de suas ações esteve sempre voltado ao fortalecimento de grandes centros e não ao desenvolvimento social e ambiental da região na qual se constroem esses empreendimentos, apesar de, muitas vezes, o discurso ser voltado para benefícios que a localidade terá.

Para Giongo, Mendes e Werlang (2016), o cenário que envolve a construção de barragens no Brasil já incorporou a naturalização do sofrimento das populações atingidas e as atrelou aos ideais de progresso e desenvolvimento preconizados pelo modelo econômico atual, de incitação econômica, no qual grupos, historicamente invisíveis e vulneráveis, são

sacrificados pelo discurso do ‘bem maior’. O fato é que se trata do ‘interesse do maior’.

Este é um movimento bem arquitetado entre Estado e empresários que, por fim, são responsáveis pela instituição forçada de um ‘novo’ modelo de desenvolvimento para um local, que, por si só, já havia desenvolvido uma forma genuína de organização e sobrevivência. Em outras palavras, o que passamos a ter é um cenário montado para o sequestro de um modelo de desenvolvimento local, originário de experiências endógenas e participativas, de renda destinada à subsistência e com participação ampla das populações envolvidas, para a implementação de um modelo, por sua vez, gerador de acúmulo de valores e conversão do meio ambiente em matéria-prima para uma dinâmica de industrialização e de tecnificação. Na aparência, acumulam-se riquezas nacionais. No subsolo, o modelo é produtor de vulnerabilidades e desigualdades sociais.

O texto que segue é uma elaboração a partir de um desses cenários de sequestro. Trata-se de uma discussão a contar da instalação de seis empreendimentos hidroelétricos, em sistema de cascata no rio Jauru, um dos principais rios formadores do Pantanal, e das transformações ocorridas no cenário ambiental, social e econômico dos municípios mato-grossenses rebedores destas barragens. Os dados apresentados são, predominantemente, resultantes de entrevistas, visitas a campo e percepções, além de dados sociodemográficos e econômicos. Nosso intuito, metodológico, é dar ênfase à fala dos atores locais que vivenciaram os efeitos produzidos a partir da experiência territorial de ver o seu ambiente vital sob severo ataque, com o risco efetivo de seus rios secarem, seus peixes sumirem e suas vidas – no formato antes vivido – se desfazerem.

2. O que um dia foi paraíso

A senhora já parou pra pensa como é que é o paraíso? Eu, antigamente, nem precisava pensá nele, era só acordá e olhá pra minha volta. Você sabê que só precisa descê o barranco do rio e pegá a comida que vai prepará no almoço: isso é paraíso. Os pássaro avisando se vai chovê ou não... Senti o cheiro do rio...Ah, isso é paraíso. Nós e a natureza era uma coisa só. O rio não fica prejudicado por dá pra gente o nosso sustento. Acho até que ele gostava de dar o peixe pra nós. Assim ele era útil pra quem ajudava a preservá ele. Quando o rio secô, nós também acabamo morrendo com ele (Alberto – Indiauí).

O paraíso que Alberto se refere ficava na beira do rio Jauru, era mais precisamente uma casinha de cor bege claro, construída a poucos metros da água, no município mato-grossense de Indiauí. Não só Alberto, pescador de nascença, como ele mesmo se intitula, mas centenas de outros ribeirinhos, mais especificamente das cidades de Jauru, Figueirópolis do Oeste e Araputanga, todos municípios banhados pelo rio Jauru, se referem a essa região como um lugar sagrado que escolheram para viver.

Jauru, que na língua Tupi, significa ‘Peixe Grande’, é um rio que nasce na Chapada dos Parecis, em Mato Grosso. Naturalmente, corre em direção Sul e, depois, gira em direção Sudeste, para desembocar na margem direita do Rio Paraguai, o principal curso de água da Bacia Hidrográfica do Alto rio Paraguai (BAP).

Foi no rio Jauru que, por muitas décadas, os moradores destes quatro municípios, que juntos somam aproximadamente 23 mil habitantes (IBGE, 2010), apoiaram suas economias.

Aqui dava era gosto de sair cedo pra í pro rio. Nós voltava com o barco cheio de pacu, pintado, jáú...Era bonito demais de vê. Ninguém passava necessidade, não. Parecia até que nós tudo aqui era uma família bem grande, e o rio era a mãe que nunca deixava nós ficá triste. Já tem um bom tempo que as coisa deixaram de sê assim, mas, como a gente nunca deixa de confiá numa mãe,

nóis até achamo que uma hora as coisa pode muda, e a nossa vida voltá a ficá boa de novo (Joaquim – Indiavaí).

Tanto a fala de Joaquim como o desabafo saudoso de Alberto são marcados pela fé em um rio que se comporta como uma entidade. Uma entidade que emana cuidado e gentileza. O fato de enunciarem que o ‘rio não os deixava tristes ou se alegrava em dar o peixe em troca de proteção’ são indícios que evidenciam, como defende Cruz (1999), a íntima relação que estes ribeirinhos possuem com o rio e de modo eles o veem como complemento de suas vidas.

[...] Rio e ribeirinho são partes de um todo. Se o rio oferece os seus alimentos, fertiliza as suas margens no subir e baixar das águas. O ribeirinho lhe oferece sua proteção, através de suas representações (seus mitos) como a mãe-d`água, a cobra-grande que come os desavisados (que não respeitam a natureza) e tantas outras, que nascem desta humanização da natureza e naturalização do homem (CRUZ, 1999, p.4).

A afinidade e a sintonia dos ribeirinhos com o rio começa cedo, com as crianças aprendendo a se equilibrar no trapiche de suas casas, a remar, a brincar dentro da canoa, a tomar banho no rio, a ajudar os pais com a traia de pesca, a lidar com as enchentes e as vazantes, com o vento mais fresco que vem do Sul entrando pelas frestas das paredes das casas, os quais indicam que o tempo vai mudar.

Mais do que fonte de sustento, o rio sempre foi um construtor de memórias desse povo, o encarregado por criar as ricas recordações que permeiam suas lembranças, o responsável por moldar o ritmo e o estilo destas vidas que o beiram.

Quando eu era moleque, a brincadeira preferida era o rio. A gente foi tudo criado no rio. Minha mãe ficava louca de medo, porque tinha lugar que dava

uns cinco metros de fundura. Hoje, atravesso andando, se médi muito, é um palmo de fundura. Quando eu era criança, o maior medo que a gente tinha era de aparecer algum bicho do rio e pegá a molecada. Os adultos inventavam muito história pra deixá a gente com medo. Hoje, nosso medo não é de bicho nenhum, é só do homem que está destruindo a natureza e não se importa com que tudo isso significa pra nós (Bruno – Araputanga).

Assim como nas várias comunidades ribeirinhas espalhadas mundo afora, o povo do rio Jauru aprendeu desde sempre a se localizar geograficamente naquele ambiente, a construir uma forma própria de lidar com o tempo das águas e se ver como ‘gente que foi criado n’água’, confirmando a ideia de que fazem parte de um todo.

A identidade nativa destas pessoas se constitui no movimento da vida, no conhecimento acumulado das experiências vividas, na interação entre homem, peixe, rio e ambiente, um conhecimento constantemente atualizado (INGOLD, 2000). Eles não só nascem ribeirinhos, como se tornam um ao longo da vida. Vão adquirindo com o tempo um olhar que desvenda os mistérios das águas, vão construindo pertencimento. E, justamente por se verem como parte de um todo, por não se verem ribeirinhos sem rio, o senso de proteção e cuidado que emana deste povo ultrapassa o entendimento de quem não possui uma íntima ligação com o ambiente, como eles possuem.

É difícil pra nós vê tudo isso aqui mudado. Era tão bom antes...Sinto saudade daquele tipo de vida que a gente tinha antes, sabe? Não que a gente não tinha preocupação antes do rio morrer, mas as preocupação era de outro tipo. Depois que inventaram de usá o rio pra gerá riqueza pra eles, nossa vida acabô. O pior é que nós que sempre cuidamo do rio e preservamo ele, agora não podemo fazê muita coisa. Tamo vendo tudo se acabá e tamo se acabando também (Benedita – Araputanga).

A falta de entendimento de que este território é único, essencial para a constituição da identidade das pessoas que ali vivem, que o que foi constituído na beira do rio Jauru é um modo particular de vida, deu espaço para ‘inventarem de usá o rio para gerá riqueza’, como bem indica Benedita.

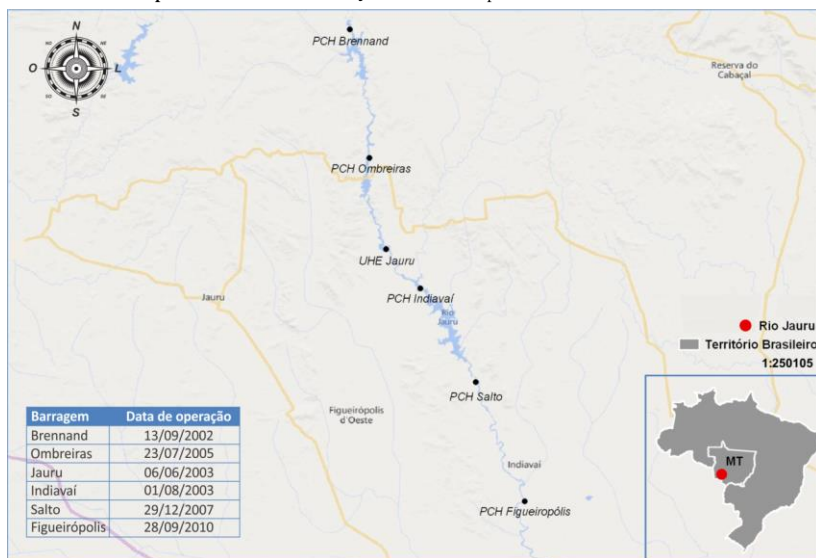
Um plano de exploração de recursos naturais foi arquitetado a partir da construção de seis empreendimentos hidrelétricos no rio Jauru. Foi forjada ali uma aliança técnica, econômica, a qual construiu um imaginário apresentado como ‘ciência’, naturalizando a exploração dos bens comuns e a inevitável privatização destes recursos a favor daqueles que conseguem aproveitá-los para lucrar da forma mais eficaz. Para tanto, em algum momento o que ali existia foi absolutamente ignorado para que o ‘desenvolvimento’ se fizesse presente, para que o rio passasse a servir a novos interesses que não mais os relacionados a edificar memórias, construir histórias e moldar um jeito singular de vida.

3. De que desenvolvimento falamos?

Uma das representações mais comuns do que venha a ser desenvolvimento está ligada à imagem de atores fortes que alcançaram um patamar superior de progresso e, assim, ajudam os menos favorecidos/desenvolvidos a adotarem uma postura de destaque no cenário de crescimento econômico e de ganhos financeiros. Esse tipo de representação apesar de já ter sofrido severos ataques, como o devastador estudo de Rist (2001) e não possuir crédito há décadas, graças principalmente ao trabalho crítico da teoria da dependência, que se debruçou na tentativa de desmantelá-lo, ainda é bastante utilizada como estratégia em prol de um movimento para obtenção de lucro a partir de práticas envolvendo a exploração de territórios que muito têm a oferecer, especialmente quanto à exploração de bens naturais e que não despertam atenção por serem considerados territórios periféricos (BAMBIRRA, 2013).

Esta relação transvestida de ato ‘impulsionador do desenvolvimento de territórios subdesenvolvidos’ para ‘teoria da dependência’¹ consiste, na verdade, em um movimento estrutural de subalternidade da ‘periferia’ em relação aos centros mais industrializados (MARINI, 2012; SANTOS, 1967; CARDOSO, 1970; HARNERCKER, 1979; GUNDER FRANK, 1967). Uma situação que se aproxima do que aconteceu nos quatro municípios banhados pelo rio Jauru, que, entre os anos de 2002 e 2010, numa pequena faixa de 60 km de rio, tiveram seis empreendimentos para geração de energia hídrica construídos, sendo um deles considerado de grande porte; ou seja, uma Usina Hidrelétrica (UHE), chamada de UHE Jauru, e outros cinco de médio porte, nominadas Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH), são elas: PCH Brennand, PCH Indaiavaí, PCH Ombreiras, PCH Salto e PCH Figueirópolis (*mapa 1*).

Mapa 1 – Faixa de 60 km do rio Jauru e os seis empreendimentos hidroelétricos.



Fonte: Autora

¹ Formulação que ganhou repercussão na América Latina, entre as décadas de 60 e 70, e que consiste em uma leitura crítica dos processos de reprodução do subdesenvolvimento na periferia do capital mundial

Os municípios foram encontrados por um movimento gestado exogenamente e apresentado aos gestores locais do território como uma grande oportunidade para os municípios recebedores das represas alcançarem patamares de crescimento diferenciado e iniciarem uma dinâmica econômica que impulsionaria o desenvolvimento da região. No entanto, estas promessas não se traduzem em realidade. O que se acabou por ter foi mais uma região, a qual endogenamente já havia estabelecido mecanismos próprios, estruturados, bem organizados e bem geridos de sobrevivência, assumindo um papel de fornecedora de recursos naturais e, forçadamente, passando a fazer parte da engrenagem de um grande esquema que só vislumbra o acúmulo de valores a partir da conversão do meio ambiente em matéria-prima para o contínuo movimento de produção de bens e geração de lucro. Ou seja, a substituição de um sistema próprio por outro, exógeno, megaextrativista e voltado a interesses externos.

No caso destes quatro municípios, o que foi possível observar nessa relação advinda de demandas externas, envolvendo o processo impositivo e não amadurecidos na/pela e para comunidade local, foi um movimento repentino e descontínuo de indicadores de crescimento na economia local. Movimento momentâneo, desequilibrado e sem continuidade. Os municípios se transformam em satélites que fornecem matéria-prima para os centros maiores de controle, que usam os seus recursos e não liberam as suas potencialidades para o usufruto próprio, nem para o respeito aos modos de vida e de relação com o ambiente que já existiam. De acordo com Bambirra (2013), instaura-se uma situação de construção de sociedade que, quando somem os *inputs* advindos dos centros de interesse, desarticulam-se e entram em crise.

Nóis jamais esperava que pudesse acontecer isso na nossa região. Então, quem acreditô em algum momento que ia tê benefício, tá muito se arrependido. Não dá pra acredita no que eles prometem. Nada é verdade. Falavam que a luz aqui ia sê mais barata, que a cidade ia crescê, que ia tê emprego aqui (Raimundo - Figueirópolis do Oeste).

A fala de Raimundo, marcada pela sensação de ter sido enganado, acaba por representar muitos moradores destes municípios, os quais acreditaram por algum tempo que a chegada das represas seria um importante passo para que índices econômicos da região prosperassem. Crença que foi alimentada, sobretudo, durante o período de construção das barragens. Foi nesse momento, que se tornou necessária mão de obra local para se levantar as represas, trabalhadores vindos de fora movimentam pequenas empresas de prestação de serviço, como farmácias, hotéis, supermercados, restaurantes entre outros, gerado um fluxo de mercado que, automaticamente, implicou num incremento ao Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*, no crescimento do valor bruto movimentado pelas empresas/indústrias locais e um aumento expressivo no número de empregos gerados na região.

Mas, com o término das construções das represas, não existia mais a necessidade da continuidade dos empregos. Com isso, a manutenção de renda e circulação de dinheiro no local ficaram comprometidas. Os pequenos negócios melhorados e criados em função da obra deixaram de ter clientela e, rapidamente, entraram em declínio.

Infelizmente, a situação acima registrada não se restringe somente à região do rio Juruu ou à Bacia do Alto rio Paraguai (BAP), que, há muito, sofrem pressões oriundas da implementação de obras de infraestrutura, registros científicos como de Celentano e Veríssimo (2017) ou de Lima; Buschbach; Oliveira; Pinto; Alves e Marques (2019) apontam a ocorrência do mesmo processo em várias outras regiões brasileiras, especialmente na

bacia Amazônica, cujas territorialidades, notavelmente nas últimas décadas, têm sofrido com o processo desenfreado de implantação de hidrelétricas. Tal situação só reforça o entendimento do motivo pelo qual, como bem mostra a história econômica mundial, o desenvolvimento pensado desta maneira não se processa de forma homogênea. Altamente segregador, ele sempre teve e sempre terá um papel – principalmente pelo fato da priorização de alguns interesses, estes quase sempre ligados ao acúmulo de capital, em detrimento de outros intimamente ligados ao simples fato de sobreviver – marginalizador.

A título de exemplo e no intuito de comprovadamente exibir em números a situação de instauração da dependência que aconteceu na região, voltamos aos quatro municípios-foco desta pesquisa e analisamos o comportamento deste território, entre o período de 2002 a 2012, na geração de valor adicionado bruto pela indústria e pelo setor de serviços ao PIB dos municipais (*gráfico 1*) e os índices de empregos na região.

Ainda em tempo, vale ressaltar que optamos por olhar para a região, não de forma pontual e obedecendo aos limites geoterritoriais que os definem como cidades, mas como um bloco, um território uno. Pois, a proximidade física entre as cidades e o fato de cinco dos seis empreendimentos serem construídos nas divisas dos municípios fazem com que a dinâmica econômica produzida por estas obras de infraestrutura se distribua por um território maior do que simplesmente pelo município apontado oficialmente como sede do empreendimento. Um movimento parecido ao dos impactos ambientais que as represas produzem e que não obedecem a fronteiras geopolíticas.

O que acabamos por definir como método para olhar o território vai ao encontro do defendido por Girard (2002), quando aponta a necessidade de se olhar para as transformações econômicas, sociais e, sobretudo, ambientais, geradas por ações antrópicas num território, sob a ótica na qual

os impactos se tornam cumulativos e sinérgicos, o que os faz mais representativos do que se observados um a um.

Gráfico 1: Variação do valor adicionado bruto pela indústria e pelo setor de serviços ao PIB dos municípios estudados.



Fonte: IBGE. Gráfico confeccionado pela autora

A partir da exposição destes gráficos, torna-se nítida a presença das oscilações que envolvem, orquestradamente, os períodos de construção e pós-construção das barragens no território analisado. Facilmente notável é, também, o fato de que, no espaço-tempo analisado, são perceptíveis três movimentos de aceleração de indicadores de crescimento e três movimentos de colapso, a partir do momento em que o estímulo exógeno se retrai, sem sustentação de dinâmicas endógenas. O primeiro pico, um pouco distinto dos outros dois que se projetam de forma mais acentuada, apresenta essa característica pelo fato da sobreposição de construções de barragens, uma vez que, entre 2002 e 2005, foram construídas as PCHs Brennad, Indaial e Ombreiras e a UHE Jauru. Período este em que os índices de crescimento, aqui representados pelo valor adicionado bruto pela indústria e pelo setor de serviços ao PIB dos municípios, alcançam o patamar de R\$206.665,70 e que, num curto período, recua para R\$156.251,76.

Já o segundo pico do gráfico 1 está precisamente ligado à construção da PCH de Salto, inaugurada em 2007, quando o valor adicionado bruto pela indústria e pelo setor de serviços ao PIB dos municípios era de R\$326.381,89 e, subitamente, no ano seguinte do início da sua operação, caiu para R\$181.627,51. Um decréscimo de aproximadamente 55% em apenas um ano.

O mesmo comportamento é observado no terceiro pico de crescimento do gráfico, que representa a PCH de Figueirópolis, última construída na região e inaugurada em 2010, quando o valor adicionado bruto pela indústria e pelo setor de serviços ao PIB dos municípios era de R\$378.429,28 e despencou, dois anos depois, para R\$228.762,97.

Ao que observamos no comportamento econômico deste bloco de municípios Schneider; Arima; Veríssimo; Barreto e Souza Junior (2000) alegam ser comum nas regiões onde barragens são instaladas. E esse ciclo de desenvolvimento, com precisos pontos de crescimento e notáveis períodos de dispersão e enfraquecimento, pode ter uma duração média de cinco anos, para grandes empreendimentos, e um espaço de tempo mais curto, quando se trata de pequenas centrais hidrelétricas. Isso porque o movimento de ‘sobe e desce’ destes índices está diretamente ligado ao período médio em que se constrói a barragem.

Importante, ainda, ressaltar: os gráficos nos trazem como suporte para analisar o comportamento econômico deste bloco de municípios o que, há muito, vem sendo evidenciado pelos moradores da região, principalmente pelas categorias de trabalhadores mais afetadas por essa falsa sensação de desenvolvimento, como é o caso de Rosa, dona de um pequeno hotel em Figueirópolis do Oeste.

Apesar da gente, desde 2002, vê a região aqui por volta sofrendo com o rio baixando e a falta de peixe, para nós que trabalhava atendendo os trabalhador

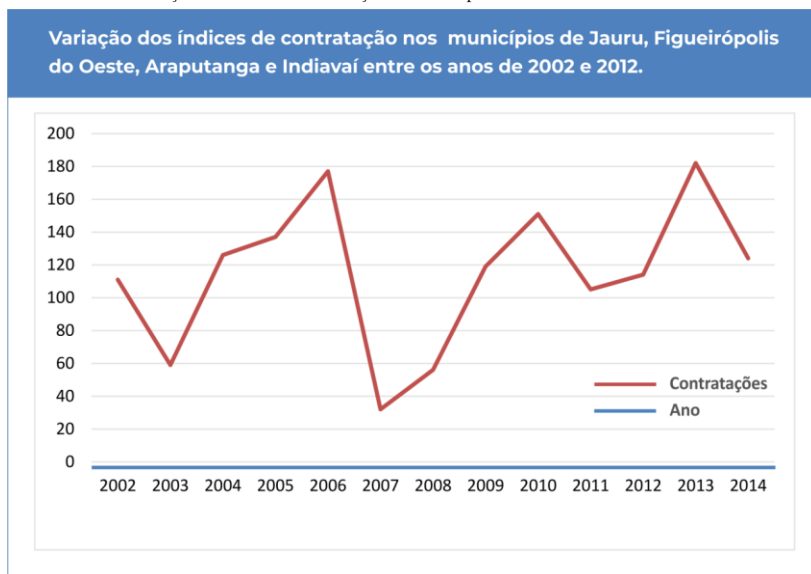
que vinha de fora pra instalá as PCH, teve um momento bom. Meu hotelzinho é pequeno, sempre recebi mesmo era turista que vinha aqui pra essas banda pescá. Na época da construção da PCH, não só dessa, mais das outras também, como as cidades aqui são tudo perto, eu passei a recebê bastante funcionário das empresas. Achei até que era hora de investir um pouco mais. Tive que colocá internet melhor, dar uma arrumada nos banheiro, gastei até bastantinho [...] Mas, depois que a última barragem foi inaugurada, nunca mais recebi funcionário aqui. Quando aparece alguém pra fazê serviço na barragem, é gente mais importante, vem pra reunião e essas coisas, aí eles preferem, é claro, ficar num hotel melhor. Muitos vão para São José dos Quatro Marcos, que é uma cidade maiorzinha e fica aqui encostado [...] Agora, depois de investi, fiquei sem recebê os trabalhador, e o que é pior, como as PCH acabaram com os peixe, nem os turistas vêm mais pra cá (Rosa – Figueirópolis do Oeste).

Existe um crescimento de movimento, que até mesmo estimula os investimentos e potenciais empreendimentos locais. Mas, o movimento realmente indutor do fluxo de pessoas para o atrativo turístico não é durável, nem há investimento adequado em infraestrutura para fomentar a sua permanência. Assim, a narrativa mostra o movimento que a economia descreve.

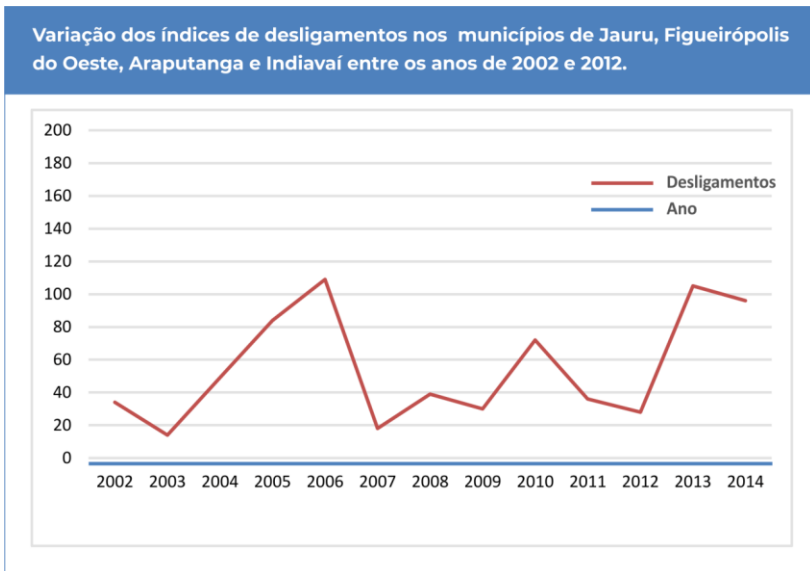
A decepção de Rosa se assemelha muito à desilusão de outro grupo de pessoas que vislumbraram a partir da construção das represas uma chance de conseguirem um emprego formal e, conseqüentemente, alcançarem melhores condições de vida. Como já apontado anteriormente, a promessa de emprego fácil é uma das peças fundamentais para capturar a população local e para criar neles a esperança de tempos promissores. Infelizmente, a realidade, mais uma vez, não condiz com o enunciado antes da instalação das represas. O que na verdade se observa no território, assim como a explícita oscilação dos dois elementos analisados que compõem o PIB dos municípios deste bloco, é a inconstância das variáveis dos empregos na região.

Inconstância, por sua vez, sistematicamente ligada à dinâmica de construção das represas, sendo perceptível que os índices de contratações de pessoal só se mantêm em alta até a inauguração do empreendimento. Assim que as represas passam a funcionar, são marcados pelo decréscimo abrupto dos índices de contratações (*gráfico 2*) e aumento dos índices de desligamentos (*gráfico 3*).

Gráfico 2: Variação dos índices de contratação nos municípios estudados entre os anos de 2002 e 2012



Fonte: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED). Gráfico confeccionado pela Autora

Gráfico 3: Variação dos índices de desligamentos nos municípios estudados ente os anos de 2002 e 2012

Fonte: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED). Gráfico confeccionado pela Autora.

Essencial apontar que esta dinâmica de contratações e demissões não está ligada somente ao fato da utilização da mão de obra local na construção dos empreendimentos. Segundo o relato dos moradores, estas vagas também foram preenchidas por trabalhadores vindos de fora. Assim sendo, parte significativa dos postos de trabalho que surgiram durante o aquecimento da economia da região foi para dar suporte aos serviços de atendimento oferecidos pelo pequeno comércio local. A exemplo, temos o caso de Arlindo, dono de um pequeno restaurante no município de Jauru.

Nosso restaurante sempre foi negócio pequenininho, de família. Quem tocava era minha mãe e meu irmão. Quando minha mãe morreu, eu passei a ajudar meu irmão. Minha família e a dele sempre viveu dessa renda. Quando o movimento começou a melhorá, e a gente passou a atender os trabalhador das PCHs e tivemos que adequar o restaurante. A gente, antes, lidava com caderninho de fiado, sabe? Como todo mundo conhece todo mundo aqui, os negócios sempre foram feitos na base da confiança. Mas, com a burocracia toda que

envolve essas empresas, tivemos até que colocar nota fiscal eletrônica aqui. Deu um trabalhão. Nesse mesmo período, que, por conta dessas mudanças nas notas fiscais, tive que contratar um contador, nós contratamo também mais dois funcionários, um para servir as mesas, e outro para cozinha. Apesar de pagar bastante imposto, eu e meu irmão, a gente tava feliz de ver o negócio crescê. Mas, o que parecia que ia durar não durou. O movimento foi bem até o meio de 2010 por aí. Depois disso, o movimento caiu demais. Foi quando tive que mandar embora as duas pessoas que não eram da família; assim, a gente passou a economizar não só com o salário delas, mas, também, com todos os encargos trabalhistas. Pessoal da família não precisa de carteira assinada, né? (Arlindo - Jauru).

A ‘desilusão’ registrada da experiência de Arlindo e os apontamentos gerais feitos até aqui lembram o que Celso Furtado (1974) estabelece como mito, ou invenções bem construídas que se escondem por trás da ideia do que verdadeiramente venha a ser desenvolvimento.

[...] o estilo de vida criado pelo capitalismo industrial sempre será o privilégio de uma minoria. O custo em termos de depredação do mundo físico, desse estilo de vida é de tal forma elevado que toda tentativa de generalizá-lo levaria inexoravelmente ao colapso de toda uma civilização, pondo em risco a sobrevivência da espécie humana [...] o desenvolvimento econômico - a ideia de que os povos pobres podem algum dia desfrutar das formas de vida dos atuais povos ricos - é simplesmente irrealizável. Sabemos agora de forma irrefutável que as economias da periferia nunca serão desenvolvidas, no sentido de similares às economias que formam o atual centro do sistema capitalista. Mas, como desconhecer que esta ideia tem sido de grande utilidade para mobilizar os povos da periferia e levá-los a aceitar enormes sacrifícios para legitimar a destruição de formas de cultura arcaicas, para explicar e fazer compreender a necessidade de destruir o meio físico, para justificar formas de dependência que reforçam o caráter predatório do sistema produtivo? Cabe, portanto, afirmar que a ideia de desenvolvimento econômico é um simples mito (FURTADO, 1974, pp.88-89).

É importante salientar que o ‘simples mito’ que Celso Furtado se refere, ainda nos idos do desenvolvimentismo militarista, não é a forma de vida ou pensamento relacionada a povos tradicionais, ou a suas fontes de subsistência material ou cultural. Trata-se das formas teóricas de naturalização dos modelos de desenvolvimento pregados nos palanques e impostos pela indústria de informação e de propaganda, todas bem financiadas, e bem pouco regulamentadas. A situação ainda é semelhante, caminhando para a metade do século XXI.

4. Do sequestro de um modelo organizado de vida, à imposição de um modelo exógeno de desenvolvimento

‘Quem pode estar contra o desenvolvimento?’. ‘Quem seria capaz de desejar que a sociedade não se desenvolvesse, não se aperfeiçoasse?’ Questões tão banais como estas marcam a essência da retórica do desenvolvimento que, vista por esta ótica, nos faz crer que é um fim almejado por todos. Um anseio apresentado como possível, tanto em escala ‘macro’ (essa dominou a cena internacional desde o final da 2ª Guerra Mundial), quanto na versão mais atual, tida como ‘local’. Importante ressaltar o que as aproxima: a estrutura de dominação que as mantém (CARDOSO e FALETTO, 1970; BAMBIRRA, 2013).

Se, para os países ‘subdesenvolvidos’ onde o empenho em alcançar o desenvolvimento já apresentava limitações intransponíveis e acabava por legitimar a situação de dependência à qual estes países sempre estiveram condicionados, o ‘moderno’ desenvolvimento no local, especialmente quando ligado à geração de energia elétrica a partir da matriz hídrica, permanece a reproduzir as mazelas que moldam o movimento de reprodução capitalista. Adjetivos como sustentável, responsável, humano ou comprometido, associados ao processo que ‘promove’ o desenvolvimento no local, são tentativas de harmonizar a lógica destrutiva do capital em relação ao

mal-estar que ele gera. Pois, no subsolo das pequenas iniciativas de promoção de potencialidades endógenas, no mascarado fomento da participação da sociedade civil nos processos os quais envolvem o ‘pensar o desenvolvimento’ e na forjada relação mútua e harmônica que os fomentadores do desenvolvimento defendem ter com o território, submete-se à lógica do lucro, do acúmulo de capital e do controle social.

Assim como no rio Jauru, se olharmos para várias outras experiências de promoção de desenvolvimento envolvendo usinas hidrelétricas, o que será visualizado é um cenário de globalização de prioridades, padrões e preferências do mundo ocidental. Territórios que deveriam ser autogerados, veem-se reféns de um movimento impositivo nomeado de ‘progresso’. O que deveria vir de dentro passou a ser guiado a partir de fora. Em vez destes territórios, singulares e únicos por sua representatividade cultural e biodiversidade, cumpridores de uma função essencial no que tange à preservação da natureza e de um modo de vida singular, serem resguardados e protegidos, passaram a engrossar o caudal de regiões que servem melhor aos interesses econômicos das grandes multinacionais.

Eu só acho que antes de fazê qualquer coisa, eles deviam pedir a opinião do povo e dos moradores que estão aqui vivendo perto do rio e do rio. Não é simplesmente vir aqui, marcá umas estaca no chão e falá que vai construí. Eles fala que tem a ordem, chega aqui e fala que pode tirar as casa e usá o rio do jeito deles. Falam que a ordem vem do governo, agora não sei se é verdade isso. O negócio deles é ganhá dinheiro. Produzi cada vez mais e nem querê sabê se tudo tá se acabando. E a gente vai fazê o que, né? Como que mexe com uma gente dessa cheia do dinheiro? O dinheiro pode tudo, quem sente na pele as consequência é nós, que nunca fizemo mal nenhum e nunca incomodamo ninguém (Joana - Jauru).

A fala de Joana deixa claro como esse processo acontece de cima para baixo, sem respeito e longe de querer atuar como potencializador de

capacidades e habilidades locais. O que se dá ao certo é o ‘sequestro’ das condições de autogestão e auto-organização existentes nestes locais. Em troca, o que presenciamos é o estabelecimento de uma ordem truculenta, tanto em termos de estruturas opressoras necessárias para sustentar a ordem, como em termos das desintegrações ambientais e sociais que são produtos dessa ordem. Relatos impressionantes que trazem à luz o jogo existente para o confisco dos bens naturais comuns do território, a fim de torná-lo passível de facilidades de exploração e, automaticamente, o confisco do modelo social vigente, não faltam.

O que vem acontecendo é que o pescador tá sendo pressionado por todos os lados. Por um lado, as leis de pesca que dificultam muito o nosso trabalho, e, por outro lado, essas represas. A impressão que dá é que eles querem que a gente saia daqui, que a gente fique tão incomodado, que abandone tudo e vá embora. Aí, a culpa não será deles, não vai ser eles que tiraram a gente, nós é que vamos ter saído por conta. Querem acabar com a nossa classe de pescador. Mas, o que ninguém leva em conta é que nós protegemo o ambiente. Se a gente sai daqui, a natureza aqui se acaba. Aí, sim, eles vão ficá feliz, vão ficá à vontade pra colocar mais gado, plantá mais soja, como já tá cheio aí na redondeza e construí mais PCH (Bruno - Araputanga).

Eu e minha muié acabamo de voltá do rio. Foram 10 dias de ceva. Dez dias jogando mio. Peguemo um pacu e dois piauçu ontem. Na semana passada, nós não tiramos dinheiro nem pra pagá as despesa de combustível do barco. Tivemos que pegá dinheiro emprestado pra voltá pra casa. Eles não deixa o rio ter equilíbrio. O rio fica cilando. Sobe e desce... sobe e desce o tempo todo. Parece até que tão testando a paciência da gente e o amor que a gente tem pelo rio. Acho até que fazem isso pra vê se a gente vai simbora logo, assim eles acabam com tudo de vez (Adão - Indiaivá).

É importante salientar que este modelo originário de vida, oriundo de experiências auto-organizadas e endógenas, tem como base o preceito de que o território construído é uma propriedade comunitária, onde os

sistemas sociais que o utilizam, o fazem a partir dos princípios de justiça e sustentabilidade. O que envolve a combinação de direitos e responsabilidades entre os usuários, a combinação de utilização e conservação, um sentido de coprodução com a natureza e de dádiva entre os membros da comunidade (SHIVA, 2001).

Estas comunidades entendem a biodiversidade que os cerca, como bens do povo, bem comum o qual deve e pode ser utilizado por todos, mas com parcimônia e zelo. Por vezes, o senso comum que toma estas comunidades é tamanho, a ponto de, mesmo diante do esfacelamento de seus territórios, expressarem benevolmente opiniões como a de Francisco, pescador há mais de 30 anos e que assiste de perto, nas últimas duas décadas, sua categoria profissional ir se desfazendo, e o sustento diário ser conquistado sempre com mais dificuldade.

A Minha intenção é que eles beneficiasse a usina deles, mas deixasse os outros sobrevivê. Mantesse o nível do rio pelo menos. Porque o rio uma hora tá lá, outra hora tá cá. Ninguém nunca exigiu que eles derrubasse as usinas, nós só queremos é que eles usem com sabedoria a natureza que tá fazendo com que eles ganhem dinheiro (Francisco - Araputanga).

A fala inocente de Francisco até faz parecer possível que haja alguma simetria no meio desse anacronismo estrutural, uma vez como apontado por Ugo Mattei (2011), não exista nenhum dispositivo jurídico, e muito menos constitucional, que protege o cidadão do Estado neoliberal, quando o mesmo transfere para a esfera privada os bens da coletividade.

Essa deficiência é apontada por Mattei (2011) como grande estratégia dos Estados para vender livremente os bens comuns, com objetivo maior de financiar suas políticas econômicas. Assim, o Estado, que deveria cumprir o papel de guardião fiel do bem comum, comporta-se, em muitos casos, como um inimigo. Principalmente, quando os bens comuns passam

a servir interesses privados; neste caso específico do rio Jauru, as multinacionais da área de produção de energia, como as Companhias Brennand, Brook Field, DESA e Queiroz Galvão.

Uma relação perigosa, uma vez que esse sistema gera mais dependência dos governos perante as empresas, que, por sua vez, passam a ditar as políticas de privatização, de consumo e exploração do território.

Um desvio que oblitera o fato de que os poderes políticos deveriam estar a serviço do povo soberano, e não o contrário. É certo que o servidor (o governo) deve dispor dos bens de seus governados (os cidadãos) para executar corretamente seu serviço; contudo, seu papel é o de administrador de confiança, e não de proprietário livre para abusar do patrimônio coletivo. Uma vez alienados, danificados ou destruídos, os bens comuns passam a não existir mais para a coletividade, pois não são reproduzíveis e dificilmente podem ser recuperados, seja pela geração presente – supondo que ela se dê conta de que escolheu, por maioria, um servidor desonesto – ou pelas seguintes, que nem sequer podem ser responsabilizadas pelas escolhas que não fizeram (MATTEI, 2011, p.47).

Talvez, essa prática existente entre Estado e empresas privadas se justifique a partir da lógica de que a maneira com que as populações as quais beiram o rio Jauru e, a partir dele, desenvolveram um modo de vida cheio de particularidades, possuem um conhecimento e uma relação com o rio diferenciada daquela associada ao rio como mercadoria.

Este movimento de restringir o rio a um simples fornecedor de matéria-prima prende-se a um tipo de conhecimento científico que podemos denominar de ‘ciência reducionista’. Isso porque, uma das características mais marcantes da ciência reducionista é se voltar para a compreensão de um fenômeno, olhando partes muito específicas de um todo. Neste sentido, a diversidade epistemológica do mundo fica reduzida à ciência produzida no alto da pirâmide, desconsiderando saberes e experiências

populares, que são tratados como inexistentes. Esse modelo de pensamento científico, endurecido por projeções tecnológicas, precisa ser criticado por uma observação mais detida das dinâmicas reais da produção dos cotidianos e das territorialidades (DESCOMBES, 2014). No caso do rio Jauru, o foco do Estado e das grandes multinacionais sempre esteve em dominar o conhecimento sobre quais os melhores eixos disponíveis para a exploração, qual o potencial máximo de geração, os contratos negociados, a rentabilidade do excedente produzido e, aí por diante, abstraindo sem parcimônia, as experiências humanas oriundas das relações estabelecidas entre o rio e as pessoas que ali sempre viveram.

Apontado por Shiva (2011) como uma ligação fundamental deste tipo de ciência, com a lógica de expansão de mercado, as duas lógicas – a epistemológica e a pragmática – em sua essência, são produtoras de violência. Nos casos que envolvem instalação de hidrelétricas, poderíamos apontar como umas das maiores violências a desvalorização do conhecimento tradicional e a desqualificação dessa forma de conhecimento, como se tratando simplesmente de não conhecimento. Em nome do ‘conhecimento científico’ (frisamos: o conhecimento histórico, antropológico, arqueológico, linguístico, ecológico, não entra no cômputo deste tipo de conhecimento desejado, que é basicamente finanças e jargão jurídico), o conhecimento tradicional. Ele não apenas é desvalorizado, mas, também, suprimido, distorcido e considerado não merecedor de respeito. Esse movimento de desqualificação é realizado para legitimar a sua extinção. O fato de pessoas terem construído suas vidas, suas memórias e terem como referencial existencial o rio, não passa de um detalhe para quem entende a natureza como simples gerador de artigos mercadológicos.

Existe um movimento bem delineado, com a pretensão de transformar em senso comum o fato de que estes grupos estão parados no tempo; o ‘tradicional’ existente em oposição ao ‘moderno’. E, em nome do

moderno, com a ambição do fortalecimento do modelo capitalista ocidental é que se persiste na eliminação pela invisibilização das formas de saber e viver de povos culturalmente diferenciados. Como bem aponta Boaventura de Souza Santos (2009, p. 23), na esteira do pensamento descolonial “o pensamento moderno ocidental é um pensamento abissal”. O que nos leva à reflexão de que o mundo está fraturado por linhas profundas que separam o existente do não existente, e o possível do indesejado.

O pensamento moderno é um pensamento abissal. Consiste num sistema de distinções visíveis e invisíveis, sendo que as invisíveis fundamentam as visíveis. As distinções invisíveis são estabelecidas através de linhas radicais que dividem a realidade social em dois universos distintos: o universo ‘deste lado da linha’ e o universo ‘do outro lado da linha’. A divisão é tal que o ‘o outro lado da linha’ desaparece enquanto realidade, torna-se inexistente, e é mesmo produzido como inexistente (SANTOS, 2009, p.23).

No pensamento tecido em rede, em que as distinções invisíveis sustentam as visíveis, é importante frisar que as invisíveis são ocultadas de fato, e não apenas por sua complexidade, mas pela crueza da sua face. Historicamente, a falta de reconhecimento de povos como os pescadores e ribeirinhos do rio Jauru se traduziu em formas de apropriação e violência, por meio da criminalização das práticas culturais, da imposição do direito oficial e da discriminação da diferença. Ao desqualificar e descaracterizar estes grupos sociais, certificam-se de alcançar mais brevemente os objetivos econômicos de exploração dos territórios por eles utilizados. Foi assim com o genocídio dos povos indígenas nos séculos XVI e XVII, e continua sendo, mas, agora, avançam de forma mascarada na tentativa de invisibilizar estes e outros grupos em já situação de vulnerabilidade. “A violência continua, pois, tão forte hoje como no passado. Se antes era física e direta, hoje o é muitas vezes de forma mais dramática porque aposta na

destruição e aniquilamento cultural” (SANTOS; MENESES e NUNES, 2005, p.34). Essa violência semiótica está inscrita na história da chamada ‘modernidade’. Ela implica na tentativa de desconstrução de formas de ser e de viver, é bem retratada na literatura como sendo, também, a cegueira seletiva, diante de atividades econômicas menos rentáveis em grande escala, como estudado por Scott (1998), na análise de grandes projetos que não tomam em consideração as localidades e as suas dinâmicas.

Entretanto, vale lembrar que estes povos tradicionais, com seus modos de vida intrinsecamente ligados à dinâmica natural do território ao qual pertencem, não são seres estáticos, como frequentemente são estereotipados. Para Fajardo (2004, p.178) “Las culturas y formas de organización social se transforman y recrean constantemente”. Eles estão, mais do que nunca, prontos para reivindicar o que é seu por direito. E, neste caso, a reivindicação de seu direito à existência, com suas atividades e com o enorme serviço ambiental que constroem a partir do lugar da sua tradição é, na realidade, uma forma de resistência e de resposta à dominação e à exploração sofrida.

Na obra *Los dominados y el arte de la resistencia*, James C. Scott (2004) atesta que os dominados exercem uma dissidência marginal ao discurso oficial da relação de poder. Eles elaboram uma resistência silenciosa, discursos ocultos, como manifestação de sua insubordinação à dominação. A longo prazo, essa resistência silenciosa, mas contínua, de pequena escala ou até de forma individual, tacitamente organizada e incentivada pela cultura dos subalternos, tem consequências igualmente ou mais importantes do que movimentos sistematicamente organizados.

A partir de suas resistências cotidianas, conforme ressalta Scott (1986, 2011), estes povos elaboram estratégias diante da dominação, e as formas de avanço da resistência incorporam o fator cultural, vista como um aspecto subversivo em um sistema de dominação. A partir da defesa

diária de sua cultura, seu modo particular e único de interagirem com a natureza, estes acabam por se negar à padronização, à hegemonização e a serem considerados ‘adequados’ ao sistema. O que aparece como uma luta de grupos de pescadores isolados é muito mais que isso. É uma reivindicação de um sistema de vida importante e, mesmo, crítica de um modo autoritário de agir em altas escalas, que está na gênese da modernidade.

5. Considerações finais

Paralelamente a toda proposição de se debater sobre desenvolvimento, cria-se a oportunidade de recuperá-lo nos níveis ético, ecológico, epistemológico e econômico. Todo desenvolvimento deveria ser pensado a partir do nível mais fundamental, que é o reconhecimento ético de que outras espécies e culturas têm direito, de que seu valor não deriva da exploração econômica de um pequeno grupo de indivíduos privilegiados.

A essência do que foi exposto neste texto está concentrada na reivindicação da importância de escutar as falas de seu Alberto, dona Benedita, seu Raimundo e tantos outros pescadores e ribeirinhos. São falas de populações que, a partir do caso escolhido, o do Rio Jauru, manifestam uma estrutura de pensamento do desenvolvimento que é surda e cega para os locais, para os territórios e para povos, e que produz um discurso falacioso, um impacto insustentável e uma política violenta. Surda e cega, porque os locais têm voz e figura, corpo e movimento. Eles falam, interpõem suas vozes e seus corpos, manifestam-se, mas são desqualificados pelos discursos já orquestradamente construídos a partir de outros interesses.

Um discurso falacioso porque naturaliza uma situação que não se sustenta na realidade. O tão esperado e prometido ‘desenvolvimento local’ não pode ser atribuído a estes empreendimentos hidrelétricos. O que pode ser atribuído a esse sistema impositivo de desenvolvimento é a intensificação da situação de vulnerabilidade a que estas populações ribeirinhas

estão expostas, sobretudo pela forma desrespeitosa e violenta com que o território foi transformado. Um impacto insustentável, porque exaure o rio não apenas como recurso, o que é muito pouco. Exaure o personagem principal de um sistema de vida que é naturalmente sofisticado e que preserva o ambiente, em suas múltiplas interações.

Uma política violenta, porque sequestra o território e o que ele oferece, e, a partir de uma perspectiva reducionista, com interlocutores silenciados e invisibilizados, discursos e promessas fantasiosas, ressignifica os rios como, basicamente, recursos renováveis. Mas, há um entrave aos planos. A população está viva, tem voz e se manifesta. Este texto trouxe um pouco de suas vozes, que são as falas do rio. E o que devemos fazer? Ouvi-las. Considerá-las. Aprender com elas, para que erros não sejam repetidos e vidas não sejam destruídas. A partir delas, podemos, também, apoiar-nos na ideia de que uma das vias para conservação da biodiversidade é a contribuição cultural de comunidades que respeitam outras espécies e desenvolvem seus conhecimentos sobre um território e sobre como interagir com ele, para, só, então, pôr em prática um uso que se harmonize com os objetivos da conservação.

6. Referências

- BAMBIRRA, Vânia. **O Capitalismo Dependente Latino-Americano**. Tradução de Fernando Correa Prado e Marina Machado Gouvêa. Florianópolis: Editora Insular, 2013.
- BENINCÁ, Dirceu. **Energia & cidadania: a luta dos atingidos por barragens**. São Paulo: Cortez, 2011.
- BERMANN, Célio. O Setor Elétrico Brasileiro e a Sustentabilidade no Século 21: Cenário atual. *In*. MOREIRA, Paula Franco. **O Setor Elétrico Brasileiro e a Sustentabilidade no Século 21: Oportunidade e Desafios**. Brasília: Rios Internacionais, 2012.

CARDOSO, Fernando H. e FALETTO, Enzo. **Dependência e Desenvolvimento na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.

CELENTANO, Danielle e VERÍSSIMO, Adalberto. **O Estado da Amazônia**: Indicadores. Belém-PA: Imazon, 2007.

CRUZ, Manuel M. Sítios agroflorestais na várzea do Careiro. *In. Revista de Geografia da Universidade do Amazonas*. Manaus, v.1, n.1, jan./dez. 1999. p.105-122.

DESCOMBES, Vincent. **The Institutions of Meaning. A Defense of Anthropological Holism**. Translated by Stephen Adam Schwartz. Cambridge, Massachusetts; London, England: Harvard University Press, 2014.

FAJARDO, Raquel Yrigoyen. El reconocimiento constitucional del pluralismo legal en el Perú. Hacia una interpretación comprehensiva del Convenio 169 y la Constitución. *In. CAVALO GARCÍA, Manuel. Identidades culturales y Derechos Humanos*. Madrid: Dykinson, 2002.

FEARNSIDE, Philip Martin. Belo Monte: Actors and arguments in the struggle over Brazil's most controversial Amazonian dam. *In. Die Erde – Journal of the Geographical*. Berlin, v.148, n.1, 2017. p14-26. Disponível em <https://doi.org/10.12854/erde-148-27>. Acesso em 09 de jun. de 2020

FURTADO, Celso. **O Mito do Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

GIONGO, Carmem Regina; MENDES, Jussara Maria Rosa e WERLANG Rosangela. Refugiados do desenvolvimento: a naturalização do sofrimento das populações atingidas pelas hidrelétricas. *In. Revista Estudos Brasileños* n.3, v.4, 2016. p.101-114.

GIRARD, Pierre. **Efeito cumulativo das barragens no Pantanal**: mobilização para conservação das áreas úmidas do Pantanal e Bacia do Araguaia. Campo Grande-MS: Instituto Centro Vida, 2002.

GUNDER FRANK, Andre. **Capitalism and Underdevelopment in Latin America**. New York: Monthly Review Press.1967.

HARNECKER, Marta. **Imperialismo y Dependencia**. Madri: Akal Editor, 1979.

INGLOND, Tim. **The perception of the Environment**: essays on livelihood, dwelling and skill. London; New York: Routeledge, 2000.

LIMA, Adila Maria Taveira.; BUSCHBACHER, John Buschbacher.; OLIVEIRA, Nilton Marques de.; PINTO, Mac David da Silva.; ALVES, Erisvaldo de Oliveira e MARQUES, Elineide Eugênio. Efeito pós-barragem nos municípios impactados por usinas hidrelétricas no estado do Tocantins/Brasil. *In. Revista Ibero Americana de Ciências Ambientais*, v.10, n.3, 2019. p.138-155.

MARINI, Ruy Mauro. **Subdesenvolvimento e revolução**. Florianópolis: Isular, 2012.

MATTEI, Ugo. **Beni Comuni**: Un Manifesto. Bari Roma: Laterza. 2011.

RIST, Gilbert, **Le Développement**: Histoire d'une croyance occidentale. Paris: Presses de Science Po: 2001.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. *In: SANTOS, Boaventura de Sousa e MENESES, Maria Paula (org.). Epistemologias do sul*. São Paulo: Cortez, 2009.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula e NUNES, João Arriscado. Para ampliar o cânone da ciência: a diversidade epistemológica do mundo. *In. SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2005.

SANTOS, Theotonio dos. **El Nuevo Caracter de La Dependencia**. Santiago: Centro de Estudios Sócio-Económicos da Universidade do Chile, CESO, 1967.

SCHENEIDER, Robert; ARIMA, Eugenio; VERÍSSIMO, Adalberto; BARRETO, Paulo; SOUZA JUNIOR, Carlos. **Amazônia Sustentável**: limitantes e oportunidades para o desenvolvimento rural. Brasília, Banco Mundial, Belém: Imazon, 2000.

SCOTT, James C. Everyday forms of Peasant Resistance. *In. Journal of Peasant Studies*, v.13, n.2, 1986. p.5-35.

SCOTT, James C. **Seeing like a State**: How Certain Schemes to Improve the Human Condition have failed. New Haven and London: Yale University Press, 1998.

SCOTT, James C. Exploração normal, resistência normal. *In. Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n.5, jan./jul. 2011. p.217-243

SCOTT, James C. **Los dominados y el arte de la resistencia**: discursos ocultos. Trad.: Jorge Aguilar Mora. México: Ediciones Era, 2004.

SHIVA, Vandana. **A Biopirataria**: a pilhagem da natureza e do conhecimento. Petrópolis, Vozes, 2001.

Parte 03

***“Sinto falta do cheiro do rio”:* construção da resistência ribeirinha no Rio Jauru**

1. Introdução

O desenvolvimento é um processo, não um *‘terminus ad quem’*. Historicamente, esse processo é liderado por três grandes mecanismos possíveis. Se iniciado pelo Estado, sobretudo a partir dos estados modernos, ele se configura como uma disputa pelo controle de territórios e ambiente. Se iniciado a partir de atores individuais, o movimento é de individualização, levando à construção de mercados mais estruturados. O terceiro mecanismo é rizomático e procede de iniciativas aparentes ou de fato caóticas, fundadas nas dinâmicas socioterritoriais, ganhando escala de forma reticular a partir dos outros dois. Sustentamos que o terceiro mecanismo está sendo fragilizado no momento, pelo movimento de sequestro das dinâmicas institucionais por parte de agentes econômicos.

O que foi brevemente enunciado se transforma num fenômeno observável como conflito cada vez que há encontros entre os diversos mecanismos e suas escalas. Neste trabalho, temos como cenário um dos principais afluentes da Bacia do Alto rio Paraguai, o rio Jauru, representando o ambiente natural, empresas de geração de energia transnacionais com capital especulativo associado, representando agentes individuais de grande escala, e pescadores tradicionais ribeirinhos, representando o movimento rizomático dos territórios. Os estados têm pressa, e, neste contexto, os investidores precisam maximizar o seu lucro para se sustentarem no palco das competições. Os ribeirinhos, que são radicados

literalmente na porção do ambiente que está em disputa, aparecem como figurantes indesejados em uma disputa de grandes proporções.

Entendemos que um novo movimento é necessário. Um movimento que traga como protagonistas estes grupos sociais e que, a partir deles, dê-se a formação de um modelo de relação com o ambiente, que não seja apressadamente destrutivo. Acreditamos ser necessário pensar o desenvolvimento a partir de limites. É no reconhecimento dos limites - dos ecossistemas, da fragilidade do humano, dos modos de vida - que se encontram as maiores possibilidades para ampliação do que venha a ser um modelo de desenvolvimento respeitoso. Sendo assim, o texto que segue busca apontar limites que vêm sendo excedidos em nome de um modelo de desenvolvimento que não dá espaço para escuta sistêmica de fontes realmente detentoras do conhecimento sobre o território.

O intuito deste material é o de apresentar como foi o movimento de sequestro do território destes pescadores ribeirinhos do rio Jauru, assim como o momento em que tiveram clareza de que não poderiam atuar na condição de atingidos e vulnerabilizados, mas, sim, como um grupo de resistência que reivindica seu território no formato harmonioso como sempre o tivera. Um ato de coragem, principalmente, se levarmos em conta a tensão que se instalou na região. Tensão que pode ser sentida pela fala de Jorge.

Eu tava no rio e escutei na rádio que mais uma PCH iria fechar as comportas dali três dias. Liguei o motor do barco e vim correndo pra cidade. Cheguei aqui, tinha um promotor que era muito conhecido da gente; aí, a gente foi lá no fórum e falamos da situação.

Falamos assim: Tão fechando a comporta e não mandaram avisá nós. Aqui, nós somos em 33 famílias de ribeirinhos e queremos saber que posição que vai ficar isso aí.

Aí, ele falou: junta todo mundo e vai pra Mirassol, agora. Pega um ônibus e vai para Mirassol. Nós peguemo e fomos. Foi na onde nós conseguimos atrasá o fechamento da comporta em 20 poucos dia. Enquanto a PCH não acertou com nós o tempo que nós ia ficá parado, o promotor não liberô deles começá a funcioná.

Quando liberô a PCH, a gente fomos em equipe para o rio e os lugar que a gente via que o peixe morria, onde a gente via que o rio tava secando, a gente ia tirando o peixe e levando para outro lugar que tinha água. Pra esse serviço, eles pagaram pra nós diárias e, também, pelo tempo que a gente ficou parado. Aí, o promotor falou: isso de pagá é pelos próximos seis meses. A ideia dele era negociá pra nós, que durante os próximos seis meses, nós recebesse dois salários mínimos, cada família. Mas, foi aí aonde os bandidos veio, pegô ele, colocô revolve na boca dele, das filhas dele. Depois disso, ele me chamou eu lá no Fórum e disse: olha, eu não sou mais seu promotor, eu tô indo embora. Aquele processo acabô! Arruma um advogado e entra com outro processo. Se esse promotor tivesse aí, não precisaria pegar advogado e lutá tanto (Jorge – Porto Esperidião).

Nessa narrativa, fica clara a interação tensa entre os agentes do desenvolvimento naquele ponto específico do rio, em que se instalou a PCH. Os interessados na obra a desejam a todo custo; os ribeirinhos, representados pelo entrevistado, desejam preservar o seu ambiente natural, seus recursos e seu modo de vida; o agente público deseja mediar o conflito fazendo respeitar a lei. Em seguida, o mediador é silenciado, e se inicia o sentimento de um impacto sobre o ambiente (peixes), desarranjando o modo de vida. O discurso menciona ainda o momento em que os ribeirinhos embarcam no ônibus, para tentar tomar a palavra, para serem ouvidos e reivindicar o direito ao seu modo de vida. Essas são as personagens dos (des)encontros que serão recorrentes aqui, mas nossa atenção estará voltada aos ribeirinhos, que nos ajudam a sentir mais claramente a relação entre o ambiente, o seu modo de vida e a possibilidade de uma visão menos agressiva do desenvolvimento.

O trabalho foi construído, essencialmente, a partir de entrevistas, visitas ao campo e percepções, além da coleta de dados jurídicos, bibliográficos e sociodemográficos, que amparam, enquadram e contextualizam as falas dos atores locais. Metodologicamente, porém, essas falas são o eixo condutor do trabalho, para colhermos a sua vivência dos efeitos produzidos a partir da experiência territorializada de sentir-se (sua forma de vida) e o seu ambiente (seus recursos de subsistência), sob severo ataque e correndo risco de efetiva dissolução.

2. O rio deixou de existir e o povo sucumbe: um caso de resistência no Rio Jauru

Se a água tá secando, que que é? É as PCH que tá segurando. Se o rio abaixa, não tem água para os cardume subi; então, não sobe mais aqueles cardume de peixe que subia antigamente. Então, eu creio que não tem mais recuo...

No dia que foi fechada a primeira comporta, pra poder encher o primeiro lago, pegaram a gente tudo de surpresa no rio. Eu fiquei ilhado lá embaixo, sem poder subir. O rio secou numa vez. Secou 100%. E o peixe descendo, e o peixe descendo... Faltando oxigênio e ele morrendo.

Dali três dias, a gente começou a ver melhor o estrago... Aquilo nas baía dava horror de ver. Era tanto peixe morto que tinha. Morreu toneladas e toneladas de peixe. Foi a mesma coisa se tivesse dado uma decoada¹ no rio. Sabe? Porque diminuiu a água, a água esquentou, e o peixe é acostumado num crima da água fria. Aí, a água esquentada e falta oxigênio para eles. Morreram!

E desse corte pra cá, no ano seguinte, o peixe já não subiu. Cê via ondas e ondas de peixe só descendo. Cê via cada pintado de 20, 30 quilos. Se você pegasse um facão ou coisa assim, você metia na cabeça deles e matava, ele passava com o lombo fora d'água.

¹ Refere-se a um fenômeno complexo. Dentro do ciclo de cheia e seca dos rios, no recuar das águas (período de vazante), a vegetação aquática morre e dá lugar à vegetação terrestre, na maioria gramínea, que rapidamente se recompõe. Durante a enchente, a água passa a cobrir a planície gradativamente, em lâminas d'água muito rasas, deixando a vegetação submersa. Ocorre, então, a decomposição de toda esta matéria orgânica, proveniente das plantas aquáticas mortas e das terrestres. O processo de decomposição é tão intenso, que a atividade de oxidação da matéria orgânica pelas bactérias é capaz de consumir todo o oxigênio dissolvido na água e liberar o dióxido de carbono livre (CALHEIROS e OLIVEIRA, 2010).

Aí, o que, que a gente imagina: que esse peixe que conseguiu descê, sentiu tudo isso. Eu falo que ele não sobe mais com medo de acontece de novo. Então, se ele nasce num lugar, que nem tá provado aí pelos biólogos, que ele nasce e ele volta pra desová, aí, acontece uma tragédia dessa com eles, você acha que eles é capaz de voltá de novo nesse lugar?

Eu mesmo já falei: se for para eu viver do ramo da pesca, eu tenho que sair daqui. Eu sou obrigado. Eu escolhi aqui pra vivê e criá meus filhos. Hoje, esse menino que tá aqui (apontando para uma criança de aproximadamente quatro anos, que brinca entre suas pernas) é meu neto. Eu não tenho condição de criá ele, muito mais dá um estudo pra ele. É triste (Antônio – Porto Esperidião).

Antônio não usa o plural para se referir aos peixes, ou à fauna ictiológica. No seu discurso, o peixe é um parceiro de experiência e um recurso fundamental que sustenta o seu modo de vida. Antônio é pescador. Apresenta-se como um, com orgulho. Para ele, ser pescador não tem a ver só com a função que exerce para sobreviver, mas sim com a intensidade com que sua vida se mistura com o rio, com o peixe, com a mata. Essa cumplicidade e intimidade estão refletidas na fala reportada, em que relata o dia em que começou a operar uma das seis usinas hidrelétrica existentes no rio. Com a voz embargada e os olhos marejados, de forma ímpar descreve como foi esse momento de desespero, não só para ele, mas, também, para ‘o peixe’, seu parceiro que desaparece.

Esse relato carregado de tristeza e dor, infelizmente não se restringe a uma experiência vivida somente por Antônio. O desabafo em muito se parece com o de centenas de outros ribeirinhos pantaneiros que vivem às margens do rio Jauru. A singularidade da visão do ‘peixe’, no discurso de Antônio, encontra guarida na etimologia popular. Jauru, na língua Tupi, significa ‘Peixe Grande’. É um rio que nasce na Chapada dos Parecis, em Mato Grosso. Naturalmente, corre em direção Sul e, depois, gira em direção Sudeste, para desembocar na margem direita do Rio Paraguai, o principal curso de água da Bacia Hidrográfica do Alto Rio Paraguai (BAP).

O rio Jauru banha várias cidades mato-grossenses; mas, neste estudo, faremos um recorte específico, em direção à porção Sudoeste do Estado, que a Sul se encontra com a República Federativa da Bolívia. Nossa atenção se concentrará sobre o grupo social dos pescadores que vivem entre os municípios de Indiavaí, Araputanga, Jauru, Figueirópolis do Oeste e Porto Esperidião², e, sobre esses pescadores, concentraremos também a nossa escuta. O que nos levou a este recorte geográfico foi o fato do rio Jauru na extensão destes municípios - numa faixa de 60km de rio - ter sido alvo de seis empreendimentos hidroelétricos, sendo um deles considerado de grande porte, ou seja, uma Usina Hidrelétrica (UHE), que, ironicamente, carrega o nome Jauru e, outros cinco de médio porte, nominadas Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH), que são: PCH Brennand, PCH Indiavaí, PCH Ombreiras, PCH Salto e PCH Figueirópolis.

A construção destes empreendimentos se deu a partir de 2001, não por coincidência, período em que se consolidou a narrativa da crise energética brasileira, e o termo ‘apagão’ passou a gerar muita insegurança política e econômica. Neste contexto, passamos a ter, de um lado o Governo Federal, propagando a ideia de que a falta de energia estava intimamente ligada ao crescimento produtivo brasileiro e se preparando para uma ampla reestruturação institucional do modelo de geração hidrelétrica, visando ao aumento da produção e da capacidade de planejamento do setor (GONÇALVES, 2009). Do outro lado, tínhamos estudiosos como Hage (2012), que atrelavam a ausência de políticas consistentes de planejamento e investimentos no setor durante os anos 1990 ao fato do colapso energético que estava posto.

² A cidade de Porto Esperidião não possui barragem instalada, mas é uma das mais atingidas pelo impacto cumulativo das seis represas que estão à jusante

Um aspecto a ser ressaltado aqui é a pouca atenção à análise dos impactos que esse movimento de expansão de infraestrutura causaria na vida de milhares de pessoas, e de possíveis medidas mitigatórias para amenizar os danos. Tudo isso, cenários de impacto e cenários de mitigação de todo um sistema social, econômico e cultural, ficou à margem da discussão proposta pelo Governo Federal de repensar o planejamento brasileiro para produção de energia hidroelétrica. Entretanto, no discurso dos pescadores, dos quais o extrato que segue, de Raimundo, mostra a consciência de se olhar o sistema como um todo

Hoje, até o peixe não sobrevive como ele sobrevivia. Até o peixe está sem noção. Com tudo isso, a gente só tem a perder. Hoje, praticamente a gente vê as pessoa criticá os pantaneiro, logo nós que tem um respeito muito grande por isso daqui. Nós que somo dessa origem, nascemo e se criamo no Pantanal. Somo tradicioneiro que zela até hoje pro bem-estar daqui. Isso porque nós sobrevive daqui. Eu vejo muito as pessoa criticá os tradicioneiro, os pescadô, sendo que não é verdade o que falam. Essas usinas que foram criadas é que tá acabando com tudo. Obra do governo. Só acho que o governo tem que criá coisas que venha beneficiá nós, os tradicioneiros, e não que venha prejudicá o meio de sobrevivência dessas pessoas. Eu mesmo não consigo mais vivê da pesca. Se tudo continuar assim, vou tê é que ir embora. Só não sei pra onde (Raimundo – Jauru).

Raimundo se autodenomina como um ‘tradicioneiro’, pessoa a qual faz parte de um grupo que preserva, mantém uma tradição de pertencer ao ambiente, e que discorda do esforço de desmerecer a ele e à sua comunidade. Tem consciência clara da força dos impactos sociais das barragens.

Esses impactos sociais são ignorados, mais uma vez, em procedimento já comum na nossa cultura barroca de fachada, como atesta José de Souza Martins (1993). Acentua-se, então, a geração de novos processos sociais excludentes. Vozes como as de Antônio e de Raimundo tendem a ser

preteridas, desfavorecidas, pois, aparentemente, retardariam a aceleração do crescimento. O fato de denunciarem que, se for para viver do ramo da pesca - diga-se de passagem, atividade que desempenham desde sempre - serão obrigados a sair do local que escolheram para viver, mostra que a exclusão contemporânea revela uma nova fase, uma fase multidimensional, na qual os atingidos não são apenas os que compõem as categorias costumeiras, como analfabetos, indigentes, subnutridos, pretos, índios, entre outras. Neste sentido, a exclusão se dá especialmente a partir da privação de poder de ação e representação.

E, foi assim que se deu todo o processo que envolveu a chegada destes empreendimentos hidroelétricos nessa região em Mato Grosso. Os pescadores, sem conseguir prever o que o futuro lhes reservava, assistiram sistematicamente seus territórios serem tomados pelos impactos do ‘desenvolvimento’. Ludibriados com o discurso de que seriam beneficiados com energia mais barata, que o rio não sofreria nenhum dano e que as empresas prestariam a assistência necessária, tanto no campo social como no ambiental, os pescadores não mostraram resistência. A narrativa criada pelas empresas e pelas esferas governamentais locais os impediu de conhecer a verdade sobre os impactos oriundos destes projetos, uma clara demonstração de como agem na perspectiva de privarem os atores locais de operarem contra o que está posto.

É essencial mostrar que a roupagem apresentada no discurso destas empresas é a de corporações e companhias responsáveis e comprometidas com o ‘bem-estar das populações atingidas e respeitosa ambientalmente’. A orquestração profissional da imagem e retórica da responsabilidade, ilustrada por figuras abaixo, é apresentada para cooptar a adesão do público local, e é fundamental para atrair financiadores.

Figura 1: Página eletrônica da empresa Brookfield – sessão sobre responsabilidade



Fonte: Site Brookfield

Figura 2: Página eletrônica do Grupo Brennand – sessão sobre sustentabilidade



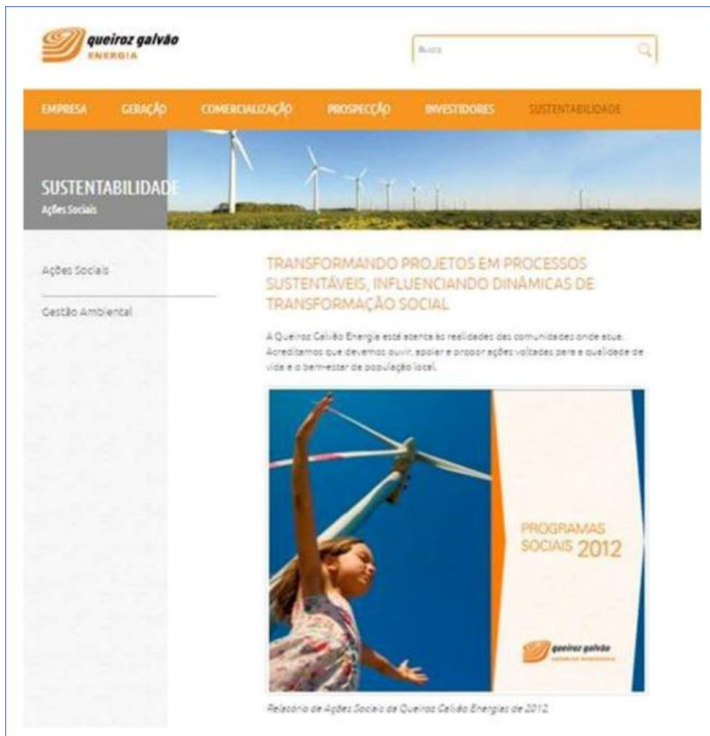
Fonte: Site Grupo Brennand

Figura 3: Página eletrônica do Companhia DESA - Sessão sobre missão e valores



Fonte: Site Companhia DESA

Figura 4: Página eletrônica da Empresa Queiroz Galvão - Sessão sobre sustentabilidade



Fonte: Site Empresa Queiroz Galvão

Quase sempre seus sites são as vitrines para esse movimento de captação, que não possui sustentação científica³, mas funciona como teatro de propaganda. No site da empresa Queiroz Galvão⁴, por exemplo, companhia responsável pela Usina Hidrelétrica de Jauru, o que não falta são listas de projetos sociais e ambientais apoiados. Estes mesmos projetos transitam entre escolinhas de vôlei, oficinas de costura, criação de viveiros e estruturação de hortas. Apesar da busca minuciosa, nada encontramos de efetivo, contemplando iniciativas de apoio ou mitigação, visando atender às comunidades pantaneiras do rio Jauru. O mesmo se repetiu com a Companhia Brennand⁵, responsável pelas PCHs Brennand, Ombreiras e Indavaí, com a Companhia Brook Field⁶, detentora da PCH de Salto, e a Companhia DESA - Dobrevê⁷, dona da PCH Figueirópolis.

Muita gente nem sabia mesmo que essas represa iam sê levantadas aqui no rio. Eu sabia porque tenho uns amigo em Quatro Marcos (cidade próxima a Porto Esperidião), que trabalhavam na usina de Jauru. Um dia, cheguei a falá com um dos responsável da obra. Ele disse que tudo ia melhorá pra nós, que nossa região ia crescê. Até que eu acreditei no começo. Mas, quando nós entendemos que a represa faz o rio ficá sem água, bateu o desespero. Pior que eles não aceita que fazem esse mal pra nós. Eles teimam em menti que não seguram a água. Agora, se eles têm razão, e não segura a água, porque nós ia entrá em briga. Cada um ia tá fazendo o que sempre fez, sem tá se incomodando. Essas represa são tudo mentirosa. Enganam todo mundo. E ainda falam que ajudam (Alex – Porto Esperidião).

³ Porque, no Brasil, existe e está bem consolidada, uma ciência da fauna ictiológica; dos regimes hidrológicos, da economia social, das populações tradicionais. Essas e outras áreas não são consultadas, mas evitadas, tanto quanto possível.

⁴ <http://qgenergia.com/br/sustentabilidade>

⁵ <https://www.grupocorneliobrennand.com.br/pt/iniciativas-sustentaveis>

⁶ <https://www.brookfield.com/pt-br/sobre-nos/responsabilidade>

⁷ file:///D:/Downloads/CPFLRenovaveis_RAS%202018.pdf

A fala que opõe o verbo ‘enganar’ e o discurso da ajuda – ‘falam que ajudam’ -, na voz de Alex, deixa claro o esforço ao qual temos nos referido. Uma oposição, porém, que é sentida pelas comunidades, mas ignorada pelo grande público, que ouve preferencialmente os discursos mais higienizados e bem orquestrados. E que, de resto, desconhece grande parte das formas de organização social, cultural e econômica das comunidades.

Outro apelo oficial bastante utilizado, principalmente em regiões com a sensação de isolamento e ‘atraso’, é sobre os benefícios que o município passaria a ter com o recebimento da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos para fins de geração de energia elétrica (CFURH). Um direito instituído pela Lei nº 7.990, de 1989, em que o empreendimento gerador de energia tem como dever repassar 6,75% do valor da energia total produzida. O montante deve ser dividido entre o município diretamente receptor do empreendimento, o Estado, o Ministério do Meio Ambiente (MMA) e a Agência Nacional de Águas (ANA), os dois últimos com a obrigatoriedade de investir na melhoria da Política Nacional de Recursos Hídricos e apoio ao Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH).

No entanto, estranhamente, essa lei considera as Pequenas Centrais Hidrelétricas, como é o caso de **cinco** dos **seis** empreendimentos no rio Jauru, isentos do pagamento de compensação financeira. Ou seja, os municípios em questão e os pescadores herdaram o ônus cumulativo dos empreendimentos. Não há mensurações objetivas desse impacto cumulativo a justificar a sua autorização. A indignação pelo fato de terem sido ingênuos a ponto de acreditar na narrativa criada pelos empreendimentos e pelos gestores locais é nítida, como registrado na fala de José.

A gente viveu uma enganação. Muitos de nós nunca ouviu dizê que ia instalá uma empresa dessa aqui. A maioria só teve conhecimento quando tava dentro

do rio, e o rio secô. Teve gente que até achou que era o fim do mundo, porque, pra nossa cabeça, a água não some que nem uma mágica. Os pouco dos pescadô que sabia dessas usinas, como eu, e só sabia porque conhecia alguém da prefeitura, ou gente mais de influência, também não tinha ideia que a destruição ia ser nesse ponto. Nós achava que ia melhorá pra nós a situação. Mas, agora, que nós tamo passando por isso, nós sabemo que não é só aqui, e que a maioria das usinas que foram implantadas na margem de rio, acabô com o rio. A gente jamais esperava que poderia acontecer na nossa região; então, a gente tá muito arrependido. E, em outros lugar e outros rio, tem que tomá cuidado pra não acontecê que nem tá acontecendo com nosso Pantanal. Se nós soubesse disso antes, nós tinha lutado desde o início (José – Figueirópolis do Oeste).

O arrependimento de José oscila entre ter acreditado no que denomina ‘uma enganação’ e ‘não ter lutado desde o início’. De qualquer modo, reforça-se a estrutura argumentativa e a resolução do problema do impacto ambiental por meio discurso. Para os grandes empreendedores que não são bem fiscalizados, basta negar a validade a falas como esta. O caso muda apenas se, e quando, as comunidades se articulam para reivindicar a própria voz.

Certos de que foram enganados e diante do rastro de destruição deixado pela ‘onda de desenvolvimento’ que tomou o quintal de suas casas, a posição dos pescadores do rio Jauru mudou. Não podiam mais continuar aceitando as regras postas. Era hora de se tornarem resistência, buscar reparação, responsabilização e clamar por um rio vivo.

Tá tudo mudado. Onde era espraiado, agora, é barranco. Onde era fundo, agora, tá raso. O peixe que tinha, foi embora. Quando a gente acha que vai dá pra pescá uns peixinho, eles solta água, e os peixe some tudo. Os peixe ficam tudo desorientado, com medo e sem garantia que estão seguros (Ana – Porto Esperidião).

A expressão ‘soltar água’ mostra a consciência clara de que os empreendimentos alteram o volume de água no leito do rio, alterando as condições de vida e dificultando a vida para os peixes. Chamamos a atenção para a oscilação entre o singular e o plural, captados na fala de Ana. Os (quantidade) e peixe (parceiro, companheiro de bioma) andam juntos e possuem um significado que os não afeitos ao rio e aos seus ritmos têm dificuldade de entender. E tendem a negar.

Assim como os peixes, estes pescadores estão desorientados e inseguros. A fala de Ana é clara e os coloca cada vez mais numa posição de entendedores do território e responsáveis por ao menos tentar reaver, - sabidamente não de forma integral, minimamente suas vidas e a do rio ao qual pertencem e são ‘pertencedores’.

3. Ribeirinhos articulando-se como sociedade civil

O primeiro passo do esforço para reconquistar a posse, ao menos da própria voz e representação, foi buscar auxílio por meio da lei. Depois de inúmeras denúncias, foi instaurada em 2011, pela Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso (ALMT) uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), a fim de, inicialmente investigar irregularidades na concessão de licenças ambientais emitidas pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente, para a construção das PCHs no Estado de Mato Grosso. Na época, chamou a atenção dos responsáveis pela CPI que, na região do rio Jauru, foram construídos estes seis empreendimentos, em sistema de cascata, sem planejamento ou consideração dos impactos sobre a bacia hidrográfica, nem mesmo sobre o rio Jauru. Assim sendo, as licenças destes empreendimentos foram obtidas isoladamente, ignorando por completo o impacto cumulativo gerado, como se fossem diferentes lugares, em diferentes contextos.

Os impactos imediatos também foram ignorados, bem como a sensibilidade do território, informações básicas sobre o período propício e, talvez, menos danoso para que a usinas passassem a operar. Ou seja, uma sucessão de erros que só aconteceram porque não existiu respeito algum e nenhuma intimidade entre quem explora o território e o sistema ali existente. Essas faltas são, cirurgicamente, apontadas por Reginaldo, pescador e conhecedor da terra em que pisa.

No começo, eu achava que a gente ia conseguir tê o rio de vorta, que isso tudo ia passar, mas não. Não tivemos esse privilégio de ver nosso rio alagado de novo. Por mais infelicidade ainda, quando o rio secou pela primeira vez, era período de seca, em setembro. O que fizeram não se justifica em época nenhuma, mas será que eles não sabiam que setembro é época de seca? O pior período para fazer o que fizeram. Morreu muito peixe, era peixe morto pra todo lado. Uma baía que tinha aqui atrás de casa ficou branca de tanto peixe (Reginaldo - Araputanga).

Desta vez, o registro da insensatez, presente na fala de Reginaldo, com sua intimidade em relação ao rio, que comparece de modo semelhante a uma personagem em fuga, é corroborado pela voz técnica. Aparece claramente no laudo de autoria do professor Francisco de Arruda Machado, intitulado: 'Usinas do rio Jauru - sobre os impactos das PCHs e UHE na biota dos trechos de influência direta e indireta' (anexo I). Tal parecer foi solicitado pela Comissão Parlamentar de Inquérito, com objetivo de acumular informações técnicas e científicas sobre o caso e aponta:

Não houve um estudo que suportasse uma regra de construção de usinas nestes 60km de rio; não houve o dimensionamento dos impactos que usinas em sequência pudessem trazer ao sistema, assim determinando se elas pudessem ser construídas ou se pudesse, quantas... Houve um superdimensionamento do sistema, da quantidade de água a ser utilizada. Em função disso as

consequências negativas de ordem ambiental, biológica e social são de **gravíssimas proporções** (MACHADO, 2013, p.4).

Esse descuido com efeitos negativos, negligenciados de modo leviano, tem levado a esses graves impactos que ocorrem na biota. Deveria ser feita uma Avaliação Ambiental Integrada (AAI) que se diferencia dos Estudos de Impacto Ambiental (EIA) e seu respectivo Relatório de Impacto Ambiental (Rima), principalmente quanto ao fato do recorte geográfico ser estabelecido com base em critérios hidrográficos, que deveria incluir as áreas de influência de todos os empreendimentos individuais contemplados na avaliação, assim como todas as áreas potencialmente afetados por impactos cumulativos e sinérgicos... Efeitos cumulativos de determinados componentes ambientais podem ser maiores que a soma dos impactos individuais de cada empreendimento sobre estes componentes, em especial quando a capacidade de suporte ambiental da área de influência é ultrapassada. Desta forma a Avaliação Ambiental Integrada analisaria os efeitos cumulativos sob a ótica da apropriação, pelo conjunto de empreendimentos avaliados da capacidade de suporte ambiental da região (MACHADO, 2013, p.5).

O laudo, além de ser preciso em apontar o descuido dos órgãos ambientais em não solicitar um estudo compreendendo o dano de todos os seis empreendimentos, ainda é categórico ao afirmar que a sua não realização gerou impactos ‘drásticos irreversíveis’ (MACHADO, 2013, p.6). Tais danos, como aponta o especialista, em partes são os de ordem social, trazidos pela falta de peixe “tanto para aqueles que pescavam para subsistência, como para pescadores profissionais, que atualmente com desaparecimento dos peixes ficam ‘miserabilizados’, sem ter como prover suas famílias” (MACHADO, 2013, p.6-7).

Apesar de a CPI não ter sido um mecanismo que gerasse mudanças imediatas e trouxesse resolução para os graves problemas da região, foi primordial no processo de geração de provas, laudos e perícias os quais validam o discurso dos ribeirinhos. Pouco esperançosos que algum

resultado definitivo fosse tomado com a abertura da CPI, essencialmente por serem alertados sobre entraves burocráticos e políticos envolvendo tal processo, um grupo de 52 pescadores da região, todos filiados à Colônia de pescadores⁸ Z-2, entrou, no ano de 2014, na Vara Única da Comarca de Porto Esperidião (MT), com um processo judicial⁹ contra as seis barragens do rio Jauru.

Depois de três anos da ação tramitando, enquanto a vida destes pescadores se arrastava entre idas malsucedidas ao rio em busca de peixe, no mês de maio de 2017, houve a primeira audiência de conciliação entre as partes. As empresas não estavam dispostas a propor nenhuma alternativa para a solução dos problemas. Os pedidos apresentados pelos ribeirinhos, que consistiam em uma ajuda de custo até alcançarem a aposentadoria, uma indenização pelos danos que sofrem e a construção de tanques para criação de peixe, foram incisivamente negados.

O resultado da audiência não foi surpresa para os ribeirinhos. Na verdade, houve algo pior, que os surpreendeu: o esforço feito pelos advogados das usinas hidroelétricas em descaracterizar os agentes da ação. A tática utilizada pelos empreendimentos cabe perfeitamente na celebre epígrafe de Eça de Queirós (2001, p.71) que afirma: “sobre a nudez forte da verdade, o manto diáfano da fantasia”. Apesar dos indícios de que essa seja uma prática comum do setor jurídico dos empreendimentos hidroelétricos no Brasil, na tentativa de se protegerem, acabaram fazendo uso da ‘agnotologia’, ou seja, criam factoides ou fenômenos de desinformação deliberada com o intuito claro de promover um processo de ignorância social e

⁸ De acordo com a Constituição Brasileira de 1988, a pesca profissional no Brasil é organizada por representações que vão desde a Confederação Nacional de Pescadores, Federação Estadual e Colônias de Pescadores. Essas Colônias foram equiparadas aos sindicatos urbanos, incluindo-se, aí, os princípios de livre organização, a não interferência do poder público sobre a organização sindical, o fim da filiação compulsória, a autonomia dos sindicatos e a unicidade sindical dentro de um município (BRASIL, 1988). As Colônias são organizações sociais que representam a classe dos pescadores no sentido de intervir a favor da atividade junto ao governo brasileiro, desde 1846 (BEGOSSI, 2002).

⁹ Processo de nº 0000689-73.2014.8.11.0098

coletivo, tendo a dúvida como motor desse processo de construção de outras versões que se afastam totalmente da realidade (PROCTOR e SCHIEBINGER, 2008). Essas versões mutiladas e enviesadas são, por sua vez, sustentadas e divulgadas por fortes esforços de propaganda, muitas vezes travestida de jornalismo ou de informação oficial.

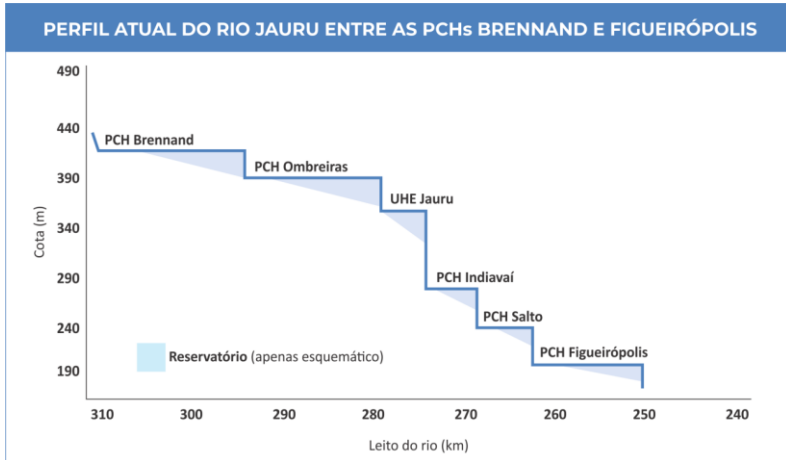
No caso do rio Jauru, foram alcançados patamares grotescos, como pode ser observado nos documentos de Contestação apresentados à Juíza responsável pelo caso. Os empreendimentos alinharam seus discursos, de forma organizada, e elaboraram suas defesas atacando em duas frentes: 1) Defender-se, minimizando o impacto ambiental gerado no território, justificando que os empreendimentos no rio Jauru são classificados como usinas a fio d’água e, 2) Tentando desqualificar os denunciantes, questionando se aquelas pessoas, agentes da ação e impactados pela construção das usinas, eram mesmo pescadores profissionais. Devemos examinar cada questão com mais detalhes a seguir.

3.1. Sobre as usinas serem do tipo fio d’água

Represas do tipo Fio d’água são caracterizadas por possuírem um “pequeno reservatório que opera praticamente em níveis constantes, admitindo pequenas flutuações devido a requisitos de variação de produção de energia, não havendo armazenamento de água para escoamento sazonal, como ocorre nas unidades que operam com reservatórios de acumulação” (REDE HIDRO, 2006, p.37). Assim sendo, vale ressaltar que estes reservatórios, estrategicamente desconsiderados, mas que, por lei, podem chegar até 13km², contribuem para uma elevação da linha d’água de um rio em vários metros. No caso do rio Jauru, essa alteração do perfil natural do rio é nítida, uma vez que seu trecho médio se converteu-se numa sequência de reservatórios. O evento é ainda mais claramente visível quando consideramos a distância entre os empreendimentos, a área de

seus reservatórios e a queda aproveitada para a geração de energia, como representado no gráfico a seguir.

Gráfico 1 – Perfil do rio Jauru entre as PCHs Brennand e Figueirópolis



Fonte: Autora

Para Dorival Gonçalves Júnior (2013), esta estratégia discursiva sobre usinas a Fio d'água, em geral, mostra-se falsa, especialmente, quando se trata de hidrelétricas construídas na bacia de drenagem do Pantanal e, mais ainda, quando o caso em questão é do rio Jauru:

Neste rio foram construídos seis empreendimentos sucessivos em uma extensão de aproximadamente 60km. De modo que, considerando as hidrelétricas instaladas da nascente para foz, a água a jusante da primeira hidrelétrica está praticamente na cota da barragem da segunda hidrelétrica e assim sucessivamente até a sexta hidrelétrica. Constituindo uma cascata de seis barramentos sucessivos, que mesmo sendo todos os empreendimentos a fio d'água, eles proporcionaram um grande impacto direto ambiental e social no rio Jauru. Cerca de 60km do curso do rio Jauru que eram - sem a construção das hidrelétricas -, dotados de pequenas cachoeiras combinadas, as corredeiras foram transformadas num conjunto de seis reservatórios sucessivos. Limitando a análise sobre o que ocorreu no curso original do rio Jauru, verifica-se que, por um lado, pôs fim à declividade natural do rio na extensão em que foram

construídas as hidrelétricas atingindo diretamente as espécies de peixes migratórias e, por outro lado, os reservatórios individualmente - apesar de terem reduzida capacidade de armazenamento - por estarem dispostos de maneira sucessiva, possibilitam ao conjunto de hidrelétricas uma capacidade de armazenamento na cascata que determina um novo regime hidrológico a jusante do complexo. O que mostra a fragilidade do argumento de que as hidrelétricas a fio d'água não alteram a vazão natural dos rios (GONÇALVES JÚNIOR, 2013 - Trecho de entrevista concedida à Revista IHU - Instituto Humanitas Unisinos)¹⁰.

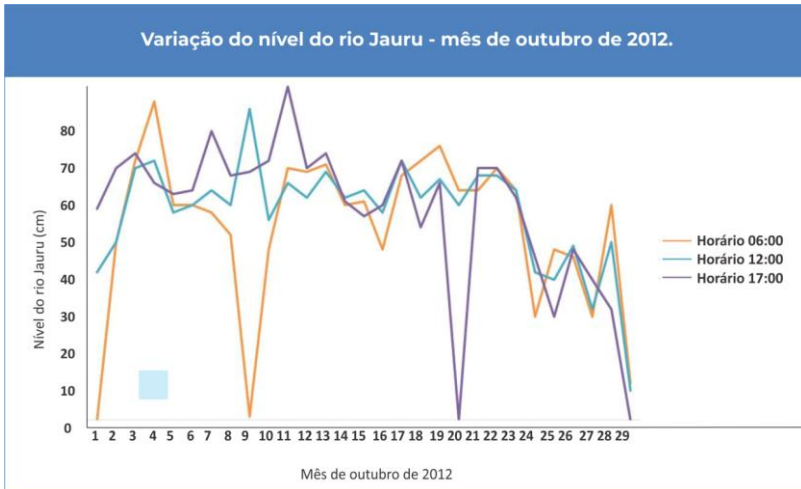
Mais uma prova irrefutável de que o rio Jauru realmente sofreu sérias intervenções e que tais ações geraram numerosos impactos pouco considerados, mas que causaram e causam danos irreversíveis para o seu sistema de funcionamento é o registro oficial da variação de nível do barranco. Este registro oficial é feito por meio de uma régua linimétrica¹¹ instalada no município de Porto Esperidião, abaixo dos seis empreendimentos hidroelétricos e de responsabilidade da Agência Nacional de Águas (ANA). Exemplo desta variabilidade do nível do rio pode ser constatado a partir do gráfico que segue, com as métricas referentes ao mês de outubro de 2012¹².

¹⁰ <http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/517180-eletricidade-um-negocio-rentavel-no-brasil-entrevista-especial-com-dorival-goncalves-junior>

¹¹ Uma régua linimétrica é uma escala graduada, de madeira, de metal, ou uma pintada sobre uma superfície vertical de concreto. Quando a variação dos níveis de água é considerável, é usual instalar, para facilitar a leitura, a régua em vários lances. Cada lance representa uma peça de 1 ou 2 metros. Os níveis máximos e mínimos dos lances de réguas a serem instalados devem ser definidos a partir de informações colhidas junto aos moradores mais antigos da região, de modo a evitar que a água ultrapasse os limites superiores e inferiores dos lances. O zero da régua deve estar, sempre, mergulhado na água, mesmo durante as estiagens mais severas. Isso evita a necessidade de leituras negativas, que são tradicionalmente uma fonte de erro (SANTOS et al., 2001).

¹² Mês escolhido porque o registro oficial consta nos autos do processo

Gráfico 2 - Variação do nível do rio Jauru - mês de outubro de 2012.



Fonte: Autora

Outro dado que fragiliza muito a narrativa das usinas do rio Jauru é a perícia da CPI, assinada pelo engenheiro Civil André Schuring e equipe técnica da Comissão de Meio Ambiente da Assembleia Legislativa de Mato Grosso (anexo II), na qual se verificou a inconstância no nível da água do rio, fenômeno denominado no laudo como ‘onda seca’. Tal onda, segundo Schuring, é “originada pela diferença entre a vazão fluente e a vazão turbinada que fica retida por curtos períodos e é liberada para atendimento da demanda nos horários de maior consumo” (SCHURING, 2012, p.4). Em outras palavras, o fenômeno ‘onda seca’ decorre do controle da saída de água. Controle que gera uma variação repentina no volume do rio.

Schuring (2012) explica que a grande variação de nível observada é função direta da aplicação errônea do modelo de planejamento da operação da cascata do rio e aponta como possíveis soluções para amenizar os impactos: 1) uma modelagem de um programa de planejamento e operação, para que seja implementado a operação sem que as regiões a jusante continuem sendo afetadas pela súbita mudança de nível do rio e, 2) que

seja interrompida qualquer operação que está causando a onda de seca à jusante.

Tais verificações técnicas são um núcleo duro para questionar a narrativa construída por estes empreendimentos que se autodenominam ‘*sustentáveis e com geração de energia limpa*’. É o caso da UHE Jauru, que não mede esforços para solidificar seu discurso.

[...] a água que chega a montante da hidrelétrica, independente do volume, é lançada à jusante da instalação, não alterando o regime hidrológico do rio (p.25).

AUHE Jauru é uma usina “A FIO D’ÁGUA”, ou seja, não dispõe de reservatório para acúmulo de grande quantidade de água (p.26).

Vale mencionar que o projeto para construção da UHE Jauru para operar à fio d’água foi concebido justamente para respeitar as peculiaridades do rio Jauru, e por representar o menor impacto ambiental à região (p. 34).

Além do descrédito gerado no discurso dos empreendimentos, estes estudos, laudos e perícias se tornam peças chave para a validação e fortalecimento dos argumentos não ouvidos dos ribeirinhos atingidos. Assim sendo, falas como a de Agenor e de Beto ganham um tom mais verdadeiro se somados os elementos apresentados anteriormente:

Parece uma coisa, eles monitoram tudo. Quando vai tê uma reunião, onde tem gente de fora para verificá a situação e, dependendo, ajudá nós, o rio fica bonitinho. Aí, eles não seguram a água... O rio fica perfeito e, aí, o que parece é que a gente que tá mentindo que o rio baixa de uma hora para outra. Hoje mesmo, duvido a senhora vê esse rio baixá um centímetro. Eles não vão prender a água até você ir embora.

Quería sabê como é que pode? Às vezes, cê leva uma multa por tá com uma tarrafa dois centímetro menor que o permitido dentro do barco; aí, vem uma empresa que acaba com tudo, acaba com a vida de todo mundo e fica por isso mesmo? Pra instalação desses negócios aí, não teve reunião nenhuma,

simplesmente ficamos sabendo pelo rádio. Mesmo assim, nós achava que iria fechar devagar e não numa vez como foi.

Eu, por mim, vou te falá a verdade, não queria dinheiro de indenização. Eu queria é que o rio parasse de enchê e esvaziá. A minha intenção é que eles beneficiasse a usina deles, mas deixasse os outros sobrevivê. Mantesse o nível do rio pelo menos... Porque o rio uma hora tá lá, outra hora tá cá. Pra você ter uma noção, chegando perto das PCHs, é obrigatório que a usina instale um cabo de aço, para sinalizá que a gente não pode passar pro outro lado. Esse cabo de aço é instalado bem na lâmina do rio, certo? Mas, tem dia, que o rio baixa tanto, que nem se você quisé, você passa para o outro lado de barco, passando por de baixo desse cabo de aço, sem batê a cabeça (Agenor- Porto Esperidião).

O peixe pra nós acabô! Acabô de uma vez! Aqui, você vai andando de motor, dali a pouco, cê bate no meio do rio, no cascaio que tá pegando no meio do rio. Assoreou demais, demais da conta. Mas eu acho que assoreá mais do que as PCH, não existe. Porque eu vou te falar pra você: o rio tá normal, então, a água tá certinha na capa da raiz, no dia que o rio vem, e baixa, você tinha que vir vê pra vocês vê, o que é a realidade da coisa. Então, o rio tá no nível certinho da raiz, aí ele baixa um metro e, aí, passa um barco, aí você vê a água que vai por baixo daquela raiz e começa a desmoroná tudo. A onda vai lá e traz toda a terra. Quem tenta vivê do rio, praticamente tá passando necessidade. Porque não tem mais como sobreviver. Tem dia que o rio tá tão baixo, que não tem como você navegar, certo? Mudou o tipo do peixe, certo? O peixe não pega mais como pegava antigamente. O pescador tem que ir para o rio, três, quatro dias e ele tem que voltá com a quantidade X. Eu tenho a experiência de 2002 pra trás, a minha cota era três dias no rio e 60, 70 quilos de pescado. Certo? Eu vou agora, fico três dias, tem dia de eu voltar sem nem um dentro da caixa. Já teve vez de eu pegar, num dia, 99 piauçu. Hoje, até agora (entrevista concedida em junho de 2011), eu peguei três piauçu no ano. Três... (Beto - Jauru).

Os fragmentos de fala manifestam claramente, mais uma vez, um conhecimento obtido a partir da experiência, de fluxos de água, das relações entre pescadores e natureza. Beto e Agenor, pescadores ribeirinhos, dão

voz a uma instituição, que é a economia social que margeia o rio atingido pelos empreendimentos. Na retórica desses empreendimentos, eles trazem desenvolvimento para a região. No discurso desta instituição atingida, aqui incorporada na voz de dois de seus líderes, o que houve, de fato, foi um desmonte parcial de atividade presente de subsistência e de comércio, para gerar outra atividade, sobreposta a ela, que a vai pressionando. O Estado deve aqui ser o ente fiscalizador e, no caso, disciplinar a agressividade do ator econômico e energético mais forte que, de resto, ainda tenta desqualificar o ator mais antigo, produzindo, mediante um discurso jurídico e técnico, a sua invisibilidade.

Por mais verdadeiros que sejam os lamentos dos pescadores, e, neles, das suas instituições, é nítido que o futuro destes indivíduos depende cada vez menos da prudência e do zelo que possuem pelo ambiente, e cada vez mais das disputas nacionais e internacionais entre os colossos do poder. Por isso, é importante a sua capacitação como instituição – a sua organização como entidade coletiva e o seu treinamento para utilizar os poucos meios de acesso de que se dispõe para reivindicar o direito à manutenção do seu meio de sustento e do seu meio de vida. O movimento como um todo aparece como uma agressão que ‘vulnerabiliza’ gravemente, além dos meios de subsistência deste grupo social, sua própria identidade.

3.2. Identidade sob ataque

Com a diminuição da lâmina da água do rio e a interferência nas inundações periódicas do sistema, é possível afirmar que, nas áreas de jusante das usinas, não existem mais peixes como nos anos anteriores aos empreendimentos. Tamanha alteração acarretou e acarreta danos incontáveis para as atividades de pesca em todas as suas modalidades, principalmente para as de subsistência e profissional.

A dimensão dos impactos sociais e ambientais pode ser constatada a partir das tantas falas de ribeirinhos que sofrem no dia a dia com essa dura realidade. A estrutura social destes pescadores que fizeram das margens do rio Jauru seu lar, está completamente comprometida. O desespero marcado pela fala de Teresa dá indícios do quão intenso tem sido tentar sobreviver do único ofício que eles exercem com maestria.

Hoje, não se pega mais nada de peixe. Tenho 42 anos, moro aqui, deste três anos de idade, e nunca vi nada igual. Se a gente não for atrás de ganhar dinheiro de outra forma, a gente morre de fome. Tenho até vergonha de dizê, mas já passamo fome, eu e meu marido. Chegou um ponto da gente não tê dinheiro nem para comer um arroz. Não sobrou outra coisa a fazê...tivemo que pedi ajuda pra um conhecido.

É muito difícil, porque além de não ter serviço aqui na cidade, nós não pode trabaiá, tendo a carteira de pescador profissional. Mas, mesmo assim, somos obrigados a correr atrás, de vez enquando, fazemo uma diária pra um, pra outro. Como nós não tem dinheiro para colocá combustível no barco, tamo pescando do barranco. O que a gente consegue, às vezes, numa semana, indo todos os dias, tentá a sorte, é pegá um, dois piau. E só também! Nem lambari pega mais, e, antes, era tão bom.

Os piau que hoje nós pega é de um quilo... 800 gramas. O quilo é vendido por dez reais, o peixe já limpo. Então, tem semana que nós vive com isso, uns dez reais para fazer tudo... Comprar comida e pagar as conta. É difícil... (Teresa - Araputanga).

A reboque do sofrimento instalado no território, da lacuna deixada pelo poder público, da falta de perspectiva de que as coisas voltem a ser minimamente mais toleráveis, o jogo é mais baixo e desleal quando os empreendimentos passam a questionar a própria identidade destas pessoas como pescadores profissionais.

Toda essa construção ilógica se dá a partir de algumas fantasiosas invenções, como a de acusar os ribeirinhos de não possuírem Registro

Profissional de Pescador antes de as usinas serem construídas, o que, para os acusadores, retira-lhes a ‘legitimidade de pleitearem reparação por possíveis prejuízos’. Essas insinuações são repetidamente descritas na peça jurídica que dá corpo ao processo movido pelos ribeirinhos e demonstram a falta de bom senso dos empreendimentos, além da falta de conhecimento dos modos de vida de populações tradicionais no Brasil que, por séculos a fio, viveram à margem da burocracia estatal. Na tentativa de não tornar este trabalho igualmente exaustivo pela repetição, elencamos algumas declarações de apenas uma PCH, a de Salto e da UHE Jauru, a fim de dar ao leitor uma noção do tom utilizado, que consideramos, novamente, um verdadeiro ‘*topos*’, neste caso, de produção de desconhecimento.

[...] analisando-se o perfil de cada Autor, TODOS ELES fizeram a carteira de pescador profissional APÓS A CONSTRUÇÃO DA UHE JAURU. Quer dizer, se considerarmos que teria sido o empreendimento que originou a diminuição do pescado (apenas por argumentar), os Autores fizeram a carteira profissional após a sua regular construção e início de operação e, portanto, não tiveram absolutamente nenhum prejuízo, tampouco lucros cessantes (p.12).

A verdade é que os Autores não possuem legitimidade para pleitear indenização por danos morais e materiais decorrentes do alegado prejuízo à pesca da região, uma vez que: a autorização foi expedida muito tempo após a construção da UHE Jauru (p.11).

[...] não há elementos probatórios suficientes e necessários a comprovar a efetiva qualidade de pescadores, ônus que se atribui aos Autores, o que resulta no reconhecimento da ilegitimidade ativa para o pleito das indenizações individuais nesses autos requeridas (p.12).

Considerando que os requerentes acima listados comprovadamente não ostentavam carteira de pescador profissional quando da construção da PCH SALTO, é indubitável que não possuem legitimidade para pleitear reparação por prejuízos a citada atividade, pois quando outorgadas suas primeiras habilitações, eventuais modificações no rio Jauru já tinham sido perfectibilizadas com aval da Sema/MT (p.8).

Nesse ponto, a documentação anexada ao processo demonstra que os autores acima relacionados não exerciam regularmente a (sic) atividade de pescador quando da construção da PCH SALTO, realidade suficiente para que se conclua pela ilegitimidade ativa dos postulantes, reforçando a temeridade que marcar a propositura da ação (p.8).

Os requerentes não são pescadores e que, portanto, não possui (sic) legitimidade para buscar reparação por alegados prejuízos morais e financeiros (p.11). Cumpre também destacar que a documentação acostada ao processo não respaldada a tese inicial. Isso porque: (i) Os requerentes não comprovam que tinham ou têm habilitação ao exercício da pesca profissional, bem como que de fato exerciam, regularmente, essa atividade para fins de subsistência; (ii) Não há prova que de fato tenha havido redução do número de peixes no leito do rio, muito menos que eventual redução possa ser atribuída a (sic) operação da PCH SALTO; (iii) Não há prova dos danos alegados pelos requerentes para respaldar a pretendida indenização (p.19).

Como na moda das redes sociais, o uso da caixa alta intimida, assusta e possui a função clara de negar a legitimidade, calar a voz, reduzir a pó os reclamantes. Mas, a serenidade é a mãe da análise isenta e rigorosa.

Postas as declarações, devemos nomear mais uma vez as desqualificações e acusações como falaciosas e fantasiosas, apesar de autoritárias, sofisticadas e impregnadas de jargão, típico dos exercícios de *'lawfare'*. As acusações são fantasiosas, porque estes ribeirinhos simplesmente não poderiam possuir registro profissional de pesca, uma vez que a Lei de nº 11.959, que regulamenta atividade da pesca artesanal e determina em seu art. 24 que “Toda pessoa, física ou jurídica, que exerça atividade pesqueira bem como a embarcação de pesca devem ser previamente inscritas no Registro Geral da Atividade Pesqueira - RGP”, foi criada em 29 de junho de 2009. Ou seja, data posterior à construção de cinco das seis represas do rio Jauru, com destaque para a PCH de Salto, que iniciou sua operação em 2 de dezembro de 2007, e a UHE Jauru, que passou a operar em 6 de junho

de 2003. O jargão jurídico, portanto, serve para encobrir a ignorância crassa da história local, ou a má fé, no ignorar sistemas de vida, como se se tratasse de farsantes, e não de uma população a qual, realmente, depende do rio, de modo tradicional, para sua subsistência. Por isso, é interessante contrapor neste trabalho, lado a lado, o Português da oratura, e o discurso com camadas de jargão, usadas para desqualificar algumas comunidades, como se elas fossem obras de ficção ilegítima.

Alguns outros despropósitos apontados pelos empreendimentos vão, inclusive, pelo caminho de contestar estudos, perícias e laudos de capacitados técnicos, como fez, por exemplo, a UHE Jauru, ao afirmar que:

[...] a pesca é comum na região do rio Paraguai e não no vale do rio Jauru, muito menos nas proximidades onde se encontra instalada a UHE Jauru, local de cachoeiras e corredeiras que inviabilizaria a pesca no local independentemente da existência ou não da usina (p.13).

O despropósito não para por aí. Outra inverdade defendida pelas usinas é a inexistência de provas que estes ribeirinhos sobrevivam da pesca, e muito menos que o estoque pesqueiro da região foi comprometido pela instalação das represas. Na verdade, uma vez que não foi feito qualquer estudo complexo do rio antes de estabelecer todos os empreendimentos, conforme aponta mais de um laudo aqui citado como sendo necessário, o ônus da prova deveria ser revertido e recair sobre os agressores, e não deixado a cabo das vítimas.

Não bastassem todos os documentos científicos que respaldam os ribeirinhos e nosso exaustivo trabalho de campo, remontando mais de dez anos, apresentamos ainda um dos poucos documentos que, de forma minuciosa, registra o trabalho destes pescadores. Estamos nos referindo à Declaração de Pesca Individual (DPI) que, segundo a Lei nº 9.096, de 16/01/2009, no seu Art. 2º define como um “documento personalíssimo


necessário para comprovação da atividade da pesca profissional no Estado de Mato Grosso”.

A existência da Declaração de Pesca Individual como ferramenta comprobatória da vivência dos pescadores na região é desconsiderada pelas usinas. No processo judicial, esta é citada pouquíssimas vezes e, quando o fazem, remetem-se a ela de forma equivocada.


De fato, os Autores apenas alegam que praticam a pesca na região há anos e que notaram suposto impacto ambiental com a construção das hidrelétricas, com a conseqüente afetação de sua atividade profissional sem, contudo, produzir qualquer prova nesse sentido, com exceção de uma “*Declaração de Pesca Individual*” que não tem o condão de demonstrar a prática (p.13).

Desta forma, não só é possível demonstrar pela Declaração de Pesca Individual a existência da atividade pesqueira na região, como é um fato a importância dela – principalmente se compararmos com as Guias de Transporte e Comercialização de Pescado, expedidas antes do processo de construção das usinas -, para registrar a queda da captura dos peixes no rio Jauru. Para ilustrar, selecionamos, ambas do mês de agosto, uma Declaração de Pesca Individual do ano de 2014 e uma Guia de Transporte e Comercialização de Pescado de 2005, momento em que três das seis usinas já haviam sido instaladas.

Figura 5 - Declaração de Pesca Individual de abril de 2014



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE - SEMA/MT
FEDERAÇÃO DOS PESCADORES DO ESTADO DE MATO GROSSO - FEPESC/MT



DECLARAÇÃO DE PESCA INDIVIDUAL
 Lei 9.096 de 16 de janeiro de 2009

Nº 473/02

Pescado () Iscas vivas

Colônia de Penitenciar, 77, Rio P. S. Município de residência:

Nome do pescador: _____

Dados de captura

Local de pesca (rios): Juruá Localidade: _____

Dias de pesca: dep 5 e 6/2014 Município: Porto Esperidião

Pescado
 Bacia do Alto Paraguai

DATA	1		2		3		4		5		6		7		TOTAL DA SEMANA	
	Unl	Kg	Unl	Kg	Unl	Kg	Unl	Kg	Unl	Kg	Unl	Kg	Unl	Kg	Unl	Kg
Opilão																
Agre																
bado	1	3														01 3
Cachara																
Curimbata																
Dourado																
Jao																
Jurupensim																
Jurupoca					2	2										02 25
Pacu																
Pacupira																
Palmito																
Piau																
Pievugu																
Pintado																
Piranha	8	2500			5	2					10	3				26 7500
Piraputanga																
Tucunaré																29 22500
Total (Kg)																

Destino - Município: _____ () Barco-Hotel () Feira Livre () Frigorífico () Hotel/Pousada
 () Mercado () Peixaria () Pessoa física () Restaurante () Supermercado () Outros:

Isclas vivas

Espécie	Unidade	Espécie	Unidade	1ª Capacidade da Comissão de Pescadores de Cachoeira - M.T. Porto Esperidião - M.T. Agnaldo Batista de Freitas - DIRETOR REGIONAL
Acara preto		Jelú		Mônica 2.9 Total (Unid.)
Caribostá		Lambari		
Caramujo		Muçum		
Caranguejo		Treira		
Chimboré		Tuvira		
Curimatãozinho		Outros		

Destino: Município _____ () Barco-Hotel () Hotel/Pousada () Pessoa física () Outros

Local: Porto Esperidião 05/02/2014 Assinatura do Pescador: Bilmar Jaciamir Ribeiro

1ª via: acervo/registro e arquivo 2ª via: acervo/registro e SEMAMT 3ª via: arquivo no órgão de emissão

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA - VENDA PROIBIDA

Figura 6 – Guia de Transporte e Comercialização de Pescado expedida em abril de 2005

Guia de Transporte e Comercialização de Pescado
 INDIVIDUAL
 Portaria N° 01/2004 da Federação dos Pescadores do Estado de Mato Grosso
 Colônia Z-2 dos Pescadores Profissionais de Cáceres - MT
 CNPJ: 16.025.589/0001-04 Fone: 223-6180
 Rua Senador Azeredo, s/n° - B. São Miguel, Cáceres - MT

Nº 535

Quant.	Kg		Quant.	Kg	
02	10	Portado			Jão
02	13	Cachera	01	3	Brabado
02	06	Pacu			Fraú
03	15	Dourado			Pirapó
08	04	Peraputanga			Gelpeca
		Matinchá			Pacu-Peva
		Piraba			Picanta
		Tucunari			Trairá
					Bagre
Total Peça	17		Total Peça	02	
Total de KG	48		Total de KG	03	

TOTAL GERAL DE QUILOS 51
 TOTAL GERAL DE PEÇAS 18

Origem do Pescado: R. Jansen (Cáceres - MT)
 Local da Venda do Pesc: M. Lagoa de Deus Rocha
 Valor da Venda do Pesc: R\$ 345,00
 Cáceres - MT 28/04/2005
 Pescador Profissional Responsável: Ludovino Rosa do Prado
 CPF: 0112952-8

CONFERIDO
 Em 28/04/2005
 Colônia Z-2
 Cáceres - MT

Para além do valor argumentativo dos documentos, que comprova a versão dos ribeirinhos, impressiona, ainda, uma nota sobre o impacto ambiental. Em 2005, como é possível verificar, o ribeirinho que fez os registros obteve 58kg de pescado. No mesmo mês, em 2014, este valor caiu para 12,5kg. Ou seja, uma redução de aproximadamente 78%. Para

alguém que a empresa alega não viver da pesca, é um número impressionante.

Tal situação obrigou estas pessoas que, nunca, antes, viram-se fazendo outra coisa além de pescar, a pensar em alternativas para sobreviver. E nem sempre as alternativas se restringem a carpir um lote, vender quitutes de porta em porta, ou fazer faxinas. Por fazer divisa seca com a Bolívia, a geografia da região contribui significativamente para o aliciamento destas pessoas, principalmente dos jovens, para servirem de ‘mulas’ para o transporte de entorpecentes. Como foi o caso de Isaías que, enquanto dava seu relato, buscava com o olhar a certeza de que as razões que o levaram a tomar essa atitude estavam sendo entendidas.

Não tenho vergonha de falá que já tive que fazê coisa errada para consegui vivê. Hoje, não faço mais... Vi que, também, não dá futuro. Mas, pensa a minha situação: eu sou casado e tenho dois filho pequenos pra sustentá. Quando a gente forma a família da gente, a gente tem que se virá pra colocá a comida dentro de casa. Meu pai era pescadô em Porto Limão, acabô indo embora, porque não conseguia mais vivê da pesca. Eu falei que não ia, ia tentá mais um tempo aqui. As coisas foram ficando cada vez pior, até que um conhecido ofereceu pra mim de atravessa o mato da fronteira. Claro que eu sabia dos perigo e que não era uma coisa dentro da lei. Mas, naquele momento, era isso, ou não tê comida na mesa (Isaías – Porto Esperidião).

Em síntese, o que podemos atestar até aqui é que, nas experiências, na convivência e no discurso dos ribeirinhos, aparece claramente que se sentem submetidos a uma cruel ausência do ente estatal, e a uma agressão por parte de empreendedores, que os desconsideram e desqualificam, prometendo energia, paz e luz, para outras populações. Assim, eles se organizam para resistir e defender sua identidade, pois, enquanto pertencentes a um grupo social, não estão medindo esforços para se afirmarem como donos e merecedores de seus territórios, assim como, impactados e

maiores padecedores do projeto pensado de forma exógena para o rio que lhes oferece a vida. Por outro lado, ao nosso entender, toda essa vulnerabilidade do grupo incita ainda mais o desejo de destruí-los.

Acreditamos, ainda, que o fato destas vidas serem completamente ignoradas, - seja pelos empreendimentos causadores diretos dos danos, seja pelo poder público, ou até mesmo pela ordem política global, que só obedece à lógica do lucro e dos discursos bem aparelhados - há estreita relação com a ideia de que uma vida não pode ser considerada lesada ou perdida se não for primeiramente considerada vida. Assim sendo, se certas existências não são qualificadas como existência, desde o começo, nunca serão objeto de empatia e não são contempladas com o direito à voz, nos diálogos de planejamento sobre o usufruto do ambiente.

A partir desta lógica, é interessante nos colocarmos a pensar o que poderia ser feito, numa situação como a do rio Jauru para que vidas fossem recuperadas e condições para o reconhecimento de existência destas pessoas a fim da obtenção de resultados mais democráticos. Talvez, um destes resultados fosse o de devolver o cheiro do rio para Ângela.

Uma coisa eu preciso confessá pra você: a situação aqui é muito difícil. Cada dia que passa, parece que vai ficando pior. Eu mesma não consigo mais vivê do rio. Tenho um filho para sustentá e me vi obrigada a largá a vida de pescadora e ir fazê pão, pra vendê na rua. Não que vendê pão na rua me cause vergonha, longe disso. Sou é muito feliz por ainda ter a mão boa, fazê um pão bem feitinho e gostoso e consegui meu dinheirinho. De vez em quando, ainda tento ir pro rio, mas não pego nada. Nessa hora, me vem uma dor, mas a minha maior dor não é nem pelo fato de eu não pegá nenhum peixe, o que me dói mesmo, e me faz ficar angustiada, é que não sinto mais o cheiro do rio. **Eu sinto falta do cheiro do rio...**

Porque você sabe, né? Cada curva do rio tem um cheiro diferente. Eu conhecia cada um deles... Cada curva. Tinha curva que o cheiro era mais doce, outro mais apimentado. Parece loucura, mas é sim...

No trecho do rio que o cheiro era mais doce, você podia sabê: lá tinha um monte de pé de coquinho de tucum, o que atrai o pacu. Esses coquinho caem na época que começa as chuvas. Então, cê juntava o cheiro do tucum com o cheiro do pacu, mais a chuva... Dava aquele cheiro único, doce...

Eu sentia o cheiro do rio... Me tiraram isso!

Pior que faz tanto tempo que não sinto esses cheiro, que até estou me esquecendo de como eles eram! (Ângela – Porto Esperidião).

Somos todos limitados por um começo e um fim, ou seja, pelos dois supremos eventos de aparecimento e desaparecimento no mundo, seguimos uma trajetória bastante linear. Mesmo assim, somos regidos por uma força motriz, compartilhamos nossa vida e nossa história com outros seres vivos, dos quais, por vezes, conservamos a lembrança para sempre. Assim como a relação estabelecida entre estes ribeirinhos do rio Jauru com o ambiente que escolheram – ou que os escolheu para viver, muitas gerações atrás.

Transformar tudo no céu e na terra em meios falsamente taxados como de ‘autopreservação da espécie humana’, sem dar conta de que o que está sendo gerado é uma natureza esvaziada e degradada, uma natureza como uma simples substância a ser dominada, sem qualquer outro propósito do que esse de sua própria dominação, é uma tática opressiva, falsa, desonesta e desumana. Temos vidas desfeitas, identidades sendo desconstruídas, sensações deixando de ser experimentadas; por fim, temos muitas Ângelas sem o cheiro do seu rio.

4. Considerações finais

A questão ambiental e toda a complexidade da problemática estão proporcionando ao homem um momento único de reflexão, necessário para dar novos contornos à forma como ele vê o mundo e se enxerga nele. Essa compreensão é fundamental, porque o resultado da assimilação da

problemática ambiental poderá balizar e embasar os futuros processos sociais e as intervenções humanas na natureza.

Por entendermos que essa compreensão é crucial, a apropriação do discurso da questão ambiental e o fomento da troca de ideias devem se fazer valer em todos os segmentos da sociedade. Assim, o debate ganha em qualidade, pois passa a englobar as distintas demandas sociais e suas propostas para o enfrentamento desta crise civilizacional evidenciada atualmente.

E, este enfrentamento se deve dar, principalmente, pela reformulação da identidade humana. Mas, essa ‘reformulação’ só será efetiva se atrelada à perspectiva da escuta dos vários saberes, dos saberes mais ancestrais que pudermos acessar. Neste movimento, aquele que escuta e aquilo/aquele que se doa constituem uma essência da revelação da verdade. A escuta acolhe, abraça, acalanta. Mas, mais do que escutar, a mensagem advinda desta escuta precisa ser comunicada, evidenciada e ganhar todos os espaços, até os mais distantes.

5. Referências

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf> acesso em: -1 de abril de 2020.

BRASIL. **Lei Nº 11.959, de 29 de junho de 2009**. Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras, revoga a Lei nº 7.679, de 23 de novembro de 1988, e dispositivos do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República / Casa Civil / Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2009.

BRASIL. **Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989**. Institui, para os Estados, Distrito Federal e Municípios, compensação financeira pelo resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica,

de recursos minerais em seus respectivos territórios, plataformas continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva, e dá outras providências. (Art. 21, XIX da CF) Diário Oficial da União. Brasília, 28 dez. 1989.

CALHEIROS, Débora Fernandes e OLIVEIRA, Márcia Divina. O rio Paraguai e sua planície de inundação: o Pantanal Mato-Grossense. *In. Ciência & Ambiente*, Porto Alegre, v.41, 2010. p.113-130

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira e BATISTA, Antônio Augusto Gomes. Oralidade e escrita: uma revisão. *In. Cad. Pesqui.* São Paulo, v.36, n.128, Aug. 2006. p.403-432. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=So100-15742006000200007&lng=en&nrm=iso>. acesso em: 16 de março de 2020.

GOLÇALVES, Luis Cláudio. **Planejamento de energia e metodologia de avaliação ambiental estratégica**: conceitos e críticas. Curitiba-PR: Juruá, 2009.

GONÇALVES JÚNIOR, Dorival. **Eletricidade: um negócio rentável no Brasil**. São Leopoldo-RS: Unisino, 2013. Entrevista concedida a IHU - Instituto Humanitas Unisinos - Janeiro de 2013. Disponível em <<http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/517180-eletricidade-um-negocio-rentavel-no-brasil-entrevista-especial-com-dorival-goncalves-junior>>. Acesso em 20 de março de 2020.

HAGE, José Alexandre Altahyde. A política energética brasileira na era da globalização: energia e conflitos de um estado em desenvolvimento. *In. Revista de Sociologia Política*, Curitiba, v.20, n.41. 2012. p.75-91.

MARTINS, José Souza. **A chegada do estranho**. São Paulo: Hucitec, 1993.

MATO GROSSO. **Lei nº 9.096, de 16 de janeiro de 2009**. Dispõe sobre a Política da Pesca no Estado de Mato Grosso e dá outras providências. Cuiabá: Assembleia Legislativa, 2009.

PROCTOR, Robert e SCHIEBINGER, Londa. **Agnotology**: The Making and Unmaking of Ignorance. Stanford, CA: Stanford University Press, 2008.

QUEIRÓS, Eça. **A Relíquia**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

REDE HIDRO-RS - **Glossário**. Disponível em: <http://www.sct.rs.gov.br/redehidro/rede/rede01.htm>. Acesso em: maio 2020.

Conclusão

Pudemos ver dados que desmascaram alguns discursos feitos às pressas, para gerar supostos recursos, mas que produzem devastação e desequilibram a sociedade, a economia e o ambiente. Mas, depois desta trajetória, devemos nos interrogar se estamos preparados, como academia e como sociedade civil, para atender à saudade de Ângela, que retorna cada vez mais como um clamor de saudade coletiva. O rio de onde vem o peixe dela e dos seus é, também, o rio que deixará de abastecer outras comunidades. Ele está sendo impactado, e o ambiente que ele irriga, desmontado, em troca de falácias. Enquanto isso, os ribeirinhos gritam e se organizam. Este pode ser o nosso primeiro balanço, que salta para a comunidade leitora e pergunta: de que lado estás?

Queremos, a todo custo, evitar transmitir a ideia de que o foco deste trabalho é uma crítica à (insignificante) geração de energia hidroelétrica na Bacia do Alto rio Paraguai. Nem que seria apenas uma denúncia dos danos sociais e ambientais causados pelas barragens. De fato, existe todo esse movimento, do desmonte de argumentos dos agentes mais ‘aceleradores’ do progresso, à escuta da comunidade que reivindica o seu espaço e a sua voz. Mas, como está longe dos nossos planos sermos reducionistas, iremos deixar aqui, alguns apontamentos os quais podem ajudar na compreensão das conclusões que esta pesquisa nos permite fazer.

Na primeira parte do trabalho, percebemos a lógica destrutiva que desmonta social e ambientalmente o território estudado. Posicionamo-nos contra o absurdo das agendas planejadas, das aplicações de modelos de desenvolvimento transplantados de um lugar para outro e refutamos qualquer tentativa de pensar o desenvolvimento de uma forma inflexível. O

esforço feito para provar a partir dos números, mapas e gráficos, que barrar os rios de um território tão sensível como o da BAP gerará danos irreversíveis nos permitiu colocar em discussão o fato de que o desenvolvimento possui interlocutores. E, esses interlocutores devem falar. Não só falar, mas falar como iguais. Talvez, aqui, esteja a forma mais assertiva para reconfigurarmos o cenário atual.

Percebemos que, desde o início do século passado, os estudos mais críticos acerca do desenvolvimento ostentam diversos aspectos e diversas direções. A área em geral é demasiadamente próxima do campo econômico e do mundo das finanças. Sofre com as acusações de produzir desigualdade, invisibilidade e silenciados. Isso nos leva a uma outra conclusão: precisamos nos voltar para a ideia de um conceito de desenvolvimento guiado pela alteridade e mais participativo, desde sua elaboração. Assim sendo, a ideia de fundo do primeiro texto deste trabalho é de que o conceito de desenvolvimento precisa ser regulado não só a partir da lógica da obtenção do lucro. O desenvolvimento não pode ser pensado somente por grupos técnicos com conhecimentos isolados e percepções de sistemas de vida segmentadas. Quando o tema é desenvolvimento, precisamos ter por base que implicações e alterações em diversos sistemas sociais, ambientais e culturais, acontecerão. Assim sendo, é imprescindível entender que existem grandes categorias de vocalidades e interesses em risco. Para Maciel e Panosso Netto (2017), pessoas ou grupos interessados nestes movimentos de desenvolvimento constituem, no mínimo, três categorias: as que sabem, as que ganham, e as que sofrem. Com isso, podemos concluir que este estudo apresenta motivos suficientes para se deslocar para o lado das especialidades, e se escutar as vozes que sempre fizeram parte das histórias, mas encontram dificuldade para se tornarem personagens dela.

Já na segunda parte da pesquisa, orientados pelos relatos provenientes de onze anos de campo e das sistemáticas angústias compartilhadas pela categoria ‘dos que sofrem’, voltamo-nos para entender as artimanhas que permeiam o processo de concretização de projetos verticais de ‘desenvolvimento’, os quais barram rios e, agora, comprovadamente, não se justificam nem a partir da lógica da produção da energia gerada.

Detectamos que o discurso vinculado ao fomento da economia regional e do desenvolvimento do local se sobressai diante de todas as estratégias utilizadas para que o território passe por um movimento de sequestro. Um discurso altamente falacioso e produtor de vítimas. Para apontar a artificialidade destas promessas, além de nos apoiarmos na fala dos que sofrem, amparamos nosso trabalho em indicadores socioeconômicos oficiais, e não restam dúvidas: para o território que olhamos, as barragens não trouxeram desenvolvimento local duradouro. Pelo contrário, o que ficou foi um rastro de destruição, modelos genuinamente originais de organização e de sobrevivência aniquilados.

E, foi a partir deste território fragilizado, que começamos a compor a terceira e última parte deste trabalho. O que nos levou a este momento do trabalho foi o fato de percebermos que o movimento de sequestro registrado na parte dois do trabalho gerou vítimas, danos, tristeza, arrependimentos, mas, também, gerou o fortalecimento de um grupo de pescadores ribeirinhos, que, como resposta à tomada de seus territórios, saem da condição de ‘impactados’ e ‘vulneráveis’ e se locam como um corpo de resistência. De forma coesa e bem organizada, passam a lutar e reivindicar que suas vidas voltem minimamente a ser o que era antes da instalação das represas. Reivindicam o peixe, a água, a mata, reivindicam que o cheiro do rio volte.

Mas, quando olhado de perto, descobrimos que o jogo é bem mais denso e desonesto do que se possa imaginar. Assim sendo, concentramos

nossos esforços, neste momento do trabalho, em desmontar uma retórica, neste caso, a criada pelos advogados dos empreendimentos hidroelétricos do rio Jauru em expor uma lógica de encobrimento e de distorção da realidade, o que nos abriu caminho para apontar a necessidade de uma nova gramática, a da escuta.

Podemos concluir ainda, por meio desta pesquisa, que o processo favorecendo o estabelecimento destes projetos e deixando de fora povos, concepções e alternativas importantes, não aconteceu por um deslize. O ocultamento, o silenciamento de personagens estratégicos, os verdadeiros detentores do território, foi dado a partir do temor do possível incomodo e do posicionamento contrário em relação ao já planejado. Infelizmente, isso não é uma característica única dos empreendimentos da BAP, o movimento é sistemático, e todo o discurso é articulado com a intenção maior de legitimar os impactos sociais, ambientais e econômicos gerados no território.

Percebemos, também, como uma possível conclusão, que a narrativa criada para fragilizar ainda mais os grupos sociais que precisam ser neutralizados se torna peça-chave e elemento fundamental para a consolidação de um processo de desenvolvimento. De posse destes dados, defendemos ao longo desta pesquisa a ideia de que uma narrativa só se quebra com um novo discurso. Daí, a necessidade que urge de escutar, ver, sentir, respeitar, ou qualquer outra coisa que não seja reproduzir mais abandono e esquecimento. Deste modo, esta livro se torna uma proposta de escuta, como categoria central na elaboração do conceito de Desenvolvimento.

Referências

- AB'SABER, Aziz Nacib. **Brasil: Paisagens de Exceção**. O litoral e o Pantanal Mato-Grossense. Patrimônios Básicos. Cotia-SP: Ateliê Editorial, 2006.
- ABRÃO, Vera Lucia dos Santos. **A pecuária em Corumbá**: uma contribuição ao estudo da natureza das relações de produção e de trabalho no Pantanal. São Paulo: FFLCH - USP, 1983. (Dissertação).
- ABREU, Silvana de. **Planejamento governamental**: a Sudeco no espaço Matogrossense, contexto, propósitos e contradições. Dourados-MS: UFGD, 2014.
- ALBANEZ, Jocimar Lomba. **Sobre o processo de ocupação e as relações de trabalho na agropecuária**: o extremo sul de Mato Grosso (1940-1970). Dourados-MS: UFMS, 2003. (Dissertação)
- ALBUQUERQUE, Ralph de Medeiros. **As Pequenas Centrais Hidrelétricas da Bacia do rio Iratim e seus impactos socioambientais**: uma reflexão sobre eletro estratégias e acumulação por espoliação. Curitiba-PR: UFPR, 2013. (Monografia do Curso de Geografia).
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. Agroestratégias e desterritorialização: direitos territoriais e étnicos na mira dos estrategistas do agronegócio. *In*. ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno (Org.). **Capitalismo globalizado e recursos territoriais**: fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010, p.101-144.
- ANA - Agência Nacional de Águas. **Bacias brasileiras do Rio da Prata**: avaliações e propostas. Brasília: ANA, 2001.
- ANEEL. **Capacidade Energética Brasileira**. Portal eletrônico da Agência Nacional de Águas (ANEEL). Disponível em: <<http://www2.aneel.gov.br/aplicacoes/capacidadebrasil/capacidadebrasil.cfm>>. Acesso em: 21 mar. 2020.

- BAMBIRRA, Vânia. **O Capitalismo Dependente Latino-Americano**. Tradução de Fernando Correa Prado e Marina Machado Gouvêa. Florianópolis: Editora Insular, 2013.
- BANDUCCI JR., Álvaro. Turismo cultural e patrimônio: a memória pantaneira no curso do rio Paraguai. *In. Horizontes Antropológicos*, v.9, n.20, 2003. p117-140.
- BARBIERI, José Carlos e SILVA, Dirceu da. Desenvolvimento sustentável e educação ambiental: uma trajetória comum com muitos desafios. *In. RAM, Rev. Adm. Mackenzie*, v.12, n.3, edição especial, São Paulo, SP, maio/jun. 2011. p.51-82.
- BELIK, Walter. **Agroindústria processadora e política econômica**. Campinas-SP: UNICAMP, 1992. (Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Economia).
- BELINATI, Waldmir e COSTA E SILVA, Aluízio. Coordenação, avaliação e acompanhamento dos projetos de pesquisa em saúde do Programa Polonoeste. *In. Rev. Inst. Med. Trop. S. Paulo*, São Paulo, v.30, n.3, junho 1988. p.125-136. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0036-46651988000300002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 17 junho 2020.
- BENINCÁ, Dirceu. **Energia e cidadania: a luta dos atingidos por barragens**. São Paulo: Cortez, 2011.
- BERMANN, Célio; VEIGA, José Roberto Campos da e ROCHA, Georges Souto. A repotenciação de usinas hidrelétricas como alternativa para o aumento da oferta de energia no Brasil com proteção ambiental. *In. WWF - Grupo de estudos de política energética*. São Paulo, ago. 2004. Disponível em: <https://wwf.panda.org/wwf_news/?15930/4/A-repotenciacao-de-usinas-hidreletricas-comoalternativa-para-o-aumento-da-oferta-de-energia-no-brasil-com-protacao-ambiental>. Acesso em: 21 mar. 2020.
- BERMANN, Célio. O Setor Elétrico Brasileiro e a Sustentabilidade no Século 21: Cenário atual. *In. MOREIRA, Paula Franco. O Setor Elétrico Brasileiro e a*

Sustentabilidade no Século 21: Oportunidade e Desafios. Brasília: Rios Internacionais, 2012.

BESPALEZ, Eduardo. Arqueologia e história indígena no Pantanal. *In. Estud. av.*, São Paulo, v.29, n.83, abr. 2015. p.45-86. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142015000100045&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 18 junho 2020.

BINI, Danton Leonel de Camargo. **Mudanças históricas e implicações socioespaciais na composição das atividades agropecuárias hegemônicas na região de Araçatuba (SP)**. São Paulo: FFLCH – USP, 2009. (Dissertação).

BRASIL, João Filipe Domingues. Expedições de conquista ibérica e tentativas de submeter os povos indígenas do Pantanal ao domínio europeu no século XVI. Dossiê 2: História Indígena, Etno-história e Indígenas Historiadoras/es: experiências descolonizantes, novas abordagens. *In. Tellus*, ano 19, n.39, maio/ago. 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf> acesso em:-1 de abril de 2020.

BRASIL. **Lei Nº 11.959, de 29 de junho de 2009**. Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras, revoga a Lei nº 7.679, de 23 de novembro de 1988, e dispositivos do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República / Casa Civil / Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2009.

BRASIL. **Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989**. Institui, para os Estados, Distrito Federal e Municípios, compensação financeira pelo resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica, de recursos minerais em seus respectivos territórios, plataformas continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva, e dá outras providências. (Art. 21, XIX da CF) Diário Oficial da União. Brasília, 28 dez. 1989.

BRASIL. Ministério do Interior. Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro Oeste. **Estudo de Desenvolvimento Integrado da Bacia do Alto Paraguai**. Brasília, 1979.

CALHEIROS, Débora Fernandes e OLIVEIRA, Márcia Divina. O rio Paraguai e sua planície de inundação: o Pantanal Mato-Grossense. *In. Ciência & Ambiente*, Porto Alegre, v.41, 2010. p.113-130.

CALHEIROS, Débora Fernandes; ARNDT, Elisabeth; RODRIGUEZ ORTEGA, Enrique e SILVA, Márcia Cristina de Alcântara. Influência de usinas hidrelétricas no funcionamento hidroecológico do Pantanal Matogrossense-Recomendações. *In. Embrapa Pantanal*, Corumbá, 2009. p.21, Série Documentos (DOC 102). Disponível em: <http://www.cpap.embrapa.br/publicacoes/online/DOC102.pdf>. Acesso em jun. 2020.

CALHEIROS, Débora Fernandes; CASTRILON Solange Kimie Ikeda e BAMPI, Aumeri Carlos. Hidrelétricas nos rios formadores do pantanal: ameaças à conservação e às relações socioambientais e econômicas pantaneiras tradicionais. *In. Revista IberoAmericana de Ciências Ambientais*, v.9, n.1, 2018. p.119-139. DOI: <http://doi.org/10.6008/CBPC2179-6858.2018.001.0009>. Acesso em 17 de mar. 2020

CÂMARA DOS DEPUTADOS: PEC 215/2000. <https://goo.gl/hgrdGV>

CÂMARA DOS DEPUTADOS. PL 3729/2004. <https://goo.gl/1VDvaL>

CARDOSO, Fernando Henrique. e FALETTO, Enzo. **Dependência e Desenvolvimento na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.

CARVALHO, J. F. A construção e desconstrução do sistema elétrico brasileiro. *In. BRANCO, A. M. (Org.). Política energética e crise de desenvolvimento: a antevisão de Catullo Branco*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

CELENTANO, Danielle e VERÍSSIMO, Adalberto. **O Estado da Amazônia**: Indicadores. Belém-PA: Imazon, 2007.

CHAMORRO, Graciela e COMBÈS, Isabelle (Orgs.) **Povos indígenas em Mato Grosso do Sul: história, cultura, transformações sociais**. Dourados-MS: Ed. UFGD, 2015.

CI, Conservação Internacional; ECOA, Ecologia e Ação; AVINA, Fundación; SOS PANTANAL Instituto e WWF, Brasil. **Monitoramento das alterações da cobertura vegetal e uso do Solo na Bacia do Alto Paraguai** – Porção Brasileira – Período de Análise: 2002 a 2008. Brasília, 2009.

CORRÊA FILHO, Virgílio. **Pantaneais matogrossenses (devassamento e ocupação)**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Conselho Nacional de Geografia, 1946.

CORRÊA, Lúcia Salsa. **História e Fronteira: o Sul de Mato Grosso (1870 – 1920)**. Campo Grande-MS: Universidade Católica Dom Bosco, 1999.

CRUZ, Manuel M. Sítios agroflorestais na várzea do Careiro. *In. Revista de Geografia da Universidade do Amazonas*. Manaus, v.1, n.1, jan./dez. 1999. p.105-122.

DELGADO, Guilherme C. **Capital financeiro e agricultura no Brasil**. São Paulo: Ícone-Unicamp, 1985.

DESCARTES, René. **O Discurso do Método**. São Paulo: Hemus, 1978.

DESCOLA, Philippe. **Outras naturezas, outras culturas**. São Paulo: Editora 34, 2016.

DESCOMBES, Vincent. **The Institutions of Meaning. A Defense of Anthropological Holism**. Translated by Stephen Adam Schwartz. Cambridge, Massachusetts; London, England: Harvard University Press, 2014.

ELETOBRÁS. **Portal Eletrobrás**. Portal Eletrobrás. Disponível em: <<http://www.eletobras.com/elb/dd/data/Pages/LUMIS21D128D3PTBRIE.htm>>. Acesso em: 21 mar. 2020.

EREMITES DE OLIVEIRA, Jorge e ESSELIN, Paulo Marcos. Uma história (indígena) da erva-mate na região platina: da Província do Guairá ao antigo sul de Mato Grosso. *In. Espaço Ameríndio*, Porto Alegre, RS, v.9, n.3, jul./dez. 2015. p.278-318.

EREMITES DE OLIVEIRA, Jorge. As origens do povoamento indígena do Pantanal: aportes para uma nova revisão arqueológica. *In. Pós-História*, Assis, SP, v.11, 2003. p.159-84.

ESCOBAR, Arturo. **Encountering development**. The making and unmaking of the Third World. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1995.

ESCOBAR, Arturo. Planificación. *In. SACHS, Wolfgang. Diccionario Del desarrollo: un guía del conocimiento como poder*. Peru: Pratec, 1996.

FAJARDO, Raquel Yrigoyen. El reconocimiento constitucional del pluralismo legal en el Perú. Hacia una interpretación comprensiva del Convenio 169 y la Constitución. *In. CAVALO GARCÍA, Manuel. Identidades culturales y Derechos Humanos*. Madrid: Dykinson, 2002.

FEARNSIDE, Philip Martin. Belo Monte: Actors and arguments in the struggle over Brazil's most controversial Amazonian dam. *In. Die Erde – Journal of the Geographical*. Berlin, v.148, n.1, 2017. p14-26. Disponível em <https://doi.org/10.12854/erde-148-27>. Acesso em 09 de jun. de 2020

FERNANDES, Luis Henrique Menezes. **Minas do Cuiabá, Ilha dos Sertões**: considerações sobre o papel da metrópole na expansão dos domínios portugueses na América (1721 - 1728). Assis-SP: Universidade Estadual Paulista, 2011.

FERREIRA, Ricardo José Fonseca. A atuação do Polocentro e o desenvolvimento Regional. *In. Fundação João Pinheiro*, 15 (5, 6). Belo Horizonte, maio-agosto/1985.

FREITAS, Wagner Abadio de; ARAUJO SOBRINHO, Fernando Luiz e MELLO, Marcelo de. A influência de planos e programas do Governo Federal na região Centro-Oeste: ocupação e modernização do território entre as décadas de 1960 a 1970. *In. Revista Política e Planejamento Regional*, v.6, p.85-100, 2019.

FURTADO, Celso. **O Mito do Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira e BATISTA, Antônio Augusto Gomes. Oralidade e escrita: uma revisão. *In. Cad. Pesqui.* São Paulo, v.36, n.128, Aug. 2006. p.403-432. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742006000200007&lng=en&nrm=iso>. acesso em: 16 de março de 2020.

GIONGO, Carmem Regina; MENDES, Jussara Maria Rosa e WERLANG Rosângela. Refugiados do desenvolvimento: a naturalização do sofrimento das populações atingidas pelas hidrelétricas. *In. Revista Estudos Brasileños* n.3, v.4, 2016. p.101-114.

GIRARD, Pierre. **Efeito cumulativo das barragens no Pantanal**: mobilização para conservação das áreas úmidas do Pantanal e Bacia do Araguaia. Campo Grande-MS: Instituto Centro Vida, 2002.

GIRARD, Pierre. **Efeito cumulativo das barragens no pantanal**: mobilização para conservação das áreas úmidas do Pantanal e Bacia do Araguaia. 2002. Disponível em: <http://www.riosvivos.org.br/a/arquivos/site_noticias_576079585.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2020.

GOLÇALVES, Luis Cláudio. **Planejamento de energia e metodologia de avaliação ambiental estratégica**: conceitos e críticas. Curitiba-PR: Juruá, 2009.

GONÇALVES JÚNIOR, Dorival. **Eletricidade: um negócio rentável no Brasil**. São Leopoldo-RS: Unisino, 2013. Entrevista concedida a IHU - Instituto Humanitas Unisinos - Janeiro de 2013. Disponível em <<http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/517180-eletricidade-um-negocio-rentavel-no-brasil-entrevista-especial-com-dorival-goncalves-junior>>. Acesso em 20 de março de 2020.

GUIMARÃES, Acyr Vaz. **Mato Grosso do Sul, sua evolução histórica**. Campo Grande-MS: UCDB, 1999.

GUNDER FRANK, Andre. **Capitalism and Underdevelopment in Latin America**. New York: Monthly Review Press.1967.

HAGE, José Alexandre Althayde. A política energética brasileira na era da globalização: energia e conflitos de um estado em desenvolvimento. *In. Revista de Sociologia Política*, Curitiba, v.20, n.41. 2012. p.75-91.

HARNECKER, Marta. **Imperialismo y Dependencia**. Madri: Akal Editor, 1979.

HEINRICH-BÖLL-STIFTUNG. **Web dossiê: flexibilização da legislação socioambiental brasileira**, 2019. Disponível em: <<https://br.boell.org/pt-br/dossie-flexibilizacao-da-legislacao-socioambiental-brasileira-2-edicao>>. Acesso em 17 de junho de 2020.

INGLUD, Tim. **The perception of the Environment: essays on livelihood, dwelling and skill**. London; New York: Routedledge, 2000.

INSTITUTO SOS PANTANAL e WWF - BRASIL. **Monitoramento das alterações da cobertura vegetal e uso do Solo na Bacia do Alto Paraguai – Porção Brasileira – Período de Análise: 2012 a 2014**. Disponível em: <https://www.sospantanal.org.br/wp-content/uploads/2017/06/Publicac%CC%A7a%CC%83o_BAP_Relato%CC%81rio_2012-2014_Web.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2020.

INTERNATIONAL LABOR ORGANIZATION [ILO]. **Convention concerning Indigenous and Tribal Peoples in Independent Countries** [Convention 169]. 27 june 1989. Disponível em: <<http://www.ilo.org/ilolex/cgi-lex/convde.pl?C169>>. Acesso em 11 junho 2020.

JESUS, Naine Terena de. **Kohixoti-Kipáé, a Dança das Emas: Memória, resistência e cotidiano Terena**. Brasília: Universidade de Brasília-UnB, 2007.

JUNK, Wolfgang Johannes; BAYLEY, Peter e SPARKS, Richard. The flood pulse concept in river-floodplain systems. *In: Proceedings*. Ottawa: Department of Fisheries and Oceans, p.110–127, 1989.

JUNK, Wolfgang Johannes; DA SILVA, Carolina Joana; NUNES DA CUNHA, Cátia e WANTZEN, Karl Matthias. **The Pantanal: Ecology, Biodiversity and Sustainable Management of a Large Neotropical Seasonal Wetland**. Bulgária: Pensoft Publishers, Sofia, 2011.

LEITE, Eudes Fernando. **Marchas na História: comitivas e peões-boiazeiros no Pantanal**. Campo Grande-MS: Editora da UFMS, 2003.

LIMA, Adila Maria Taveira.; BUSCHBACHER, John Buschbacher.; OLIVEIRA, Nilton Marques de.; PINTO, Mac David da Silva.; ALVES, Erisvaldo de Oliveira e MARQUES, Elineide Eugênio. Efeito pós-barragem nos municípios impactados por usinas hidrelétricas no estado do Tocantins/Brasil. *In. Revista Ibero Americana de Ciências Ambientais*, v.10, n.3, 2019. p.138-155.

MACIEL, Josemar de Campo e PANOSSO NETO, Alexandre. **Hospitalidade e desenvolvimento: por uma pequena conversação**. São Paulo: EACH – USP, 2017. (Pós-Doutorado).

MARINI, Ruy Mauro. **Subdesenvolvimento e revolução**. Florianópolis: Isular, 2012.

MARTINS, José Souza. **A chegada do estranho**. São Paulo: Hucitec, 1993.

MATO GROSSO. **Lei nº 9.096, de 16 de janeiro de 2009**. Dispõe sobre a Política da Pesca no Estado de Mato Grosso e dá outras providências. Cuiabá: Assembleia Legislativa, 2009.

MATTEI, Ugo. **Beni Comuni: Un Manifesto**. Bari Roma: Laterza. 2011.

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA. **Plano Nacional de Energia 2030**. Brasília: Empresa de Pesquisa Energética, 2007.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Relatório Programa de desenvolvimento sustentável do Pantanal SECEX/MMA**. 2006. Disponível em <http://www.mma.gov.br/estruturas/secex_contas/_arquivos/relatorio2006programa_pantanal.pdf> Acesso em 14 de maio de 2019.

NAIME, Roberto. Impactos socioambientais de hidrelétricas e reservatórios nas bacias hidrográficas brasileiras. *In. Ver. Elet. Em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental*, v.7, n.7, 2012. p.1409-1422.

NETO, Thiago Oliveira e NOGUEIRA, Ricardo Jose Batista. Geopolítica e rodovias na Amazônia: um debate necessário. *In. Revista de Geopolítica*, v.6, n.2, 2015. pp.166-186.

NÚÑEZ CABEZA DE VACA, Álvares. **Naufrágios e Comentários**. Porto Alegre: L&PM, 2007.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A Geografia Agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. *In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org.). Novos caminhos da Geografia*. São Paulo: Contexto, 1999, p.63-109.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. O trabalho do Antropólogo: olhar, ouvir, escrever. *In. Revista de Antropologia*. São Paulo, v.39, n.1, pp.13-37, junho de 1996. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/ra/article/view/111579>>. Acesso em: 16 abr. 2019.

PCBAP. **Plano de conservação da Bacia do Alto Paraguai (Pantanal)**. Brasília: Programa Nacional de Meio Ambiente, 1997.

PEREIRA, Levi Marques. Ocupação colonial e formas de mobilidade entre os Guarani e Kaiowá na fronteira Brasil-Paraguai: a caminho do tekoha em busca do teko porã na região meridional da América do Latina. *In. URQUIZA, Antonio Aguilera. (Org.) Fronteiras étnico-culturais: Tráfico e migração de pessoas nas fronteiras de Mato Grosso do Sul*. Campo Grande-MS: Ed. UFMS, 2018. p.75-83.

PROCTOR, Robert e SCHIEBINGER, Londa. **Agnotology: The Making and Unmaking of Ignorance**. Stanford, CA: Stanford University Press, 2008.

QUEIRÓS, Eça. **A Relíquia**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

REDE HIDRO-RS – **Glossário**. Disponível em: <http://www.sct.rs.gov.br/redehidro/rede/rede01.htm>. Acesso em: maio 2020.

RIST, Gilbert, **Le Développement**: Histoire d'une croyance occidentale. Paris: Presses de Science Po: 2001.

SACHS, Wolfgang. **Diccionario Del desarrollo**: un guía del conocimiento como poder. Peru: Pratec, 1996.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENISES, Maria Paula e NUNES, João Arriscado. Para ampliar o cânone da ciência: a diversidade epistemológica do mundo. *In*. SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **Semear outras soluções**: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. *In*: SANTOS, Boaventura de Sousa e MENESES, Maria Paula (org.). **Epistemologias do sul**. São Paulo: Cortez, 2009.

SANTOS, Theotonio dos. **El Nuevo Caracter de La Dependencia**. Santiago: Centro de Estudios Sócio-Económicos da Universidade do Chile, CESO, 1967.

SCHENEIDER, Robert; ARIMA, Eugenio; VERÍSSIMO, Adalberto; BARRETO, Paulo; SOUZA JUNIOR, Carlos. **Amazônia Sustentável**: limitantes e oportunidades para o desenvolvimento rural. Brasília, Banco Mundial, Belém: Imazon, 2000.

SCOTT, James C. Everyday forms of Peasant Resistance. *In*. **Journal of Peasant Studies**, v.13, n.2, 1986. p.5-35.

SCOTT, James C. Exploração normal, resistência normal. *In*. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n.5, jan./jul. 2011. p.217-243

SCOTT, James C. **Los dominados y el arte de la resistencia**: discursos ocultos. Trad.: Jorge Aguilar Mora. México: Ediciones Era, 2004.

SCOTT, James C. **Seeing like a State: How Certain Schemes to Improve the Human Condition have failed.** New Haven and London: Yale University Press, 1998.

SHIVA, Vandana. **A Biopirataria: a pilhagem da natureza e do conhecimento.** Petrópolis, Vozes, 2001.

SILVA, Carolina Joana da; SILVA SOUSA Keid Nolan; CASTRILON Solange Kimie Ikeda; LOPES, Célia Regina Araújo Soares.; DA SILVA NUNES, Josué Ribeiro; CARNIELLO, Maria Antonia; MARIOTTI, Paulo Roberto; LOPES, Lazaro Wilkinson; MORINI, Alessandra; ZAGO, Bruno Wagner; FAÇANHA, Cristiane Lima; ALBERNAZ-SILVEIRA, Ruth; LOUREIRO, Elaine; VIANA, Iris Gomes; DE OLIVEIRA, Robson Flores; ALVES DA CRUZ, Wesley Jonatas; DE ARRUDA, Joari Costa; SANDER, Nilo Leal; DE FREITAS JÚNIOR, Djair Sergio; PINTO, Valcir Rogério; DE LIMA, Aldeniza Cardoso e JONGMAN, Robert H.G. Biodiversity and its drivers and pressures of change in the wetlands of the Upper Paraguay-Guaporé Ecotone, Mato Grosso (Brazil). *In. Land Use Policy* 47, 2015. p.163-178. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1016/j.landusepol.2015.04.004>. Acesso 10 de jun. 2020

SILVA, Rosamaria Roedel. A Expansão da Fronteira Produtiva nos Cerrados. *In. Fundação João Pinheiro*, v.15 (5, 6). Belo Horizonte, maio-agosto/1985.

SILVA, Tereza Cardoso da. Contribuição da geomorfologia para o conhecimento e valorização do Pantanal. *In: Anais do Simpósio sobre Recursos Naturais e Socioeconômicos do Pantanal.* Corumbá-MS: Embrapa Pantanal, 1984. p.77-90.

SÓFOCLES. **A trilogia tebana: Édipo Rei, Édipo em Colono e Antígona.** Tradução de Mário da Gama Kury. 15 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

ZANATTA, Silvia Santana e ECOA, Ecologia e Ação. **Represas na Bacia do Alto Paraguai (BAP)**, 2019. Disponível em <<https://www.arcgis.com/home/webmap/viewer.html?webmap=ef58538671604b838a9ed5e976b4e82f&extent=-65.0959,-23.684,-43.5627,-13.2819>> Acesso em: 20 de mar. de 2020.

A Editora Fi é especializada na editoração, publicação e divulgação de pesquisa acadêmica/científica das humanidades, sob acesso aberto, produzida em parceria das mais diversas instituições de ensino superior no Brasil. Conheça nosso catálogo e siga as páginas oficiais nas principais redes sociais para acompanhar novos lançamentos e eventos.



www.editorafi.org

contato@editorafi.org